

MAJOR QOPM LUIZ CARLOS DE ANDRADE

**OS PROGRAMAS SOCIAIS DA PMPR  
E A  
VIOLÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANDRÉ NADOLNY**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Estratégia de Doutorado em Segurança Pública.

**Orientadora Metodológica**  
Professora Helena F. Nunes Silva

**Orientador de Conteúdo**  
Ten. Cel PM Sérgio Luiz Bessler

**CURITIBA  
2008**

## DEDICATÓRIA

“À minha queridíssima esposa e filhas que me amparam sem perceber nos momentos difíceis de minha vida...”

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Helena F. Nunes Silva, nossa orientadora neste curso, pela dedicação e apoio.

Ao Sr Ten. Cel. QOPM Sérgio Luiz Bessler, pela orientação na condução deste trabalho monográfico.

Aos companheiros e amigos de caserna, de curso e demais que auxiliaram na construção deste conhecimento.

## EPÍGRAFE

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”.

Fernando Sabino

## RESUMO

O presente trabalho visa a abordar o assunto violência e tráfico de drogas no ambiente escolar da Escola Municipal Vereador André Nadolny, na cidade de Colombo-Pr, e os modelos existentes de Policiamento Ostensivo especializado para a segurança pública no ambiente escolar e seus efeitos junto à comunidade docente daquele estabelecimento. A Polícia Militar na formação da malha protetiva do cidadão, tem ao seu alcance a malha ordinária de Policiamento Ostensivo através das diversas unidades operacionais, além da Patrulha Escolar e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência. A pesquisa se delimitará no ambiente escolar da Escola Municipal Vereador André Nadolny, onde existe a aplicação destes processos e projetos sociais da Polícia Militar. O núcleo de pesquisa abrangeu o exercício estatal nas formas citadas fazem ou fizeram frente à manifestação criminosa no ambiente escolar e na periferia e sua influência positiva na formação de uma malha protetiva e na sensação de segurança daquele público. Na esteira metodológica atinente ao presente estudo foi propositada no modelo descritivo, formatada por dados Mistos na forma não experimental com análise de conteúdo e documental. Conclui-se que o PROERD é o Programa mais identificado com a ambiência escolar e de mais intimidade com aqueles que estão no ambiente escolar, tanto na docência quanto na comunidade discente. Na pesquisa de campo constatou que 72% das entrevistadas responderam que a inibição da Violência se deu em razão da presença ostensiva do policial-militar no ambiente interno da escola e por ultimo, o reconhecimento unânime das professoras que o policial-militar naquele ambiente escolar pertence ao PROERD. É um serviço eficiente oferecido a comunidade que deve ser aprimorado e efficientizado, sendo um programa de marketing interno da instituição. Ainda, em razão da absorção do efetivo proerdiano pelo BPEC é convenientemente asseverar que este programa não venha a sofrer descontinuidade de sua aplicação no ambiente escolar. Ainda, alertando que, os programas sociais da PMPR são eqüidistantes em filosofia preventiva na sua essência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programas Sociais, Polícia Militar, Programa Educacional de Resistência às drogas e a Violência, Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária, Educação, Ambiente Escolar.

## ABSTRACT

This work tends to broach violence and drugs traffic on scholar environment of Escola Municipal Vereador André Nadolny, in Colombo-PR, and the ostensive policing models which are specialized in social security into the scholar environment and its effects to the teaching staff of that institution. The State Police in the formation of the protection net of the citizen, has to its reach, the ordinary mesh of Ostensive Policing through varied operational unities, besides the Scholar Patrol and the DARE-Drugs Abuse Resistance Education-PROERD. This research project stood at the scholar environment of The Escola Municipal André Nadolny, where the State Police applies this process and social plan. The center of this search embraces the state practice mentioned that confronts to the criminal manifestation in scholar environment and surrounding region and its positive influence in the formation of the protection net and the security sensation of this people. The method used in this search was concentrate in descriptive models, made by mixed data, not experimental ways with the analysis of documental contents. It follows that, DARE (PROERD) is the program with more identification with the scholar environment even with teaching staff and the student body. In field research found that 72% of the respondents replied that the inhibition of Violence took place in ostensible reason for the presence of police and military in the internal environment of the school and finally, the unanimous recognition of teachers that the police-military environment in that school belongs the PROERD. It is the first online service to offer the community that should be improved and efficiency given by the institution, and a program of internal marketing of the institution. Still, because of the effective absorption of the PROERD by BPEC is conveniently assure that this program will not suffer disruption of its implementation in the school environment. Still, cautioned that the programs of social PMPR are equidistant in preventive philosophy in its essence.

**KEY-WORDS:** Social Program, State Police, Drugs Abuse Resistance Education, Battalion of District Scholar Patrol, Education, Scholar Environment.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	- Artigo
CAO	- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CIA	- Companhia
CIA PM	- Companhia de Polícia Militar
CIA P Chq	- Companhia de Polícia de Choque
CMDO	- Comando
CMT	- Comandante
CPC	- Comando do Policiamento da Capital
CPI	- Comando do Policiamento do Interior
CSP	- Curso Superior de Polícia
OBM	- Organização Bombeiro Militar
OPM	- Organização Policial Militar
PC	- Policial Civil
PM	- Policial Militar
PM/3	- 3ª Seção do Estado Maior
PM/4	- 4ª Seção do Estado Maior
PMPR	- Polícia Militar do Paraná
SESP	- Secretaria de Estado da Segurança Pública
VTR	- Viatura
VTR PM	- Viatura Policial Militar
UFPr	- Universidade Federal do Paraná
UOp	- Unidade Operacional

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - SE A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR TRAZ OU NÃO A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA PARA OS PROFESSORES .....	83
GRÁFICO 2 - A FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL-MILITAR PELOS PROFESSORES DA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY .....	85
GRÁFICO 3 - TEMPO DE ENSINO EM SALA DE AULA E/OU ATIVIDADES DE DIREÇÃO-ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PROFESSOR ANDRÉ NADOLNY .....	86
GRÁFICO 4 – PRIMEIRO CONTATO VISUAL OU PESSOAL COM A POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANDRÉ NADOLNY .....	88
GRÁFICO 5 - CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS DIFERENÇAS DOS MODELOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CITADO NA QUESTÃO Nº 4 .....	89
GRÁFICO 6 -EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE EXTERNO DA ESCOLA.....	90
GRÁFICO 7 -EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA.....	91
GRÁFICO 8 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR QUANTO A PRÁTICA DO BOOLYNG NA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY .....	92
GRÁFICO 9 - INIBIÇÃO DA VIOLENCIA EM RELAÇÃO A PRESENÇA OSTENSIVA DO POLICIAL-MILITAR NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA. ....	93
GRÁFICO 10 - CONHECIMENTO DO PROGRAMA OU ATIVIDADE DO POLICIAL NO AMBIENTE ESCOLAR JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS.....	94

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - SE A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR TRAZ OU NÃO A SENSAÇÃO DE SEGURANÇA PARA OS PROFESSORES .....	83
QUADRO 2 - A FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL-MILITAR PELOS PROFESSORES DA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY .....	84
QUADRO 3 - TEMPO DE ENSINO EM SALA DE AULA E/OU ATIVIDADES DE DIREÇÃO-ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PROFESSOR ANDRÉ NADOLNY .....	86
QUADRO 4 - O PRIMEIRO CONTATO VISUAL OU PESSOAL COM A POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANDRÉ NADOLNY .....	87
QUADRO 5 - CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS DIFERENÇAS DOS MODELOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CITADO NA QUESTÃO Nº 4 .....	89
QUADRO 6 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE EXTERNO DA ESCOLA .....	90
QUADRO 7 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA .....	91
QUADRO 8 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR QUANTO A PRÁTICA DO BOOLYNG NA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY .....	92
QUADRO 9 - INIBIÇÃO DA VIOLENCIA EM RELAÇÃO A PRESENÇA OSTENSIVA DO POLICIAL-MILITAR NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA .....	93
QUADRO 10 - CONHECIMENTO DO PROGRAMA OU ATIVIDADE DO POLICIAL NO AMBIENTE ESCOLAR JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS. ....	94

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	15
1.2 UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	21
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	25
1.4 JUSTIFICATIVA .....	26
1.5 OBJETIVOS .....	26
1.5.1 Objetivo Geral.....	27
1.5.2 Objetivos Específicos:.....	27
<b>2 LITERATURA PERTINENTE .....</b>	<b>28</b>
2.1 POLICIAMENTO OSTENSIVO – CONCEITOS DOCTRINÁRIOS VIGENTES E GENERALIDADES DA FERRAMENTA DA PAZ SOCIAL.....	32
2.2 VARIÁVEIS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO .....	34
Tipos.....	35
Policiamento Ostensivo Geral.....	35
Policiamento de Trânsito .....	35
Policiamento Rodoviário .....	36
Policiamento Florestal e de Mananciais.....	36
Policiamento de Guarda .....	36
Processos .....	36
Modalidades.....	37
Patrulhamento.....	37
Permanência.....	37
Diligência .....	37
Escolta .....	37
2.3 CONCEITO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CONTEMPORÂNEO PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	38
2.4 HISTÓRICO DO SISTEMA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	40
2.5 EXPOSIÇÃO DO CENÁRIO PARA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PRESENTE MILÊNIO .....	44
<b>3 POLICIAMENTO OSTENSIVO SOCIAL – PROGRAMAS SOCIAIS DA PMPR APLICADOS NA AMBIÊNCIA ESCOLAR.....</b>	<b>47</b>
3.1 O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA-PROERD NO ESTADO DO PARANÁ.....	49
3.1.1 Implantação do Projeto PROERD no 9º BPM- Origem cidade de Matinhos....	52

3.1.2	Fundamentação Legal da Atividade do Proerd no Estado Do Paraná.....	54
3.1.3	FUNDAMENTOS DOS MARCOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO PROERD.....	55
3.1.4	O Proerd como Estratégia de Política Pública de Resistência às Drogas e a Violência e a Mudança do Currículo 10 Lições.....	56
3.1.5	Histórico Descritivo da Implantação do Proerd No Brasil.....	57
3.1.6	D.A.R.E. América e sua Estruturação Metodológica.....	58
3.1.7	D.A.R.E. América no Brasil - PROERD.....	59
3.1.8	Indicadores Estatístico e Numéricos do PROERD.....	60
3.1.9	Diagnóstico do PROERD.....	61
3.1.10	Fundamentos Teóricos.....	62
3.1.11	A Estrutura Pedagógica Do PROERD.....	64
3.1.12	Formalização Legal da Aplicabilidade do PROERD.....	65
3.1.13	Núcleo Estratégico dos Objetivos Do Proerd.....	65
3.1.14	A Formação dos Educadores Sociais do PROERD.....	66
3.1.14.1	Categoria Instrutor.....	66
3.1.14.2	Categoria Mentor.....	68
3.1.15	Títulos e Congratulações Recebidas pelo PROERD no Estado do Paraná... 68	
3.1.15.1	Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD.....	68
3.1.15.2	Curitiba.....	69
3.1.15.3	Votos de Louvor.....	69
3.2	BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA- HISTÓRICO DE SUA ORIGEM E SERVIÇOS A COMUNIDADE PARANAENSE.....	70
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>82</b>
4.1	POPULAÇÃO.....	82
4.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	95
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
5.1	DOS OBJETIVOS.....	107
5.2	DAS PROPOSTAS.....	108
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>
	<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>111</b>
	<b>APÊNDICE.....</b>	<b>112</b>
	<b>ANEXO.....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Não existe uma definição consensual ou incontroversa de violência. O termo é potente demais para que isso seja possível.”

**Anthony Asblaster**

O que é violência? Segundo o Dicionário Houaiss, violência é a “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força”. No aspecto jurídico, o mesmo dicionário define o termo como o “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”.

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”. Mas os especialistas afirmam que o conceito é muito mais amplo e ambíguo do que essa mera constatação de que a violência é a imposição de dor, a agressão cometida por uma pessoa contra outra; mesmo porque a dor é um conceito muito difícil de ser definido.

Para todos os efeitos, guerra; fome; tortura; assassinato; preconceito, a violência se manifesta de várias maneiras. Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura). As formas de violência, tipificadas como violação da lei penal, como assassinato, seqüestros, roubos e outros tipos de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, formam um conjunto que se convencionou chamar de violência urbana, porque se manifesta principalmente no espaço das grandes cidades.

A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provoca sobre as pessoas e as regras de convívio na cidade. A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida das pessoas. Assim, os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivildades. Gangues urbanas, pichações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças mal cuidadas, sujeira em período eleitoral compõem o quadro da perda da qualidade de vida. Certamente, o tráfico de drogas, talvez a ramificação mais visível do crime organizado, acentua esse quadro, sobretudo nas grandes e problemáticas periferias.

A Polícia Militar do Estado do Paraná, cumprindo os ditames programáticos de governo, adequou-se à filosofia de socialismo de segurança, adotando em seus programas diversos programas sociais do governo federal e por derradeiro, o estadual, entre eles, o Projeto POVO. Tais projetos visam o desmantelamento doutrinário de Reativismo no sistema de policiamento ostensivo, praticado pela Instituição.

A análise das informações neste trabalho de pesquisa e, quiçá, até a finalização pela sua conclusão, se nuclearizou nos programas sociais da PMPR que atuam na ambiência escolar, suas comparações e sugestões para permanência, supressão deste ou aquele ponto, a fim de coadunar as atividades sociais que necessitem atender ao anseio da comunidade. Entre estes programas, tem-se a Patrulha Escolar, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência bem como o próprio Sistema normal de Proteção Social, executado diuturnamente pela Polícia Militar, por meio de seus prepostos. Foi escolhida apenas uma Escola, em que estes três sistemas se encontram, na cidade de Colombo, onde a pesquisa foi encetada no sentido de desenvolver uma diagnose de qual destes serviços é mais eficiente e que permanece na memória daquela comunidade escolar.

Diante destes aferimentos e “*decisuns*”, dar-se-á maior suporte pedagógico e científico de análise para a Polícia Militar, instituição encarregada de executar estas atividades a fim de bem delinear supedâneos estratégicos, bem como arcahouçar ditames para futuras pesquisas no campo social, podendo ser utilizado pela Universidade Federal para encetamento de novos estudos, proposições, pois, a participação da Universidade tem um sentido amplo de aplicação, visto que, a chancela de autoridade de pesquisa, está sob a sua égide, direcionando para a comunidade um produto de qualidade e efetiva aplicação.

## 1.1 FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Ressalte-se o Conto de Escola, de Machado de Assis (1839-1908) publicado em 1884 e recolhido em 1896 no livro *Várias Histórias*. Livro considerado o apogeu da narrativa curta machadiana, com um valor estilístico próprio e características distintivas, já assinaladas pela crítica literária brasileira: O texto nos leva a uma reflexão sobre a questão da violência na história da educação, analisando o processo de formação escolar, vigente no Brasil até o século XIX, que consistia em o professor sujeitar seus alunos por meio de instrumentos de coerção e medo, com o fim de formar-lhes o caráter, mesmo que para isso recorresse a atos violentos.

A partir das análises desenvolvidas, pode-se pensar que quanto mais o poder se fundar na manutenção de privilégios de uma classe, mais a violência se impõe na

estrutura social e, portanto, na educação, como uma de suas instituições. Harmoniza a narrativa de personagem com a narrativa analítica concentrando seu foco crítico e reflexivo sobre a formação do caráter. Trata-se de um conto sobre educação e sobre a escola. O conto está narrado em primeira pessoa, abrindo-se com uma precisa indicação de data e de local: A escola era na Rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. O menino Pilar (o narrador quando criança), hesitante entre os espaços livres e abertos, locais para brincar, acaba optando pela escola. Motivo da opção: o castigo que o pai lhe aplicara (uma sova de vara de marmeleiro), por ter faltado duas vezes às aulas.

Já na escola, recebe de outro menino, Raimundo, filho do mestre, uma proposta: trocar uma explicação por uma moeda de prata. Outro aluno, Curvelo, vai ao mestre e delata os colegas. O severo professor, Policarpo, castiga os meninos, batendo neles com a palmatória. Pilar promete vingar-se, mas Curvelo foge com medo. No dia seguinte, após sonhar com a moeda, Pilar sai com a intenção de procurá-la, já que o mestre, antes da punição, a havia atirado à rua. Estando a procurar a moeda, Pilar se sente atraído por um batalhão de fuzileiros. Acompanha-o e depois retorna para casa sem moeda e sem ressentimentos.

Adulto, o narrador, rememorando esses fatos, salienta que Raimundo e Curvelo foram os primeiros a lhe mostrar a existência da corrupção e da delação. O conto nos mostra de imediato o problema da relação entre professor e alunos, bem como o problema da formação moral.

Gilberto Freyre nos chama a atenção para os regulamentos rígidos do sistema escolar desde o seu nascimento, quando em sua obra *Violência nas Primeiras Letras* descreve o martírio do ensino colonial antes da Independência. A escola brasileira, desde a origem, absorveu o mesmo conceito de educação que vigorava nas famílias: disciplina rígida com severas punições. A disciplina se entendia como um instrumento de controle do professor sobre os alunos, um instrumento tanto mais eficaz quanto mais pesada fosse a mão que com ele operasse o corpo franzido pelo medo.

Não é demais lembrar que a pedagogia, como disciplina patriarcal, apoiou-se em grande parte nas condições de coerção com que se formou o Brasil: de conquistadores sobre conquistados e de senhores sobre escravos. Gilberto Freyre assim ilustrou esse quadro:

Nos antigos colégios, houve por um lado, em alguns casos, lassidão, fazendo-se vista grossa a excessos, turbulências e perversidades dos meninos. Por outro lado, abusou-se criminosamente da fraqueza infantil. Houve verdadeira volúpia em humilhar a criança; em dar bolo em menino. Reflexo da tendência geral para o sadismo criado no Brasil pela escravidão e pelo abuso do negro. O mestre era um senhor todo-poderoso. Do alto de sua cadeira, que depois da Independência tornou-se uma cadeira quase de rei, com a coroa imperial esculpida em relevo no espaldar,

distribuía castigos com o ar terrível de um senhor de engenho castigando negros fujões.

Ao vadio punha de braços abertos; ao que fosse surpreendido dando uma risada alta, humilhava com um chapéu de palhaço na cabeça para servir de mangação à escola inteira; a um terceiro, botava de joelhos sobre grãos de milho. Isso sem falarmos da palmatória e da vara. Esta, muitas vezes com um espinho ou um alfinete na ponta, permitindo ao professor furar de longe a barriga da perna do aluno.

O menino no Brasil foi vítima, quase tanto quanto o escravo, do sadismo patriarcal. Esteve sujeito a diversas formas (moral, sentimental, física) e instrumentos de sofrimento: as várias espécies de palmatória, a vara de marmelo, às vezes com alfinete na ponta, o galho de goiabeira, o cipó, a pancada ou o empurrão no cachaço, o puxavante de orelha, o beliscão simples, o beliscão de frade, o cascudo, a palmada, o safanão. Poderia aumentar se se acrescentasse os castigos descritos pelo padre Jerônimo Serpa no Tratado de Educação Física-Moral dos Meninos, publicado no começo do século XIX.

Esse padre, que condena os castigos, fala do raspar a cabeça à navalha, do açoite, das horas em joelhos sobre caroço de milho etc., como exemplos dos maus tratos comuns nas casas e nas escolas. Lembre-se que, nos dois primeiros séculos de Brasil colonial, os colégios dos jesuítas, depois os seminários e colégios de padres, foram os grandes responsáveis pela irradiação de cultura. Nesse sistema educacional, a ordem e a autoridade primavam sobre tudo; os castigos, inclusive corporais, dados por irmãos leigos e não pelos padres, faziam parte do processo educativo. O castigo do .pensum, por exemplo, que consistia em copiar dezenas ou centenas de vezes a mesma frase, a mesma página ou até livro inteiro, foi substituído pelo castigo corporal.

Em 1827, na reunião da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, foi apresentada a emenda de Baptista Pereira e Cunha Mattos, buscando terminar com as punições: A réplica, no entanto, veio logo em seguida, quando o Sr. Hollanda Cavalcanti disse presumir que muito pouca gente soubesse realmente ensinar sem o uso da palmatória, completando que quantos não dizem hoje: .ah! se meu mestre me desse bastante pancada eu seria hoje mais feliz.. Pouco mais de cem anos depois, lê-se numa crônica de Mário de Andrade.

Em 1839, o Presidente da Província de Minas Gerais, no desejo de melhor orientar a instrução, encarregou os técnicos Fernando Vaz de Melo e Francisco de Assis Peregrino do parecer sobre métodos e modificações a serem adotados. Peregrino, de volta da França, procurou descrever minuciosamente o chamado ensino simultâneo. Tratando da escola modelo, faz a lista dos instrumentos caídos em desuso. Entre estes se contavam os escritos de punição em quadros onde havia, com grandes caracteres, as palavras preguiçoso, falador, mentiroso, brincador.

Esses quadros se afixavam (quando ainda vigia o costume) no peito dos alunos que fossem julgados merecedores desses epítetos desmoralizadores.

Também na Província de Minas Gerais, o professor Fulgêncio Moreira Maia Júnior, ao fazer um comentário sobre o ensino misto e descrever um dia de aula, deixa transparecer um detalhe a respeito da punição: Às 9 horas, chamada revista da roupa, mãos, rosto e unhas. O aluno pouco asseado deveria ser lavado na própria aula, à vista de todos.

Finalmente, mais um registro. No ano de 1867, houve uma disposição oficial em Minas Gerais proscrevendo os castigos corporais usados durante muito tempo.

A recomendação era a de só empregar a repreensão, o trabalho de leitura e de escrita fora das horas regulares, castigos que levassem o aluno ao vexame, a comunicação aos pais para castigos maiores e, por último, a expulsão da escola reservada aos alunos comprovadamente incorrigíveis, medida extrema adotada depois de esgotados todos os outros meios coercitivos. Paulo K. Corrêa Mourão, em *O Ensino em Minas Gerais no tempo do Império*, acrescenta: poderia haver também advertência particular ou pública, mudança para lugar inferior na classe, tarefa extra etc. Permitia-se ainda medida adotada até nos primeiros anos da República por o aluno de pé ou de joelhos, até mesmo com os braços abertos. Esgotados os castigos propriamente escolares, o professor comunicaria ao pai do aluno o procedimento deste, quando não se emendasse. (1959, p. 41).

Talvez, como narrado no *Conto de Escola*. Evidentemente autobiográfico, Machado de Assis, tivesse apanhado alguma vez, por ensinar aos companheiros o que aprendia com tanta facilidade. (1955, p.39). A figura do mestre-escola, referida constantemente em nossa literatura como objeto ironizado e também como instrumento da coerção e do medo, aparece várias vezes em Machado de Assis. Mas se trata de apenas um dos aspectos pelos quais o nosso maior escritor procura refletir sobre a educação. Não custa referir a importância que atribui ao seminário na formação de Bentinho em *D. Casmurro* ou os vínculos sugestivos que estabelece, pelo contraste entre natureza e cultura, entre o comportamento dos gêmeos Pedro e Paulo em *Esaú e Jacó* e todo o processo de educação familiar. Não há dúvida de que em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* encontramos de modo sugestivo mais forte as contradições existentes na educação familiar.

A volubilidade do personagem narrador e sua deformação de caráter encontram suas raízes nessa oposição entre a coerção pública, feita pelo pai, e o elogio na intimidade do lar, para o mesmo ato repreensível. Também neste grande romance, Machado de Assis aborda o tema da escola em dois capítulos. No XIII sintetiza suas observações sobre uma sala de aula de primeiras letras e, no XX, rememora a vida acadêmica de Brás Cubas. Relembrando sua experiência como aluno de primeiras letras, Brás Cubas mistura mágoa e reconhecimento, como se os castigos e a disciplina rígida fossem uma necessidade da melhor formação. Citar-se-

á: Só era pesada a palmatória, e ainda assim... Ó palmatória, terror dos meus Dias pueris, tu que foste o compelle intrare com que um velho mestre, Ossudo e calvo, me incutiou no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe e o Mais que ele sabia, benta palmatória, tão praguejada dos modernos, quem me dera ter ficado sob o teu jugo, com a minha alma imberbe, as minhas Ignorâncias, e o meu espadim, aquele espadim de 1814, tão superior à Espada de Napoleão. (Machado de Assis, 1959 b, p.432).

A delimitação espaço-temporal do conto de Machado de Assis, já se conhece: predomina a escola, o mês é maio, o ano 1840, no fim da Regência. Nessa época valia a excessiva rigidez na educação. O professor podia usar e abusar de sua autoridade, aplicando castigos corporais, de modo que a coerção social, própria de todo processo educativo, se fazia por meio da disciplina escolar apoiada em ameaças e violência física. O personagem narrador, rememorando esses procedimentos, assim se exprime: O pior que ele podia ter, para nós, era a palmatória. E essa lá estava, pendurada do portal da janela, à direita, com os seus cinco olhos do diabo. Era só levantar a mão, dependurá-la e brandi-la, com a força do costume, que não era pouca. (Machado de Assis, 1959a, p. 534) E mais adiante descreve a prática punitiva: Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas.

Chegou a vez do filho, e foi a mesma coisa; não lhe pouparam nada, dois, quatro, oito, doze bolos. Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem vergonhas, desaforados, e jurou que se repetisse o negócio, apanharíamos tal castigo que nos havia de lembrar para todo o sempre. E exclamava: Porcalhões! Tratantes! Faltos de brio! (Machado de Assis, 1959a, p. 536). Fica evidente que a violência física se soma à violência moral como modos de persuasão e como instrumentos de opressão e repressão que substituem qualquer outra pedagogia. Referindo-se à possível intenção subjacente neste conto, Fernando Paixão escreve que o que está em jogo é o indivíduo despertar para uma determinada consciência crítica frente à sociedade e suas relações. Cada um de nós teve vivências idênticas, mais ou menos marcantes, mas a trajetória se repete no sentido de que a idílica infância teve de ser abandonada em nome da razão, do conhecimento, do mundo do trabalho, em nome, enfim, das experiências novas que o correr da idade foi produzindo.

As personagens centrais do conto são o narrador (Pilar), Curvelo, Raimundo. meninos, os três . e Policarpo, o professor, pai de Raimundo. Dois mundos se opõem, o infantil e o adulto, sendo este a fonte do terror (que perpassa pela sala de aula) e de opressão violenta. Na esfera infantil, Pilar e Raimundo são os que se movem pela disciplina do castigo corporal, enquanto Curvelo, o delator, faz a ponte entre os dois mundos. Como na realidade, a escola se apresenta como extensão da

casa e da família. Tanto Pilar quanto Raimundo agem por medo aos pais, não sendo diferentes as punições sofridas dentro e fora do ambiente escolar. O pai de Pilar, um ex-militar ríspido e intolerante (p.532), que vê na escola um meio de transformar o filho em caixeiro, não economiza a vara de marmelo. Quanto a Policarpo, que maltrata os alunos, demonstra maior severidade com o próprio filho, trazendo-o sob constante vigilância e em constante medo. Nos breves diálogos travados entre Pilar e Raimundo, o tom de voz fica sempre baixo, como se os meninos se achatassem ao peso da autoridade do mestre. Nesse ambiente pesado, Raimundo e Pilar negociam com o conhecimento, Curvelo os denuncia, determinando o castigo descrito e a humilhação pública. Quase se pode concluir que a violência gera a corrupção e a delação e estas desdobram aquela, numa cadeia sem fim. Poder-se-ia concluir que Machado de Assis qualifica a escola de primeiras letras como lugar de origem da violência? Nada disso. Pode-se, sim, afirmar que nosso maior escritor deixa transparecer que as ações violentas deitam raízes na estrutura da sociedade. Quanto mais o poder constituído se fundar na autoridade privilegiada de uma classe, ou seja, quanto mais a manutenção do poder depender da manutenção de privilégios, mais o princípio de autoridade coercitiva se impõe, transformando as instituições sociais em Minas.

Machado de Assis, no conto, nada mais faz do que explicitar, esteticamente, essa instrumentação e as conseqüências no processo de aprendizagem e na formação do caráter. Na sociedade do tempo, construída sobre a exploração dos vencedores sobre os vencidos, mantida pelo sistema de produção fundado no trabalho escravo, garantida na hegemonia política da classe senhorial, a violência, como ação contrária à ordem moral ou à ordem da natureza, constituía um imperativo categórico. Restaria confirmar essa conclusão pela releitura de Memórias Póstumas de Brás Cubas (onde o escravo alforriado repete, quando patrão, a mesma violência sofrida tempos antes pelo senhor), pela leitura das crônicas escritas entre abril e junho de 1888, pela leitura de outros contos, inclusive o Conto Alexandrino, de Histórias sem Data (quando trata a violência justificada pela pesquisa científica) e, finalmente, pela análise de uma crônica sobre os motivos possíveis da crueldade humana, publicada em junho de 1895 com o título de O Autor de Si Mesmo. Tudo isso, porém, constitui assunto para outro trabalho.

## 1.2 UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Tão violenta como a rua

Megaestudo da Unesco mostra, com estatísticas, que falta segurança nas escolas brasileiras.  
(UNESCO, 2002)

Até que ponto a violência das ruas penetrou nas escolas do Brasil? Essa questão até então só respondida com especulações baseadas em incidentes de maior repercussão, que aparecem na imprensa. Um levantamento realizado pela Unesco, o braço das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, é o primeiro a examinar a insegurança na escola por meio de estatísticas. O estudo concluiu que na maioria dos colégios, sejam eles públicos, sejam eles privados, a violência atingiu tal patamar que os alunos estão tão inseguros na sala de aula como se estivessem na rua. Para chegar a esse diagnóstico, foram entrevistados 34.000 estudantes, 13.400 pais e professores de 340 escolas de catorze capitais durante dois anos. "A violência no entorno da escola chegou a um ponto tão alarmante que ultrapassou os portões e invadiu o ambiente escolar", diz a socióloga Miriam Abramovay, coordenadora do estudo da Unesco. "Poder-se-á comprovar também que não passa de mito a idéia de que apenas os estabelecimentos de ensino público convivem com tráfico de drogas, armas e gangues. A situação é bem parecida no ensino privado."

Os pesquisadores da Unesco consideram como violência na escola agressões, roubos e assaltos, estupros, depredações, armas e discriminação racial. Em décadas passadas, a violência dentro das instituições de ensino era vista como decorrência da rebeldia natural da adolescência. Os primeiros estudos sobre o assunto datam de 1950 e estão repletos de relatos de depredações e respostas malcriadas de alunos indisciplinados. O que antes era rebeldia hoje é crime de verdade. Nunca foi tão fácil o acesso a drogas e armas. Nem sequer é preciso procurar drogas fora da escola, pois muitos estudantes são também traficantes. "Têm alunos na cidade que se matriculam apenas para traficar", observa Jucinéia Santos, secretária de políticas educacionais do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). "Há aluno que vende crack às 8 horas da manhã. Quem deve a ele pode ser baleado no pátio, na hora do recreio", diz. Abaixo, alguns números do levantamento:

- Dos alunos que têm arma de fogo, 70% já levaram seus revólveres para a escola.
- As ameaças contra professores tornaram-se mais constantes e

perigosas: 50% do corpo docente de São Paulo e 51% do de Porto Alegre relataram algum tipo de agressão.

- Quatro de cada dez professores atribuem a violência ao envolvimento dos alunos com drogas.

Impressiona como a falta de segurança está presente em cidades com bons índices de qualidade de vida e também nas escolas particulares erguidas em bairros de classe média. Quase metade dos alunos entrevistados pelos pesquisadores da Unesco pertencem a famílias de classe média e pagava pelo ensino. Isso não quer dizer que a falta de segurança seja distribuída de forma igualitária entre todas as escolas.

Os casos mais graves, como homicídios, ocorrem quase sempre em estabelecimentos da periferia mais pobre. Nos colégios de elite, os problemas mais agudos envolvem alunos usuários de drogas. Em geral, terminam com a expulsão do infrator e sua transferência para uma instituição particular menos rigorosa. "As escolas de prestígio têm de impor limites para poder formar seus alunos", diz Guiomar Namó de Mello, do Conselho Nacional de Educação. "Não dá para dizer que todos os problemas de violência são causados pelo uso de drogas", pondera a educadora. "A violência escolar está ligada a fatores que correm paralelos à droga: a agressividade é um deles. A agressividade dos jovens é muito maior hoje. Isso é incentivado pela mídia. É bonito ser violento, dá status."

Um dos motivos para a expansão do tráfico e o consumo de drogas nas escolas é a falta de medidas mínimas de segurança. De acordo com a pesquisa da Unesco, 53% dos colégios particulares não tomam cuidados básicos para proteger seus alunos. Na rede pública, esse número sobe para 65%. Praticamente todos os estabelecimentos de ensino têm portões, em 80% deles há muros e 66% exigem uniforme. Mesmo assim, em quatro de cada dez escolas a vigilância nos portões é tão precária que estranhos podem entrar e sair à vontade. "Notamos que as instituições com mais de 5.000 alunos costumam ter mais problemas que as escolas menores, de até 600 alunos", diz Miriam Abramovay,. "As menores são menos violentas porque o controle dos alunos é maior. São lugares em que o diretor conhece cada estudante."

Os educadores ainda não chegaram a uma conclusão sobre o que é preciso para aumentar a segurança nas escolas, mas sabem que o custo é pesado. Só o governo de São Paulo está despendendo 500 milhões de reais para instalar câmaras e reformar os prédios. Com essa quantia, seria possível construir 294 unidades do tipo existente no projeto do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), do governo federal, com doze salas e área de lazer. O levantamento da Unesco também foi constatado que o grau de violência tem impacto decisivo no aproveitamento escolar. Metade dos alunos que convivem com situações muito agressivas não

consegue concentrar-se nos estudos.

A outra metade se divide entre aqueles que perdem a vontade de ir ao colégio e os que ficam extremamente nervosos. A violência é uma das principais razões do abandono prematuro dos estudos. O mesmo ocorre com os professores. Muitos desistem da profissão depois de agressões e ameaças.

Estariam as escolas Brasileiras formando opressores e vítimas?

O problema se alastra pelo mundo como rastilho de pólvora, mas, no Brasil, embora o governo admita sua existência, ele não é prioritário dentro das políticas educacionais. Iniciativas para combatê-lo geralmente partem de entidades como Unesco, pesquisadores e secretarias de educação. O MEC as apóia, mas elas contemplam um número reduzido entre mais de 200 mil estabelecimentos e não há diretrizes para um combate efetivo à violência escolar. As discussões são estéreis e as soluções apontadas abarcam desde munir escolas com modernos aparatos de segurança, até a implementação de projetos que visam à oferta de atividades culturais e esportivas para os alunos, passando pelo treinamento de professores em mediação de conflitos. Todas têm seu lado positivo e devem ser tentadas em conjunto, desde que não se caia em exageros: nem se pode transformar escolas em fortalezas, onde olhos eletrônicos vigiam qualquer movimento, e (no outro extremo) tampouco pode nutrir a ilusão de que um jogo de bola nos fins de semana demoverá jovens infratores do hábito de portar armas e drogas e ameaçar a integridade física e mental de professores e colegas.

Inadmissível é adiar providências enquanto se buscam as causas da violência escolar, e se perder em um labirinto de “achismos”. De um lado, muitos crêem que as escolas são autoritárias, sufocam os alunos e favorecem sua agressividade. Outros acham que falta mais disciplina. De que lado você está? Particularmente, acho curioso que a ordem e disciplina que caracterizam as escolas japonesas não tenham evitado que, ano passado, uma menina de 11 anos tirasse a vida de uma colega com um estilete, porque não gostou da mensagem que esta lhe enviara pela internet.

Obviamente, há dois problemas em um. O primeiro, segundo especialistas norte-americanos, que têm como marco a tragédia de Columbine (em 1999, dois meninos mataram 12 colegas, um professor e se suicidaram), é o fato das escolas não estarem preparadas para detectar alunos com problemas emocionais graves. O Centro Nacional de Segurança nas Escolas (National School Safety Center – NSSC) elaborou até uma lista de características dos “alunos-problema” que beiram a patologia para que sejam identificados antes de causarem uma desgraça. Esses casos bárbaros, no entanto, desvelam o segundo problema: um cotidiano de violências em vários graus, com a qual os alunos compactuam ou da qual temem

falar.

A Unesco alerta que nas escolas impera a lei do silêncio e não há confiança entre professores, alunos e pais. O instituto de prevenção de violência na escola dos EUA entrevistou 477 alunos e 456 pais e constatou que 2/3 dos alunos participam de grupos que intimidam colegas; só 1/3 acha que a escola penaliza os intimidadores; entre as vítimas, apenas 16% pediram ajuda a um professor e, entre recorrer aos pais ou a um amigo, 78% escolheriam o amigo. Na Alemanha, pesquisa entre 1100 jovens das 7ª e 8ª séries (2003) apontava que 60% já tinham batido em colegas nos últimos seis meses; 5% os intimidam regularmente e 8% os ameaçaram com facas e pistolas. Na França, 23,9% dos alunos já foram agredidos; 72,4% sofreram insultos e 45,1% foram roubados. Mas esses percentuais não “batem” com dados oficiais, como frisou o representante do país em palestra sobre violência escolar na reunião da SBPC de 2004, em Cuiabá. Os dados oficiais apontam apenas 0,12% dos alunos como vítimas de furtos, 0,32% como vítimas de agressões e 0,25%, de insultos. Denúncias não são levadas à polícia: lá como cá, os alunos não crêem que ela vá protegê-los de represálias.

No Brasil, a pesquisadora Miriam Abramovay, realizou pesquisa com mais de 12 mil estudantes em 143 escolas públicas do Distrito Federal, Belém, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo: 84% dizem haver violência nas escolas; 37% já foram furtados e 4,7%, agredidos; 21,7% já viram canivetes e 12,1%, revólveres em sala de aula. Entre os que consideram a escola “péssima/ ruim”, 90,7% queixam-se da violência, assim como 78,3% dos que a consideram “boa/ótima”. Ou seja, a violência campeia nas melhores instituições.

E que ações distintos países vêm promovendo para amenizar o fenômeno que fez do magistério profissão de risco e dividiu alunos em opressores e vítimas? Nos EUA, os estabelecimentos se equipam, contratam seguranças e dois mil deles estão recompensando alunos que informam, via “disque-denúncia”, atividades suspeitas. Na Inglaterra, crianças de dez anos respondem por seus crimes e podem ser expulsas da rede escolar. A Argentina desenvolve um trabalho pioneiro na América Latina, treinando professores para mediar conflitos. No México, implantou-se o programa “Contra la violencia, eduquemos para la paz. Por ti, por mí y por todo el mundo”. A Unesco propõe o Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz, nascido da observação de experiências nos Estados Unidos, França, Espanha e países em que o trabalho com jovens nas dimensões artísticas, culturais e esportivas funcionou como prevenção à violência.

No Brasil, além do reforço de policiamento no entorno, as escolas também devem perder o escrúpulo de adotar medidas de segurança. Além disso, deve ser efetiva a integração famílias/escola, para que esta seja gerida de modo democrático e ofereça aos alunos oportunidades de expressarem seus talentos, não sua crueldade. Recomenda-se, ainda, turmas pequenas, para que alunos-problema

sejam identificados e tenham mais facilidade de se adequarem ao contexto escolar. O ambiente deve favorecer o diálogo e a confiança, e a formação para a ética e tolerância, pressupostos da cidadania, deve ser priorizada. Mas educar para a cidadania também pressupõe que os alunos devem aprender a assumir a responsabilidade por seus atos. E complacência e violência, no caso, não rimam.

### 1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

A Segurança Pública é complexa e dinâmica, exigindo exercício constante e permanente aperfeiçoamento na busca de qualidade e na prestação de serviços públicos. No princípio esteirado na constituição federal no seu artigo 37, tem o mister da Instituição em buscar premente o princípio da Eficiência, um produto de qualidade a comunidade, podendo ser o próprio exercício do Policiamento Ostensivo, bem como outras atividades que complementem esta necessidade.

A clássica proposição dos estudos monográficos é sempre propor novas filosofias, sua aplicação e/ou melhorar a atuação já existente no processo de propiciar a Sensação de Segurança à comunidade que se serve destes serviços do estado. A sociedade na sua natural evolução exige dos entes estatais os referidos serviços que atendam as reais necessidades. Nessa premissa os serviços de Segurança Pública podem e devem acompanhar a evolução social. A forma de atuação da segurança pública na década de 1970 não é nem pode ser aplicado na atualidade. A criminalidade muda, transforma-se e se adapta ao terreno, circunstâncias e demais vetores sociais. Esta capacidade de adaptação deve ser percebida pela Instituição. Tem-se claramente a questão da violência na ambiência escolar e se o modelo atual de policiamento ostensivo corresponde com as expectativas sociais.

Ainda, foi abordado os processos existentes naquele ambiente de pesquisa e identificar qual que tem mais afinidade com os reclamos sociais e seus efeitos, mediatos ou imediatos, naquela comunidade assistida pela presença do Estado.

Nesta sondagem, a Polícia Militar em sua amplitude, necessita detalhar o seu atendimento e ampliar a sua abrangência sempre no sentido de melhorar e qualificar suas atividades no terreno. Este trabalho tem o seu vetor de estudo neste sentido. Qual atividade tem principal identificação com aquele ambiente e qual o seu resultado na sensação de segurança da comunidade assistida. Quais os projetos/programas externados pela Polícia Militar têm maior eficiência e/ou eficácia, culminando em positividade em seus resultados e propiciem satisfação à comunidade local. Em termos sociais, a PMPR tem os seguintes Programas e Projetos, segundo

PAZINATTO 2004: Projeto Formando o cidadão, Projeto PROERD, Projeto Polícia Comunitária, Projeto POVO (Policimento Ostensivo Volante), Projeto Patrulha Escolar.

Dentre os atuais Programas Sociais de impacto da PMPR na atualidade, que atuam na ambiência escolar, diferentemente da Guarda-mirim e do Formando Cidadão, tem-se o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, muito bem formatados e amplamente doutrinados na Instituição. A questão nuclear destes programas será qual deles oferece uma amplitude de serviços que está na memorização da comunidade, qual deles tem um fator de preventividade eficiente e que integra no ambiente escolar juntamente com a comunidade local.

#### 1.4 JUSTIFICATIVA

A Violência transcendeu a periferia invadindo os bairros de classe média e alta, além de fazer parte do cotidiano das faculdades, escolas e colégios, tanto estaduais, municipais e particulares. A influência do tráfico de drogas é o principal vetor canalizador das relações sociais além do que, da própria desagregação familiar entre tantos outros fatores sociais que formam as diversas variáveis que fazem uma frente imensurável que propiciam a influência da Violência no cotidiano brasileiro, principalmente, nas grandes cidades. Esta influência foi motivo da Polícia Militar atuar de modo específico no ambiente escolar na formação da malha protetiva da comunidade local, dando origem ao Policiamento Ostensivo Especializado como a Patrulha Escolar e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência.

Esta monografia, em sua elaboração, formata a pesquisa com o fito de responder qual a influência destes programas na comunidade escolar e a forma de utilizar ambos programas como estratégia de fortalecimento da sensação de segurança, e principalmente, sua importância para o atual contexto na elaboração de diretrizes futuras de planejamento social em questão de segurança pública. No ambiente de pesquisa, verifica-se dois pontos distintos equidistantes entre os programas, sendo que um atua de gerenciamento ambiental e o outro, atua como participe na educação do aluno de 4<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> séries.

#### 1.5 OBJETIVOS

##### 1.5.1 Objetivo Geral

Avaliação dos referidos Programas e Atividades de Segurança Pública na Escola Municipal Vereador André Nadolny, na cidade de Colombo, onde é aplicado o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) e dos serviços da Patrulha Escolar Comunitária.

#### 1.5.2 Objetivos Específicos:

- a. identificar os problemas existentes de ocorrência, criminalidade e violência no ambiente escolar e perifericamente e sua correlação com o tráfico de drogas;
- b. verificar a eficiência e os resultados das ações de policiamento ostensivo no ambiente escolar e do programa educacional de resistência às drogas e a violência naquele ambiente escolar;
- c. realizar propostas de potencialização dos recursos de maior eficiência ou corrigir ações para propiciar a eficácia destes processos ou programas;

## 2 LITERATURA PERTINENTE

Com a formação do marco teórico, neste capítulo, em foco no afunilamento revisional primário, secundário e terciário, ter-se-á amplamente o estudo e amparo legal das atividades exercidas pela PMPR. Neste sentido, tem-se primeiramente o marco primário nas legislações gerais e as demais específicas sobre o assunto. Após, a malha primária, o que fora descrito sobre o PROERD e a Patrulha Escolar, com capítulos específicos desta atividade, bem como os moldes da formação cognitiva da importância da malha protetiva preventiva.

A promulgação da Constituição Federal, com nuances da doutrina Democrata Social, denominada de Constituição Cidadã, traz por missão precípua, a transformação social. A Magna Carta, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, inseriu a competência das Polícias Militares no capítulo da Segurança Pública. Cita-se o artigo 144, e seus incisos:

### *DA SEGURANÇA PÚBLICA*

*Art. 144 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

- I - Polícia Federal;*
- II - Polícia Rodoviária Federal;*
- III - Polícia Ferroviária Federal;*
- IV - Polícia Civil*
- V - Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.*

*§ 5º - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.*

*§ 6º - Às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército (grifo nosso), subordinam-se, juntamente com as Polícias Cíveis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.*

*§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. (BRASIL 1988)*

Seguindo a esteira da Constituição Federal, a Constituição Estadual do Estado do Paraná, promulgada no dia cinco de outubro de 1989, regulamentada no seu bojo, a aplicação da Legislação Máter que inseriu à Polícia Militar, no capítulo responsável à SEGURANÇA PÚBLICA, definindo a sua devida competência constitucional, tanto, agora na esfera federal como na estadual. Assim prevê nos seus artigos e incisos:

#### *DA SEGURANÇA PÚBLICA*

*Art. 46 - A segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:*

- I - Polícia Civil;*
- II - Polícia Militar.*

*Parágrafo Único - O Corpo de Bombeiros é parte integrante da Polícia Militar.*

*Art. 48 - A Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na disciplina e hierarquia militares, cabe a Polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividade de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.*

*Art. 49 - À Polícia Militar, comandada por Oficial da ativa do último posto, força auxiliar e reserva do Exército, e a Polícia civil, subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competência, bem como direito, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.*

*Art. 51 - À prevenção de eventos desastrosos, o socorro e a assistência aos atingidos por tais eventos e a recuperação dos danos causados serão coordenados pela defesa civil.*

*Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*  
(PARANÁ 1988)

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo*

*e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

*Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL 1988)*

No contexto social contemporâneo, as Constituições, tanto federal como estadual, no capítulo da Segurança Pública, incumbiram às polícias militares estaduais a responsabilidade sobre a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

As demais atividades essenciais que regulamentam a atividade PM/BM são inseridas na lei nº 6774/74 e demais que ora serão respectivamente descritas na Bibliografia.

A atividade do PROERD com as suas procedimentações necessárias aos encetamento de ações do Programa está inserida na Diretriz nº 006/2000, de 10 Out 00, estabelecendo as finalidades do programa, sendo elas:

- a. Instituir e implantar o Programa de Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), na Polícia Militar do Paraná.
- b. Fixar normas para aplicação do PROERD na Rede de Ensino Fundamental do Paraná;
- c. Padronizar as palestras sobre drogas em toda Polícia Militar;
- d. Informar o público interno e externo sobre a problemática das drogas e da violência.

Quanto a procedimentação das atividades da Patrulha Escolar Comunitária está descrita na Diretriz nº 006/2000-PM/3-PMPR e na Lei nº 15.745 de 20 dez 07, regulamentada pelo Decreto 20348/ 19 abr 08.

Na Diretriz que norteou as atividades da Patrulha Escolar Comunitária em todo o Estado, teve por linha mestra os seguintes objetivos:

- a. Estabelecer procedimentos aos integrantes da Polícia Militar do Paraná;

- b. Definir o campo de ação da Patrulha Escolar;
- c. Melhorar o emprego operacional e o tempo de resposta em ocorrências em escolas ou próximo a essas.

Em 2001 a PMPR iniciou o trabalho de implantação da Filosofia e Estratégia de Polícia Comunitária em Curitiba que está atuando em projeto piloto com os seguintes objetivos. Em cada bairro escolhido:

- a. Reduzir o crime e o medo do crime;
- b. Reduzir a desordem percebida;
- c. Melhorar a condição geral de vida no bairro.
- d. Criar condições de aceitabilidade para o sistema, facilitando e agilizando sua expansão para outras áreas.
- e. Fortalecer a auto estima do policial

Efeitos pretendidos:

- a. Recuperação do sentimento de comunidade;
- b. Fortalecimento do respeito à imagem da polícia e do Estado;
- c. Resgate do sentimento de cidadania.
- d. Redução do estresse da vida em sociedade.
- e. Fortalecimento do civismo.
- f. Redução do estresse policial por ver os efeitos positivos do seu trabalho;
- g. Engajamento do policial com os objetivos da Corporação;
- h. Progressiva humanização do elemento policial.

## 2.1 POLICIAMENTO OSTENSIVO – CONCEITOS DOUTRINÁRIOS VIGENTES E GENERALIDADES DA FERRAMENTA DA PAZ SOCIAL

Antes de abordar o assunto policiamento ostensivo, denota-se a necessidade de esgotar neste capítulo o exercício da ação presença da PMPR na atividade mister de sua competência originária advinda da nossa constituição cidadã.

No seu revestimento social-democrata, a carta cidadã se reporta no seu artigo 144 a formação do Sistema Nacional de Segurança Pública e depois o seu desdobramento infraconstitucionais atingindo os estados, neste exemplo, tem-se o estado do Paraná. Contudo, ferramentalizado por esta competência constitucional e demais ordenações próprias formam os demais conceitos, e, extraídos dos manuais e outros livros doutrinários, formata a aplicabilidade desta ferramenta social de pacificação social que abordar-se-á pormenorizadamente, a fim de estender uma complexa teorização de adaptabilidade desta ferramenta na ambiência escolar.

No próximo capítulo, no sentido de adequar os conceitos doutrinários da década de 1970, quando os Atos Institucionais eram vigentes e todo o sistema de preventivo arcabouçou-se no modelo de radiopatrulhamento, iminentemente um modelo doutrinário de cunho reativo de policiamento ostensivo presente nos ensinamentos acadêmicos, e desta feita, ter-se-á o choque cultural e a adequação das normas constitucionais aos serviços prestados pela PMPR.

A doutrina reinante de proteção do estado pelas instituições é invertida para uma formação de rede de proteção social ao cidadão. O Estado que era servido de uma rede legislativa ampla de defesa, passa a ser executor de serviços, sendo compelido por força constitucional a enquadrar-se nos princípios diversos entre eles a da eficiência na prestação de serviços públicos. Esta inversão de valores sociais é relevante no sentido de entender as doutrinas anteriores e o seu choque na atual geração.

Após tal exposição, passa-se de forma sucinta a descrever os conceitos doutrinários de policiamento ostensivo. Como é ensinado nos bancos escolares desde a formação do soldado PM até o Aluno Oficial, o policiamento ostensivo é a espinha dorsal, de toda a atividade PM. Por meio dele, é que, a Organização Policial Militar, realiza a sua atividade de Policiamento Preventivo, ou de Polícia Administrativa ou, melhor definido pelo Professor Helly Lopes de Meirelles, como o exercício do poder de polícia administrativa<sup>1</sup>.

Não somente em relação ao estado brasileiro, há este padrão, este tipo de exercício de Polícia Administrativa, nem tampouco, somente os órgãos policiais estão habilitados para tal, mas a exemplo de outros países mais desenvolvidos, tem-se as

---

<sup>1</sup> Direito Administrativo da Ordem Pública, 3ª Ed. Ed Forense, Rio de Janeiro, 1998;

Agências que têm poderes administrativos mais amplos. Como salientado, qualquer órgão do Estado tem o Poder de Polícia, que na verdade, é o exercício da atividade do próprio estado.

Com o próprio exercício da atividade de policiamento ostensivo se mantém também a Ordem Pública. Nada mais incerto, do que o conceito de Ordem Pública, ilustra o Dr Álvaro Lazarini<sup>2</sup>. As razões destes conceitos têm divergências doutrinárias, face que muitos juristas e conceituados juriconsultos, não chegam ao consenso comum, de uma verdadeira definição de Ordem Pública, face que a sua denominação, tendem a serem modificados em um dado momento histórico de um Estado.

Para cumprir sua missão, competem à Polícia Militar, como polícia ostensiva preventiva, as seguintes ações de policiamento:

- a. ostensivo geral, urbano e rural;
- b. trânsito urbano e rodoviário;
- c. florestal, de mananciais e de preservação ambiental;
- d. guarda das sedes dos poderes estaduais;
- e. segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- f. radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial ( a pé, montado, motorizado, embarcado e aéreo transportado);
- g. atividades de garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos da administração pública;
- h. a polícia judiciária militar e,
- i. prestação de assistência e socorro em geral.

Características do policiamento ostensivo têm suas peculiaridades atinentes a esta atividade social importante para fazer frente a manifestação criminal, e, estudando academicamente o Policiamento Ostensivo, interiorizado na cadeira de Policiologia, ramo da ciência social que está surgindo no Brasil, conceitua-se as atividades inerentes a característica do Policiamento Ostensivo:

- a. Identificação;
- b. Dinâmica;
- c. Legalidade e;
- d. Ação presença.

No ramo técnico-científico, que forma os conceitos mencionados, tem-se os

---

<sup>2</sup>

c.f. Direito Administrativo na Ordem Pública, p.4

seguintes princípios:

- a. Universalidade;
- b. Responsabilidade Territorial (grifo nosso)
- c. Continuidade;
- d. Aplicação;
- e. Isenção;
- f. Emprego lógico;
- g. antecipação;
- h. Profundidade;
- i. Unidade de comando e;
- j. objetivo.

A importância da manutenção da Ordem Pública é o alicerce da própria filosofia de Segurança Pública. O cerne da Ordem Pública, conforme já citado por diversos autores, é a garantia da condição mínima essencial ao bem comum e de uma vida social harmoniosa, em que há uma tranquilidade social, uma garantia da preservação da incolumidade física e dos bens, da saúde, em que se respalda os alicerces da Ordem Pública.

Para a garantia desta Ordem é que a PM se instrumentaliza com os Poderes de Polícia do Estado e por meio deste, mantém a garantia mínima de uma convivência pacífica em sociedade.

## 2.2 VARIÁVEIS DO POLICIAMENTO OSTENSIVO

No universo abordado sobre a temática da técnica policial-militar deve-se estender-se sua influência sobre determinado território e, neste, realizando a ostensividade por meio dos mais diversos processos e modalidades, autônomas e em conjuntas. Então, neste capítulo, importante abordar-se-á as variáveis de policiamento ostensivo. Tais inferências são abaixo descritos para a real compreensão deste título e a formação da esteira de conhecimento do assunto.

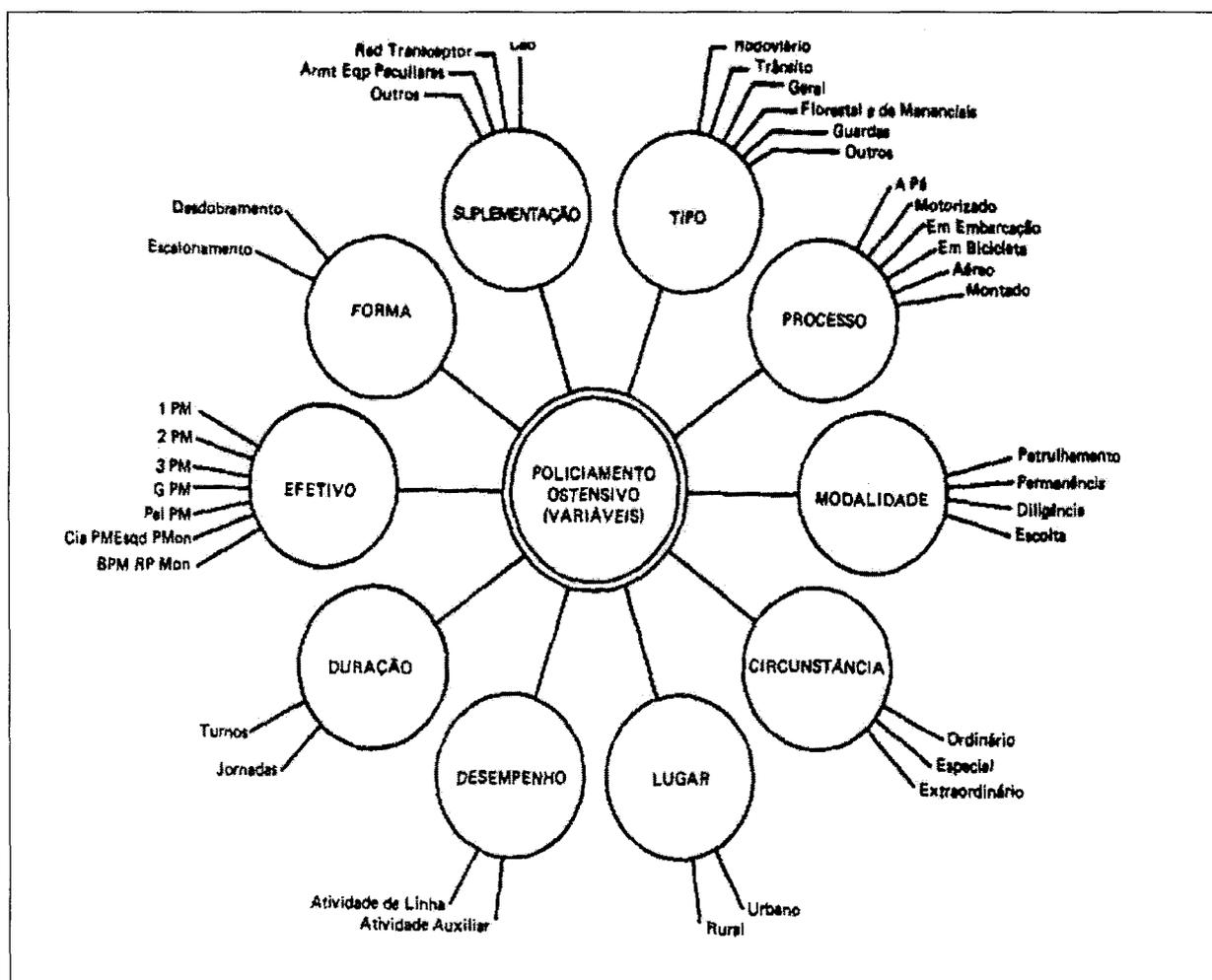


Figura 1. Variáveis de Policiamento Ostensivo Manual Básico De Policiamento Ostensivo, MTP -11 -3- PM, 1ª Ed. 1988. 114p.

## Tipos

São qualificadores das ações e operações de Policiamento Ostensivo:

### Policiamento Ostensivo Geral

Tipo de Policiamento Ostensivo que visa a satisfazer as necessidades basilares de segurança, inerentes a qualquer comunidade ou a qualquer cidadão.

### Policiamento de Trânsito

Tipo específico de Policiamento Ostensivo executado em vias urbanas abertas à livre circulação, visando a disciplinar o público no cumprimento e respeito às regras e normas de trânsito, estabelecidas por órgão competente, de acordo com

o Código Nacional de Trânsito e legislação pertinente.

#### Policiamento Rodoviário

Tipo específico de Policiamento Ostensivo executado em rodovias estaduais e mediante convênio, em rodovias federais, visando a disciplinar o público no cumprimento e respeito às regras e normas de trânsito, estabelecidas por órgão competente, de acordo com o Código Nacional de Trânsito e legislação pertinente.

#### Policiamento Florestal e de Mananciais

Tipo específico de Policiamento Ostensivo que visa a preservar a fauna, os recursos florestais, as extensões d'água e mananciais, contra a caça e a pesca ilegais, a derrubada indevida ou a poluição. Deve ser realizado em cooperação com órgãos federais ou estaduais, mediante convênio.

#### Policiamento de Guarda

Tipo específico de Policiamento Ostensivo que visa à guarda de quartelamentos, à segurança externa de estabelecimentos penais e das sedes dos poderes estaduais.

#### Processos

São maneiras pelas quais utilizam-se os meios de locomoção. Podem ser:

- a pé;
- motorizado;
- montado
- aéreo;
- em embarcação;
- em bicicleta.

## Modalidades

São modos peculiares de execução do Policiamento Ostensivo:

### Patrulhamento

É a atividade móvel de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção ou mesmo de emprego de força, desempenhada pelo PM no posto.

### Permanência

É a atividade predominantemente estática de observação, fiscalização, reconhecimento, proteção, emprego de força ou custódia, desempenhada pelo PM no posto.

### Diligência

É a atividade que compreende busca de pessoas, animais ou coisas, captura de pessoas, ou animais apreensão de animais ou coisas, resgate de vítimas.

### Escolta

É a atividade destinada à custódia de pessoa ou bens em deslocamento.

## 2.3 CONCEITO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CONTEMPORÂNEO PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Da perspectiva de um “consumidor” direto e individual de serviços policiais, os problemas não relacionados a crime são mais freqüentes e importantes. Solicitações de serviços não relacionados a crimes são as que envolvem conflito. Tais solicitações somam cerca de um quarto de todas as solicitações de serviço e dizem respeito a briga entre cônjuges, proprietários e inquilinos, entre vizinhos, ou entre proprietários e fregueses de bares. Tais situações são carregadas emocionalmente, e solucioná-las requer perícia e controle do temperamento por parte dos policiais, exigências bem diversas daquelas requeridas para lidar com a maioria dos incidentes relacionados a crimes.

Outra importante categoria de solicitações é a de emergências diversificadas. As forças policiais vão ao auxílio de pessoas física ou mentalmente doentes, pessoas que são feridas em acidentes domésticos ou são mordidas por animais, ou mesmo pessoas com tendências ao suicídio, ou, ainda, deficientes ou idosos em várias situações difíceis, pessoas perdidas e outros casos semelhantes. Na área de trânsito, as forças policiais respondem a ocorrências de acidentes automobilísticos, alguns envolvendo feridos, e reclamações de pessoa dirigindo perigosamente ou veículos estacionados de forma irregular.

As forças policiais também atendem solicitações que não são emergenciais. Desse modo, os policiais muitas vezes servem como guardas que atravessam crianças diante de escolas e vigiam condições sanitárias, conforme informações prestadas por cidadãos.

O planejamento de serviços sociais urbanos que enfatizem o papel da polícia na prevenção e controle do crime tende a minimizar a substância real do policiamento. O papel da polícia em relação ao crime é importante, mas certamente não exclusivo.

Uma concepção concreta de quem está sendo servido é fundamental para o planejamento do serviço policial urbano. A concepção tradicional sustenta que o beneficiário do serviço policial é a “comunidade”. Isso se baseia na afirmação de que os benefícios do policiamento recaem sobre o público como um todo, que tais benefícios são indivisíveis. Assim, por exemplo, a comunidade em seu todo, presumivelmente, tem um sentimento maior de segurança ao saber que as forças policiais estão continuamente disponíveis em casos de emergências. Do mesmo modo, os cidadãos como um todo consideram conveniente – e ficam satisfeitos – o fato de as forças policiais manterem a ordem civil e regularem o trânsito.

Esta é a concepção abstrata do consumidor do serviço policial. A maioria dos cidadãos de uma dada cidade raramente entra em contato direto com suas forças

policiais, e alguns deles nunca irão fazê-lo. Consequentemente, suas opiniões a respeito da qualidade de suas forças policiais são formadas a partir de impressões indiretas, derivadas das reportagens da mídia local. Além disso, o medo do crime que sentem e sua noção geral sobre o papel da polícia é altamente influenciada pela mídia popular, que persiste em retratar as forças policiais como preocupadas com o controle do crime grave, uma imagem que está em contraste agudo com o trabalho real do policiamento urbano e a incidência real de crimes (PAZINATTO 2004).

Cria uma relação falsa em relação a responsabilidade policial. Ao tentar gratificar as caprichosas demandas do público abstrato, as forças policiais tem tendências a ignorar as demandas dos usuários reais dos seus serviços. Em vista disso, as dificuldades de uma dada vítima tornam-se uma questão secundária em relação a captura de um bandido – freqüentemente impossível de ser capturado – pela polícia. Além disso, demandas individuais para que a polícia resolva um conflito ou proporcione serviços de emergência que não sejam ligados ao crime tornam-se itens com prioridade menor na agenda policial; e, em detrimento de práticas mais produtivas de policiamento reativo, as forças policiais dedicam uma quantidade excessiva de seus recursos para táticas proativas que não são produtivas para prevenir o crime.

Na área do crime, os pobres necessitam mais dos serviços policiais do que as outras classes urbanas. A vitimização criminal, especialmente as decorrentes de crimes mais sérios e violentos, está claramente relacionada com classe socioeconômica.

Quando se trata de fazer um planejamento que envolva populações heterogêneas, entretanto, e o interesse público for difícil de ser determinado, o planejador deve tomar uma posição política e propor a alocação de recursos de modo tal que os maiores benefícios se destinem àquelas pessoas, grupos de interesses e comunidades que eles percebem serem mais necessitados de benefícios públicos.

## 2.4 HISTÓRICO DO SISTEMA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Foi apenas em 1967 com o advento do Decreto-Lei Federal nº 317, de 13 Mar 67, uma nova fase se apresenta para as Polícias Militares brasileiras, no que diz respeito ao policiamento ostensivo. O referido Decreto Lei, reorganizou as Polícias Militares, inserindo-as no contexto da atividade de Polícia Ostensiva, porém ainda com a visão de segurança interna. Além disso, criou a Inspetoria Geral das Polícias Militares, e tratou também, da estrutura, da organização de pessoal, da instrução, da justiça e da disciplina (PORCIDES 1999).

Em 1969, por meio do Decreto Federal nº 667, de 02 Jul 69, as Polícias Militares do Brasil, foram reorganizadas, sendo estabelecida a competência pela manutenção da Ordem Pública e Segurança nos Estados e a execução, com exclusividade do policiamento ostensivo fardado.

Foi o Decreto Federal n.º 66.862, de 08 Jul. 70, ao regulamentar o Decreto Lei n.º 667, 02 Jul. 69, que efetivamente estabeleceu os tipos de policiamento ostensivo, a serem executados pelas Polícias Militares.

A mudança mais significativa para as Polícias Militares adveio da Emenda Constitucional n.º 01, de 17 Out. 69, a qual estabeleceu a competência das Polícias Militares para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, sendo consideradas como Forças Auxiliares e reserva do Exército (MEDEIROS 1999).

Nos anos de 1968, a Instituição que fazia as atividades inerentes à Polícia Militar nos tempos atuais, era a Guarda Civil. Foi em 1968, com a sua extinção pelo Governo Militar, que a Polícia Militar que até então era mantida em quartelamentos, treinando ordem unida, controle de distúrbio civil, participava com efêmeras ações de policiamento ostensivo muito mais em eventos, Guardas do que Policiamento Ostensivo. A Polícia Militar naquela época nem “know-now” tinham para a atividade de Policiamento Ostensivo motorizado. O Batalhão de Guardas se deu origem ao atual 12º BPM era o Batalhão que mais participava de Eventos.

No entanto, com a extinção das Guardas-civis, em 1970, sob o Comando do 1º Tenente QOPM Sérgio Manuel Mastek Ramos, foi criado a Companhia de Rádio Patrulha, com sete viaturas providas da Guarda Civil, passaram a realizar patrulhas rádio-motorizada pela cidade de Curitiba e região metropolitana (MEDEIROS 2004)

Esta era a forma embrionária da atividade de Policiamento Ostensivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Um sistema altamente Reativo, combinado com o atendimento de telefone (190). Este modelo foi que deu origem a tantos outros processos e tipos de policiamento da Polícia Militar do Estado.

Desta feita, há de ressaltar que, maiorias dos atuais Oficiais do alto escalão

da PMPR passaram por este Processo de Policiamento Ostensivo, fazendo parte dos conteúdos programáticos acadêmicos que formam os praças e oficiais da Corporação.

Por isso, a explicação de que qualquer modelo de Policiamento Ostensivo diferenciado do modelo embrionário institucional, recebe resistência e todo e qualquer modelo PROATIVO na Corporação tem a tendência de retroceder a sua identificação para o Modelo embrionário. Este Modelo está presente no Pensamento Institucional.

Ainda, antes da criação do CFA, ou seja, Curso de Formação de Aspirantes na década de 60, todos os oficiais da Instituição, eram formados nos Cursos de Oficiais de 2ª Linha do Exército, nos Quartéis Militares, no que, naturalmente, seja acreditado que esta cultura em muito deu a formação de pensamentos que vigoram na Corporação ainda nos dias de hoje.

O Modelo de Policiamento Ostensivo contemporâneo vigente é a RPA (Rádio-Patrolha Auto) compostos no mesmo modelo embrionário da Cia PRM de 1970. A própria RONE, ROTAMs dos Batalhões, e outros Grupos mais elitizados são moldes doutrinários da antiga Cia PRM

E qualquer tentativa de alteração deste modelo sofre pesadas críticas e a mudança de comportamento sempre sofre restrições de pensamentos positivistas-funcionalistas. Não há neste sentido qualquer surpresa da Resistência dos Oficiais ao Modelo Solidário.

Esta cultura ainda é sedimentado pela falta de doutrinação e/ou renovação das atuais doutrinas de emprego de efetivo em atividade de policiamento ostensivo. As culturas neste sentido estão voltadas para modalidades e não o Processo de Policiamento Ostensivo. Discute-se Patrulha Escolar, Projeto POVO e o Policiamento Ostensivo e sua oferta ou potencialização fica relegada a segundo plano.

O modelo de policiamento ostensivo criado pela Cia RP tem uma característica impar, pois não obedecia a critérios técnicos de emprego, pela recente criação, contudo formatou um estilo de Patrulheiro avulso e dirigido pela personalidade e experiência, que qualquer modelo que tenha ditames técnicos ou direcionados por índices estatísticos, é tido como engessamento e tolhimento da vontade de patrulhar livremente e o território era amplo e de difícil fiscalização.

O marco fundamental da organização e modernização da estrutura da Corporação foi a instituição da Lei Estadual n.º 6774, 08 Jan. 76, denominada de Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná – LOB, a qual estabeleceu a competência, organização básica, estrutura, órgãos e composição (criação) das Unidades Operacionais, com estrutura de Batalhões e Companhias Independentes de Polícia Militar. Mais tarde, o Decreto Federal nº 88.777, de 30 Set 83, aprovou o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, chamado R-200, modificando os conceitos de Grave Perturbação ou Subversão da Ordem,

Perturbação da Ordem e de Policiamento Ostensivo. Além disso, acrescentou os conceitos de manutenção da ordem pública e de ordem pública. Regulamentou o Decreto Lei n.º 667/69, preconizando os tipos de policiamento ostensivo a serem executados e estabelecendo atuação de forma preventiva e repressiva, no intuito de manter a ordem pública.

Essas são algumas das modificações e evoluções que sofreram as Polícias Militares no decorrer dos anos, demonstrando a preocupação dos governantes e legisladores em descobrir a forma que mais se ajustasse à realidade social. Verificasse assim, que a missão da Polícia Militar, desde o Golpe Militar de 1964, até o início da década de 80, foi orientada para a defesa do Estado. De forma que a Polícia Militar exerceu uma função repressora por ocasião da instalação do regime ditatorial no Brasil pós-golpe.

A Polícia Militar do Paraná começou a trilhar rumo à modernidade a partir dos idos de 1969, quando implantou na capital o Sistema de Policiamento Ostensivo Radiopatrulha, agregado à uma Central de Operações.

Em meados de 1979, foi criado o Sistema de Policiamento Modular Urbano, inicialmente denominado de Postos de Socorro Familiar e mais tarde de Sistema Modular Urbano. Com o advento da constituição federal de 1988, da competência das polícias militares foi ampliada e melhor definida cabendo-lhes exercer a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (PAZINATTO 2004).

Ainda em meados de 1988, ocorreu a implantação e novo conceito operacional do policiamento ostensivo na capital, estabelecendo-se as malhas protetoras do policiamento e, em especial, criando-se os Pelotões Táticos Móvel (TMA), das Unidades operacionais de Área.

Em 1992, foi adotado a modalidade de Policiamento Ostensivo denominado de RONE (Ronda Ostensiva de Natureza Especial), pertencente a Companhia de Polícia de Choque, destinado a executar o patrulhamento motorizado de recobrimento ou apoio ao policiamento ostensivo normal.

Em 1993, implantou-se o Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), inicialmente nos bairros da Capital do estado. Em 2002, ocorreu de forma definitiva a implementação do Projeto de Policiamento Comunitário, em Curitiba. Em 2004, ocorreu a reativação da Patrulha Escolar e do Projeto POVO, na Capital e no interior do Estado (PAZINATTO 2004).

Atualmente, em emprego diário e diuturno, em relação ao policiamento ostensivo na capital do estado, tem-se:

- Patrulha Escolar Comunitária;
- Patrulha Metropolitana;
- Ronda Ostensiva de Natureza Especial (RONE), Cia de P. Choque;

- Ronda Tático Motorizado de Unidades Operacionais de Área;
- (12º BPM, 13º BPM, 17º BPM e 20º BPM);
- Policiamento de Trânsito;
- Policiamento de Guarda;
- Policiamento Comunitário;
- Policiamento Ostensivo Volante (POVO);
- Policiamento Hipomóvel; executado exclusivamente pelo 1º EPM/RPMon, atuando de forma suplementar às ações e operações da Unidade; é o policiamento que permite emprego em áreas de difícil acesso. Esse policiamento apóia as demais Unidades integrantes da Polícia Militar, quer da Capital ou do interior;
- Postos de Policiamento Ostensivo (PPO);
- Policiamento em eventos especiais e operações diversas.

## 2.5 EXPOSIÇÃO DO CENÁRIO PARA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PRESENTE MILÊNIO

Atualmente a população, de maneira geral e em especial nos grandes centros urbanos, vivencia um clima de insegurança e intranqüilidade pública (síndrome do medo). O respeito a sua integridade física e patrimonial. Para cumprimento dessa função, o Estado-administração tem à sua disposição os órgãos oficiais, dentre eles, as Polícias Militar e Civil. A constante evolução e mutação da sociedade, a ofensiva do crime, que a cada dia intensifica sua ação, vem a exigência de uma resposta imediata, efetiva e eficaz, por parte da Organização Policial Militar, a quem compete, constitucionalmente, o papel de exercer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

A missão basilar da nossa Corporação é garantir ao cidadão o exercício dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal e nos instrumentos internacionais, relacionados aos Direitos Humanos, subscritos pelo Brasil (art. 5º, § 2º da CF). Essa atividade, exercida mediante a execução do policiamento ostensivo, está a exigir, cada vez mais, preparo e competência das Organizações Policiais Militares, que devem se afastar da corrupção, do arbítrio, da violência e prepotência, do abuso ou excesso de poder, em respeito á lei, que deve ser rigorosamente observada e cumprida por todos, em respeito ao estado Democrático de Direito, que norteia a sociedade. Na realidade as organizações policiais devem exercitar, através do poder legal que lhes compete, a garantia do efetivo cumprimento das normas e respeito ao estado democrático. No entender de BALESTRERI, em seu livro *Treze Reflexões sobre Polícias e Direitos Humanos*, deixa evidente que: “O policial, pela natural autoridade moral que carrega, tem o potencial de ser o mais marcante promotor dos direitos humanos, revertendo o quadro de descrédito social e qualificando-se como um agente central da democracia. Direitos Humanos também é coisa de policial”.

Como cenário geral, observa-se que a criminalidade vem aumentando potencialmente, e, crimes como furto, roubo, homicídio, extorsão e seqüestro, vêm sendo perpetuados cada vez de forma mais intensa e ousada, assustando a população que se sente amedrontada e insegura, não raras vezes até em situação de pânico. A nossa Corporação tem se esforçado para dar uma resposta eficaz a essas questões, mas por motivos de ordem econômica, ou seja, limitação de recursos financeiros que permita investimento ideal em logística (recursos materiais) e pessoal, a sociedade não se sente satisfeita com os serviços prestados em prol da segurança pública;

No Estado do Paraná, a Polícia Militar vem do tempo trabalhando de forma contínua, com diversos projetos, alguns pioneiros e outros inovadores, no sentido de

aprimorar suas ações e operações de policiamento ostensivo e assim proporcionar melhores condições de segurança e tranqüilidade pública à comunidade paranaense. Os estudos, análises e planejamentos estão sendo constantes, na busca de adequar as estratégias e táticas de ações, procurando-se atender aos anseios da população e a realidade, em termos de segurança pública, vivenciada em nosso Estado.

No presente milênio, eis alguns exemplos de diversos programas de cunho insertivo social experimentados e colocados em prática pela Polícia Militar do Paraná, destacando-se os principais:

- Projeto Formando o cidadão;
- Projeto PROERD;
- Projeto Polícia Comunitária;
- Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante);
- Projeto Patrulha Escolar.

Há que se entender que um dos grandes desafios da Polícia Militar está assentado no sentido de se mobilizar para suprir ou reduzir os riscos a que está sujeita a população, em termos de segurança pública, mas também proporcionar-lhe um ambiente de confiança em seu trabalho, ou seja, conquistando a opinião pública. A insuficiência da capacidade operacional, tanto parte da Polícia Militar como da Polícia Civil, em atender aos anseios comunitários na área de segurança pública, associada aos anseios funcionais e de conduta de alguns policiais e à ausência de uma política regular de treinamento, atualização e especialização policial, geram prejuízos à imagem do Governo do estado e das Instituições Policiais, reduzindo, por conseguinte, a sensação de segurança da população. As Instituições Policiais responsáveis pela segurança pública recebem diretamente o impacto das demandas sociais, no que diz respeito às expectativas por ordem e tranqüilidade pública.

O combate contra as organizações criminosas e a diminuição dos índices de violência e criminalidade devem concentrar uma maior integração das Forças Policiais, sob pena de comprometimento das intenções e esforços. A adoção de efetiva política nacional de segurança pública, por meio da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), com investimento significativo nos setores operacionais dos Órgãos Policiais, vem contribuindo de forma incisiva no aparelhamento e desempenho das polícias. Melhorar o relacionamento e integração entre Órgãos Policiais (Polícia Militar e Polícia civil), tem sido uma meta prioritária, tanto da secretaria Estadual como da secretaria Nacional de Segurança Pública. Os esforços no campo da segurança pública necessitam de constante atualização e efetividade, para que possam se tornar compatíveis com a amplitude e variedade

dos problemas vivenciados em nossa sociedade.

Há uma dissonância de trabalho entre órgãos e fases que compõem os denominados ciclos de polícia (PM e Polícia Civil) e de persecução criminal (Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário), que, atuando de forma pouco integrada, acabam por gerar impunidades, fator que contribui para o aumento da criminalidade. Há uma manifesta saturação física e estrutural de todo o sistema carcerário, tanto das penitenciárias como das delegacias policiais, resultando em diversos problemas que afetam a segurança pública. Os modernos conceitos de gestão empresarial e de qualidade total estão permeando todas as organizações, de modo que a sociedade não admita autoritarismo, despreparo e falta de qualidade no seu atendimento. O elevado custo de vida, desemprego e má distribuição de rendas, associados à falta de políticas prioritariamente voltadas para a área social, dentre outros fatores, assevera o processo de aumento da violência e criminalidade, impondo novos desafios aos órgãos de segurança pública.

A preocupação com a cidadania e as relações Polícia X comunidade, está a exigir prioridade, como centro de atenção da Polícia Militar, procurando se ajustar a vida moderna, em que a civilização impõe que haja paz social, e onde a organização policial Militar é força basilar na garantia dos direitos e do patrimônio das pessoas. É imperioso que a corporação identifique as medidas estratégicas que possam melhorar o atual quadro e que permitam uma melhor prestação de serviços de segurança pública, com base em uma metodologia gerencial moderna, inspirada na administração participativa, gestão de qualidade total, organização e métodos, implementação de atividades de marketing e inovações tecnológicas, visando efetivamente reduzir os índices de criminalidade e ampliar a sensação de segurança à população paranaense.

Por fim, diante dos contextos dos cenários existentes, é fundamental expandir horizontes: buscar reenquadrar o desafio da ordem pública na sociedade democrática e estado de direito, procurar dar conta das necessidades de preservação da lei e da ordem de forma eficaz, efetiva e eficiente, absorver o verdadeiro impacto do conjunto de fenômenos do mundo moderno, que se associa ao termo "globalização"- a digitalização da economia, a planetarização da logística, a instantaneidade dos meios de comunicação, dentre outros. Há que se ultrapassar, portanto, determinados preconceitos e casuísmos históricos que tradicionalmente têm alimentado entraves ou resistências corporativas e institucionais, visando a modernização.

### **3 POLICIAMENTO OSTENSIVO SOCIAL – PROGRAMAS SOCIAIS DA PMPR APLICADOS NA AMBIÊNCIA ESCOLAR**

Delineadas as explanações que seguem o presente estudo, denota-se claramente a evolução doutrinária do policiamento ostensivo do ante e pós Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal é um verdadeiro divisor de águas doutrinário dos serviços públicos e a formação de uma rede de proteção social encetada e da responsabilidade do estado.

O Estado deixa de agir como pessoa jurídica passíveis de direito e se posta na qualidade de provedor de serviços essenciais de suma importância no desenvolvimento social e garante dos direitos sociais. Estas concepções anteriores doutrinárias tiveram que sofrer mutações de suas nuances e definições a fim de atender um cliente final, o cidadão de bem, que precisa dos serviços do estado, entre tantos, saúde, educação e por fim segurança.

Estas modificações são latentes e perceptíveis nas explanações dispostas nos capítulos anteriores, sem que necessite desenvolver um pano de fundo histórico do desenvolvimento da milícia paranaense, rica em sua história, pois é a historia do próprio estado.

Adequando os serviços de policiamento ostensivo para um ambiente diferentemente daquele que era rotineiro para fazer frente a uma manifestação criminosa silenciosa e cruel, fez que a Polícia Militar viesse através de procedimentos específicas, atuar também na ambiência escolar a fim de combater esta violência que seria a mais cruel.

O modelo doutrinário de policiamento ostensivo geral não atingia com proficiência aquela necessidade social especial, ou seja, o mesmo modelo de segurança não era apropriado para o ambiente escolar. Entretanto, a violência nas escolas deixou de ser um mero problema de poucos e sim de muitos, gerando a sensação de insegurança atingindo a própria família e disseminando esta sensação em forma de rede, com forte mote político e manifestação social.

No tocante aos processos e de modalidades, conceitualmente não havia doutrina de emprego para a ambiência escolar. Era notório que, o modelo normal, não tinha efeito pois a ambiência escolar é por deveras sensível. Por isso, na adequação desta atividades, os policiais-militares também tiveram que adequar-se ao novo modelo, e a Polícia Militar adaptar-se aos anseios da comunidade com o serviço prestado. O mesmo modelo de um atendimento de ocorrências em áreas comerciais não se adequa ao atendimento de uma festa de igreja nem muito menos a própria ambiência escolar, tema deste assunto monográfico.

Entre os mais exitosos programas de cunho insertivo e integrativo social que

estão vetorizados neste, são aqueles que têm um vocativo educacional e que envolve a ambiência escolar:

- Patrulha Escolar Comunitária;
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência;

O que separa doutrinariamente os dois programas são os seus modelos de atuação. No modelo do Policiamento Escolar Comunitário, tem-se o gerencialmente ambiental dos problemas da Escola e comunidade, contudo com forte tendência ao modelo reativo de policiamento ostensivo.

Já o PROERD tem uma participação essencialmente pedagógica, atuando como verdadeiro educador, tendo a denominação de Educador Social, pois a sua participação é docência e não como gerenciamento ambiental escolar. Por isso o seu quilate puro é a preventividade.

Com o desenvolvimento deste trabalho, permeia justamente numa fase de transição do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência no estado do Paraná em que a estrutura deste programa social está sendo absorvida pelo Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, pois o efetivo do primeiro programa social está sendo transferido para o mencionado batalhão.

Na escolha dos assuntos elencados, a preferência foi dar seqüência nos descritivos dos referidos programas e a ordem estabeleceu-se pelo contexto histórico. O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência precedeu em origem ao Batalhão de Patrulha Escolar.

### 3.1 O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA-PROERD NO ESTADO DO PARANÁ

No ano de 1998 o Tenente-Coronel QOPM DARCI DALMAS (*in memorian*) e o Major QOPM JOÃO LUIZ ZILLI PORCIDES, foram ao estado de São Paulo para participarem do Curso de Instrutores PROERD no currículo das 17 (dezessete) lições, formando-se os primeiros Educadores Sociais proerdianos. Foram os primeiros oficiais a realizarem o mencionado Curso.

Na sua volta a capital do Estado, o Major PM João Luiz Zilli Porcides foi transferido para a cidade de Guarapuava onde juntamente com o seu P/3, Capitão QOPM João Antonio Pazinato, passam a realizar as primeiras tentativas de implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência na cidade de Guarapuava, sede do batalhão. Iniciativa esta interrompida pelo convite do então Comandante do Policiamento da Capital, CEL PM Justino Henrique Sampaio Filho, para que o mesmo assumisse a função de Comandante do Regimento de Polícia Montada no final do ano de 1998. Promovido por merecimento a Tenente-coronel, passa a exercer as funções de comandante daquela unidade mista de Policiamento Ostensivo na modalidade de Radiopatrulhamento e de Cavalaria.

Não obstante, o seu P/3 passa a ser o então Major QOPM João Antonio Pazinato, também promovido por merecimento no ano de 1998, tendo como Adjunto ao P/3 o 1º Tenente QOPM Arildo Medeiros Dias, e este, atuando concomitantemente também como Gerente de Rede do Regimento de Polícia Montada.

Neste mesmo ano, iniciou-se no Comando do Policiamento da Capital um ambicioso projeto de Controle Operacional denominado de SisCOP (Sistema de Controle Operacional) em contrapartida ao antigo e arcaico sistema COPOM, visto que, o sistema atual estava inoperante e defasado tecnologicamente. Entre estas inovações havia a introdução do ANOTO e do novo Boletim de Ocorrências com um novo modelo de Banco de Dados, agilizando o processo de despacho e registro de ocorrências, além de padronização geral de muitos documentos PM.

Na própria diagnose operacional realizada na época, um dos reclamos sociais bem latentes foi à questão das ocorrências que estavam sendo provocadas próximas ou mesmo no interior da ambiência escolar da área. Como solução temporária na época foi prover as escolas com radiopatrulhamento do pessoal de serviço administrativo, no horário de almoço, denominado Operação Escola Mais Segura, precursora do atual Batalhão de Patrulha Escolar.

Em setembro de 1998, o Chefe da P/3 do Regimento de Polícia Montada, elabora o Relatório da Diagnose Situacional, com vários fundamentos e motivações

ensejadores de novas estratégias de operações e administrativa. Entre elas o fortalecimento da Patrulha Escolar (pá.16):c. Fortalecer a atividade da Patrulha Escolar, readequando seu emprego ((PARANÁ 1998).

Em meados do mesmo mês, após a diagnose situacional, elaborou-se então o respectivo Programa de Comando do Tenente-Coronel João Luiz Porcides, que foi o norte da administração daquele oficial superior. Entre as metas em curto prazo (pá. 9 e 10), tem-se o seguinte referente à proteção ao ambiente escolar:

#### *8.1.1.Dos Planos de Trabalho*

##### *8.1.1.1.Planos de curto prazo*

*- Projeto de planejamento Hipo/Radiomotorizado, com módulo móvel;*

*.Projeto +Convênio*

*- Plano de Operação "Escola mais Segura", fortalecendo o sistema de segurança em áreas escolares prioritárias;*

*.Coordenado com a Operação Patrulha Escolar.*

*- Reativação Inteligente e coordenado da "Operação Patrulha Escolar e Operação Escola mais Segura";(PARANÁ 1998)*

Em outubro de 1998, a fim de arrefecer os reclamos sociais quanto à manifestação delinqüencial nas áreas próximas aos estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, elaborou-se o Procedimento de Operações nº 001/98, denominado "Escola Mais Segura".

Em 30 Out 1998, o Comando do Regimento de Policia Montada idealiza o modelo de proteção ao ambiente escolar fortalecendo as atividades da Patrulha Escolar. Eis um trecho do Projeto elaborado naquela data:

#### *A ESCOLA -*

*A escola deve exercer sua autoridade. Poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social sadia, contra a resistência (rebelde sem causa e qualquer que seja o fundamento dessa possibilidade). Toda e qualquer relação de autoridade implica, portanto, na vontade de obedecer desde que motivado. A legitimidade da autoridade está intimamente ligada ao costume, laços afetivos, interesses materiais (fim) e razões ideais (valores).*

*A atividade de direção da escola assume grande destaque quando seu agente não toma posturas firmes no trato de seus funcionários e alunos. É certo que quando não há mecanismos de repressão e, entenda-se repressão de forma diferente de violência, o ambiente tende a ser conflituoso por falta de parâmetros comportamentais que não demarcam seus limites. Todos temos o direito de agir com liberdade (princípio constitucional garantido) contudo, a liberdade restringe, sim, direitos, uma vez que a exacerbação*

*desta minha liberdade implica em prejudicar a liberdade do outro, cerceando-a.. A liberdade ilimitada é tão prejudicial quanto o cerceamento absoluto. A "vigilância" de condutas do Corpo Docente e Discente deve ser realizados por alguém responsável que não esteja preocupado em ser popular mas, sim, eficiente para evitar que professores e alunos sejam agentes e vítimas de suas próprias violências.*

*As características físicas do aluno, os fatores hereditários, a importância dos hábitos alimentares no desenvolvimento e rendimento do organismo, etc. são aspectos de indiscutível importância para o bom rendimento escolar.*

*A tomada de consciência e a discussão destas abordagens deve ser o fator gerador na busca de novas alternativas para a resolução desta questão social tão delicada.*

*Na escola a educação cívica, um conjunto de meios empregados para levar o aluno a tomar consciência de seus direitos e deveres como cidadão, que apoia-se nas tradições nacionais e cuja finalidade é preparar as gerações para o exercício da atividade cívica na fundamentação a obediência à lei deveria ser a regra. Através desta atividade enfatiza-se a convivência baseada na Ordem Social, Liberdade, Justiça e alimentando sentimentos de Solidariedade e Responsabilidade social. Para isto pode-se criar a Semana Cívica trabalhando e evidenciando estes valores.*

#### **EM TORNO – ÁREA DE ABRANGÊNCIA, ÁREA DE INFLUÊNCIA, PERÍFERIA**

*Para a criança qual é a importância cultural de se ter um ambiente de jogos ou bar nas proximidades da escola? Fica difícil para o professor tornar a instrução mais atrativa do que a tela de um videogame. Cabe à sociedade como um todo, mas sobretudo à família protestar e pressionar suas autoridades para o fechamento destes estabelecimentos. Se analisarmos o aspecto sócio-econômico do bar (como exemplo) veremos que eles não cumprem papel social algum. Geralmente serve apenas bebidas alcoólicas e oferece jogos não eletrônicos (que não é atrativo para a criança) de azar ou ilegais. Propicia a ociosidade de maiores e menores desocupados ou desempregados que ali se endividam, muitas vezes. Promove a rixa uma vez que embriagado qualquer razão é motivo para grandes desentendimentos e, sabe-se que os crimes maiores derivam de pequenas condutas ilícitas. Além de ser um local fecundo ao tráfico e uso de drogas.(PARANÁ 1998)*

Convidado pelo Comandante-Geral da PMPR da época, Cel QOPM Guaraci Moraes Barros (*in memorian*), o Tenente-coronel JOÃO LUIZ ZILLI PORCIDES, após a formatura do CSP 1999, foi comandar a Operação Verão 99/2000, com a incumbência de experimentar e implantar o Projeto Piloto do SISCOP na referida Operação. Que as ocorrências foram direcionadas conforme a doutrina de aplicabilidade de recursos combinados com os índices de ocorrência, criminalidade e violência. Ao término da Operação passou a comandar o 9º Batalhão de Polícia Militar, desenvolvendo vários projetos, entre eles, a potencialização da Patrulha Insular, Revitalização da Cia Portuária, Revitalização do Formando Cidadão, da Escola de Informática, e PROERD no 9º BPM, sob a coordenação do seu P/3 e

Comandante da Cia de Polícia Portuária, 1º Ten. QOPM Arildo Medeiros Dias.

### 3.1.1 Implantação do Projeto PROERD no 9º BPM- Origem cidade de Matinhos

Ainda em 2000, no comando do 9º BPM, é formada a primeira instrutora do Paraná, sendo ela, Sd QPM 3-12 Milena Ferreira de Goes Mayer, do 9º BPM/CPI, onde passou a ministrar as suas primeiras aulas na cidade de Matinhos, apoiada no transporte pela cessão de uma viatura do Comando da Cia Portuária.

Assume o Comando do CPC, o Cel QOPM Darci Dalmas. O mais antigo hierarquicamente na escala de Oficiais Instrutores proerdianos. Juntamente com o Tenente-Coronel QOPM João Luiz Zilli Porcides, passam a elaborar a Coordenação do PROERD no estado do Paraná e teria esta configuração até o mês de agosto do ano de 2008.

Em Julho de 2000, em trabalho conjunto, elaborou-se o Projeto da primeira turma de Instrutores formados no Estado do Paraná. Elaborado o Projeto, denominou-se “Projeto FORMAÇÃO DA PRIMEIRA TURMA DE INSTRUTORES DO “PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA” – “PROERD”, NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ”, com início no dia 17 Jul 00, segunda-feira e finalizando em 28 Jul 00, numa sexta-feira, com a formatura de 31 (trinta e um ) Instrutores. A semente proerdiana estava lançada no terreno. No Projeto inicial, foi conduzida e orientada seguindo a determinação do Comandante-Geral na época, Cel QOPM Guaraci Moraes Barros. Eis o memento de ordens e a composição da Banca de Instrutores inserta no Anexo “A”, pá. 38:

*5. FICA DESIGNADA A COMISSÃO, COMPOSTA PELOS OFICIAIS ABAIXO INDICADOS PARA, SOB A PRESIDÊNCIA DO MAIS ANTIGO, ACOMPANHAREM, COORDENAREM E EXECUTAREM AS ATIVIDADES INERENTES E AFETAS À CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, SOB SUPERVISÃO DIRETA DESTE COMANDANTE-GERAL, AUXILIADO E ASSESSORADO, PELO ESTADO MAIOR INTEGRADO, PELA DIRETORIA DE ENSINO E PELAS COMISSÕES DESIGNADAS PELO COMANDANTE-GERAL DA PMPR:*

- *Cel. QOPM DARCI DALMAS, Cmt. do CPC – Instrutor “PROERD”;*
- *Ten. Cel. QOPM JOÃO LUÍS ZILLI PORCIDES, Cmt. do 9º BPM/CPI – Instrutor “PROERD”;*
- *Cap. QOPM MARCOS TEODORO SCHEREMETA, do Gabinete do Comandante-Geral;*
- *1º Ten. QOPM ARILDO MEDEIROS DIAS, do 9º BPM; e*

- *Sd. QPM 3-12 MILENA FERREIRA DE GOES MAYER, do 9º BPM/CPI – Instrutora “PROERD”. (PARANÁ 2000)*

Correlata esteira procedimental, encetou-se então os ritos administrativos referentes à implantação do PROERD no estado do Paraná, com a formação dos Instrutores. As primeiras raízes desta estruturação organogramática se precedeu após a Diretriz nº 006/2000-PM/3:

## 2. FINALIDADES

- *Instituir e implantar o Programa de Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), na Polícia Militar do Paraná.*
- *Fixar normas para aplicação do PROERD na Rede de Ensino Fundamental do Paraná;*
- *Padronizar as palestras sobre drogas em toda Polícia Militar;*
- *Informar o público interno e externo sobre a problemática das drogas e da violência. (PARANÁ 2003)*

Em dezembro de 2000, a regulamentação da institucionalização do PROERD se consagra na publicação da Portaria do Comando Geral nº 1.299 /CG, de 29 Dez 00:

### RESOLVE:

- *Aprovar a NORMA REGULAMENTAR DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD). (PARANÁ 2000)*

Consagradamente instituído, o PROERD passou figurar na representação gráfica da figura abaixo:

Figura 2. Representação gráfica do PROERD no estado do Paraná.



### 3.1.2 Fundamentação Legal da Atividade do Proerd no Estado Do Paraná

A Polícia Militar do Paraná, a exemplo das outras Polícias Militares do Brasil, é o órgão do Estado, conforme prevê a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, a quem incumbe a Polícia Ostensiva e a Preservação da Ordem Pública no território em que se encontra instalada. Assim sendo, é um dos órgãos que executa, como dever do Estado, para a mencionada preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, a Segurança Pública, que representa direito e responsabilidade de todos.

Nesta esteira, cabe salientar, que, no Capítulo VII, da CF/88, sob "*nomen juris*" "Da família, da criança, do adolescente e do idoso", especificamente no Art. 227, consta que:

*"... É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."* (BRASIL 1988).

No § 3º, deste Art. 227, ainda:

*" ... O direito à proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: ... dentre eles, no inciso VII consta: ... "Programas de Prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins ..." (o grifo é nosso). No § 4º, também deste mesmo Art. 227, consta que- "... A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente..."*. (BRASIL 1988)

A Constituição do Estado do Paraná (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 Jul 90), também prescrevem o estabelecido pela norma constitucional.

Há que se salientar aqui, "*in limine*", que o "PROERD" direciona-se ao "flagelo drogas", e com "longa manus" na "violência" como um todo, porém, com uma proposta filosófica/pedagógica remansosa e de incomensurável importância para o momento histórico vivido, centrada no construtivismo de Jean Piaget e de outros autores da mesma escola.

### 3.1.3 Fundamentos dos Marcos Filosóficos E Pedagógicos do Proerd

O construtivismo propõe que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo à dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. Rejeita a apresentação de conhecimentos prontos ao estudante e utiliza modo inovador técnicas tradicionais como, por exemplo, a memorização. Daí o termo "construtivismo", pelo qual se procura indicar que uma pessoa aprende melhor quando toma parte de forma direta na construção do conhecimento que adquire.

A teoria enfatiza a importância do erro não como um tropeço, mas como um trampolim na rota da aprendizagem. A teoria condena a rigidez nos procedimentos de ensino, as avaliações padronizadas e a utilização de material didático demasiadamente estranho ao universo pessoal do aluno. Procura desenvolver práticas pedagógicas sob medida para cada degrau de amadurecimento intelectual da criança.

Quem adotou e tornou conhecida a expressão foi uma aluna e colaboradora de Piaget (1896 1980), a psicóloga argentina Emília Ferreiro que, partindo da teoria do mestre, pesquisou a fundo e, especificamente, o processo intelectual pelo qual as crianças aprendem a ler e escrever.

Além de Piaget, outros estudiosos importantes para a educação, como o russo Lev Vygotsky (1896 1934) e o francês Henry Wallon (1879 1962), também são considerados construtivistas.

A teoria de Vygotsky fundamenta-se na idéia de que sempre é necessária uma mediação, a experiência coletiva, para que possa existir experiência individual.

A teoria das zonas de desenvolvimento é um dos pontos mais estudados da sua obra. Elas seriam três:

- zona de desenvolvimento potencial\_(aquilo que o sujeito pode fazer independente da sua etnia, da sua região ou da sua cultura. É o previsível, o esperável da espécie humana);
- zona de desenvolvimento real (o conhecimento que já dominamos);
- zona de desenvolvimento proximal ou zona cooperativa do conhecimento (quando necessitamos da ajuda do outro para adquirirmos um novo conhecimento).

Wallon enfatiza a valorização da afetividade. Para ele, sem vínculo afetivo não há aprendizagem.

É preciso, então, manter o controle sobre a tendência à irritação diante da resistência ou hostilidade da criança, por meio da razão. Portanto, em sala de aula, emoção e conhecimento devem estar em doses equilibradas. Sendo assim, deve-se amar, resistir e colocar limites.

Ao contrário do ensino tradicional, que forma indivíduos passivos e alienados, o construtivismo forma pessoas de espírito participativo, inquisitivo e cooperativo com mais desembaraço na elaboração do próprio conhecimento.

### 3.1.4 O Proerd como Estratégia de Política Pública de Resistência às Drogas e a Violência e a Mudança do Currículo 10 Lições

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD consiste em uma das ações que compõe as políticas públicas estaduais de segurança pública, de educação, de saúde, e que alça o tema prevenção às drogas e à violência para as comunidades escolares em que tem diminuído problemas referentes à droga, violência e disciplina nas escolas e seu entorno, fato comprovado por meio de pesquisas e com resultados concretos e significativos no campo da educação e conseqüentemente no da segurança pública.

A dependência às drogas é ameaça à sociedade, porque representa aos usuários: o comprometimento de seu futuro, da qualidade de suas relações sociais, maior propensão ao envolvimento em crimes e ingresso num ciclo vicioso de decadência de valores, violência e perda da capacidade laborativa.

Com base nessa premissa, o PROERD tem se antecipado à ação de traficantes e da violência na escola, família e entorno social, em função do trabalho realizado pelos Policiais Militares na condição de Educadores Sociais do Programa.

Com o foco na melhoria contínua dos resultados a serem auferidos pelo Programa no Paraná, a Coordenação Estadual do PROERD está em processo de implantação do denominado “currículo atualizado”, que compõe os currículos contendo 10 lições para as quartas e sextas séries do ensino fundamental e o currículo de pais. Essa formação para os policiais militares, possibilitará aplicar o Programa nas escolas em três etapas anuais, o que poderá aumentar em até um terço a abrangência dos alunos para o Programa.

Diferente do currículo atual, que contém 17 lições, e aplicado apenas para as quartas séries do ensino fundamental, em que são realizadas duas formações anuais, além de outros aspectos pedagógicos importantes o currículo atualizado propõe.

Observa-se nas estatísticas de aplicação do PROERD nas comunidade, que esse profissional pode alcançar anualmente, aproximadamente, até 1.800 (mil e

oitocentos) alunos, cujo mesmo valor pode ser equiparado a número de famílias, que passam a ser co-partícipes do processo de educação preventiva em segurança pública.

### 3.1.5 Histórico Descritivo da Implantação do Proerd No Brasil

O surgimento do “PROERD” foi uma consequência do interesse da Polícia Militar em desenvolver um Projeto de prevenção voltado para um maior esclarecimento da população, em especial a de menor faixa etária, a respeito dos diversos aspectos relacionados às drogas.

Uma das alternativas cogitadas, inicialmente, foi a de realização, rotineira, de palestras em estabelecimentos de ensino, priorizando o jovem e aproveitando a própria demanda existente, constatada por meio das diversas solicitações de diretores de escolas às Unidades da Polícia Militar a esse respeito.

Durante a fase de discussão e elaboração do teor das palestras, foi possível, por meio do Consulado Americano/RJ, o acesso ao Programa D.A.R.E. (“Drug Abuse Resistance Education”). Inicialmente, por meio do comparecimento de integrantes da Assessoria Técnica da Polícia Militar a uma palestra proferida pelo Sargento Steve Keyser no Rio de Janeiro e, a seguir, pela obtenção de informações mais detalhadas sobre o Programa. Verificou-se, então, que o conteúdo do D.A.R.E. em muito poderia subsidiar a elaboração do Projeto que se pretendia implantar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Através de entendimentos mantidos com o Adido de Imprensa Adjunto e com a Assessoria de Imprensa do Consulado, foi planejado o comparecimento de uma equipe de policiais do D.A.R.E. ao Rio de Janeiro, para treinamento de integrantes da Polícia Militar. A vinda dessa equipe, composta por 5 (cinco) policiais do Departamento de Polícia de Los Angeles e 2 (dois) da cidade de San Diego, ocorreu no período de 17 a 28 de agosto de 1992, possibilitando o treinamento de 29 (vinte e nove) Policiais Militares.

Ficou ainda decidido que a adaptação do Programa D.A.R.E. para aplicação no Estado do Rio de Janeiro receberia a denominação de Programa Educacional de Resistência às Drogas (“PROERD”).

Houve também o estabelecimento do, indispensável, canal de ligação com a Secretaria de Estado de Educação, tendo em vista o desenvolvimento do Programa ocorrer em salas de aula. Fruto dessa ligação, técnicos daquela Secretaria

participaram de todo o planejamento, tradução de material didático, preparação dos Policiais Militares em uma fase inicial, além do acompanhamento de todo o treinamento desenvolvido pelos policiais americanos.

### 3.1.6 D.A.R.E. América e sua Estruturação Metodológica

O Programa D.A.R.E. foi implantado em 1983 pelo Departamento de Polícia de Los Angeles/EUA, com o apoio do Distrito Escolar Unificado da cidade, em escolas. O principal objetivo do D.A.R.E. é prevenir o uso indevido de drogas entre as crianças em idade escolar.

O cerne do programa é um currículo de 17 semanas, com uma aula por semana, ministrado a estudantes do 5º e 6º graus (idades de 10 e 11 anos). Além dele, ainda a previsão de visitas aos alunos do jardim até a quarta série (idade de 05 a 09 anos); de aulas para os de 7ª e 8ª séries (idades de 12 a 14 anos) e, também, de algumas aulas para o 2º grau (idade de 15 a 17 anos).

As aulas do Programa D.A.R.E., são ministradas por policiais fardados. Essa opção prende-se ao fato de estarem os policiais mais bem habilitados a responder às perguntas dos alunos sobre drogas, baseados no seu treinamento e na sua própria prática, cabendo ressaltar que seus anos de experiência lhes dão uma credibilidade excepcional.

Antes de ingressar no D.A.R.E. cada policial recebe 80 (oitenta) horas de treinamento especial em áreas tais como desenvolvimento infantil e adolescente, técnicas de ensino e habilidades de comunicação. Mais 40 (quarenta) horas de treinamento são dadas a instrutores experientes do D.A.R.E. para que possam dar aulas na escola secundária.

As aulas do D.A.R.E ajudam as crianças a reforçar sua auto-estima, a lidar com o "stress", a prever conseqüências comportamentais, a resistir às mensagens pró-drogas da mídia, a identificar alternativas ao uso de drogas e a resistir à pressão do grupo. O programa não ensina apenas a dizer "não", ensina como dizer "não".

O êxito do programa D.A.R.E. foi avaliado por uma empresa independente, o Instituto de Avaliação e Treinamento, de Los Angeles. A pesquisa, iniciada em 1985, demonstrou que o programa excedeu o seu objetivo de evitar o uso de drogas entre os jovens. O D.A. R. E. também contribuiu para melhorar os hábitos de estudo

e as notas, diminuíram o vandalismo e as atividades de gangues, e criou mais respeito aos policiais. Os mesmos resultados foram encontrados em outras partes dos EUA onde o programa foi implementado.

Atualmente o D.A.R.E. existe nos 50 (cinquenta) estados americanos e em diversos outros países, tais como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, México e, mais recentemente no Brasil.

### 3.1.7 D.A.R.E. América no Brasil - PROERD

O PROERD tem passado por intensa adaptação à realidade brasileira, e contextualizado na sociedade paranaense. Hoje ele é desenvolvido em 58 países, e já alcançou nos cinco continentes, aproximadamente 50 milhões de crianças até a presente data.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, como atividade educativa de prevenção primária (a criança que nunca experimentou a droga), surgiu no Estado do Paraná no ano de 2000, como iniciativa da Polícia Militar do Paraná na prevenção às drogas e ações que gerem violência, é aplicado às crianças na faixa etária entre 9 e 12 anos de idade nas quartas séries do ensino fundamental, alcançando ainda os pais, professores e o vasto entorno social, que também recebem orientações por meio de reuniões e palestras, representando um esforço cooperativo entre as Escolas, Família e Polícia Militar.

O PROERD é aplicado por policiais militares que são rigorosamente selecionados e formados em currículo próprio que contém 80 horas aula e, no Estado do Paraná, recebe um adicional de 20 horas aula para a formação do denominado “Educador Social do PROERD”, perfazendo a carga horária total de 100 horas aula.

O Curso é desenvolvido por profissionais da área de educação, em que atuam em sala de aula no processo de formação que compõe 10 semanas, e com a presença do policial-militar do PROERD uma vez por semana com turmas de quartas e sextas séries do ensino fundamental, sendo o Programa regular que aborda temas que enfocam a valorização à vida.

Nesse sentido, o Programa prevê o desenvolvimento de um sistema de prevenção à violência e o uso de álcool, tabaco e outras drogas nas escolas de todo

o Estado, dirigido às crianças e adolescentes, por meio da educação para a prevenção, utilizando métodos que priorizem a moral e os bons costumes.

### 3.1.8 Indicadores Estatístico e Numéricos do PROERD

Os resultados de aplicação do Programa até o primeiro semestre de 2007, são os seguintes:

TABELA 1 - TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS NO PARANÁ

ANO	2000 (2ºsem.)	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
TOTAL	7.148	60.964	76.893	101.272	120.999	125.009	128.281	128.803

Fonte: Coordenação-Geral do PROERD na PMPR

**TOTAL DE ALUNOS - 749.369**

O Programa, passou, a partir do segundo semestre de 2006 a trabalhar com o denominado “Currículo de 10 lições” para as 4ª e 6ª séries do ensino fundamental e a adotar o “Currículo de Pais”.

TABELA 2 - TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS NO PARANÁ A PARTIR DA APLICAÇÃO DOS CURRÍCULOS PARA AS 4ª E 6ª SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE PAIS

ANO	4ª série	6ª série	Pais	TOTAL PARCIAL
2006	115581	11.275	1.425	128.281
2007	117.921	7.584 <sup>3</sup>	3.298	128.803
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>147.553</b>	<b>18.859</b>	<b>4.723</b>	<b>257084</b>

Fonte: Coordenação-Geral do PROERD na PMPR

TABELA 3 - QUADRO DE EDUCADORES SOCIAIS DO PROERD (INSTRUTORES, MENTORES E MASTERS) NO ESTADO DO PARANÁ

POLICIAIS MILITARES	NÚMERO
Instrutores no Paraná	184
Mentores	26
Masters	04
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>

Fonte: Coordenação-Geral do PROERD na PMPR

**TOTAL DE ESCOLAS ATENDIDAS NO PARANÁ: 1.858**

**TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS NO PARANÁ: 227**

<sup>3</sup> Valores referente a aplicação do PROERD para a 6ª série do ensino fundamental em escola da rede particular de ensino no Paraná, uma vez que não forma adquiridos materiais didáticos (livros do estudante) pela Secretaria de Estado da Educação – SEED.

### 3.1.9 Diagnóstico do PROERD

De acordo com estatísticas do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Álcool e Drogas da Universidade de São Paulo – GREA/USP, o público mais propenso à aliciação às drogas, são crianças e adolescentes por se encontrarem menos preparados para resistir aos apelos e incentivos à experimentação, presentes nos meios de comunicação de massa e na ideologia da sociedade de consumo.

A pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Interdisciplinares de Álcool e Drogas – GREA, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo – IPq/USP, realizada no ano de 2002/2003, revela que:

- *A porcentagem de estudantes que relatam o uso anual de maconha, aumentou de 0.8% entre estudantes de 3ª série, e para 3.7% entre os estudantes da 5ª série;*
- *O uso de cigarro e cerveja dobrou entre a 4ª e 5ª série, cigarro de 7% para 15%, e cerveja de 8% para 15%.(BRASIL 2002)*

Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Criança e da Adolescência – NEICA da Universidade Federal do Paraná – UFPR, entre os anos de 2003/2004, relatadas em trabalhos científicos, onde foram pesquisados alunos das sétimas e oitavas séries do ensino básico fundamental, de escolas públicas estaduais, portanto, alunos que tiveram o Programa a três e quatro anos atrás, verificou-se que menos de um por cento dos alunos entrevistados tiveram algum tipo de contato com drogas ilícitas, álcool ou cigarro, bem como algum tipo de envolvimento com violência.

Outra pesquisa realizada entre os anos de 2003/2004, pelo GREA/USP, e encomendada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, onde o PROERD é aplicado desde o ano de 1994, avaliou alunos que tiveram o PROERD no período de dez anos, e concluiu que menos de um por cento dos adolescentes de várias faixas etárias entrevistadas, tiveram algum contato com drogas ou qualquer tipo de ação que ensejasse violência.

Os resultados de aplicação do PROERD têm sido de significativa relevância para as comunidades onde está presente, fato este que tem sido percebido pelas constantes solicitações de Prefeituras Municipais e escolas particulares para a implantação do PROERD, pois o Programa já alcançou desde a sua implantação no

ano de 2000, aproximadamente de 675 mil alunos das quartas séries do ensino fundamental.

Nessa ótica, o Policial Militar e Educador do PROERD aplica as aulas do Programa em diferentes escolas durante o dia, o que pode comprometer a qualidade do ensino apresentado aos alunos, dentre outros aspectos de relevância, como a mobilidade e a segurança do próprio Policial Militar.

### 3.1.10 Fundamentos Teóricos

A prevenção às drogas e à violência se constitui como um conceito chave nas ações de educação para a cidadania, por isso, permeia toda política educacional sobre droga, caracterizada como um dos pilares importantes de qualquer governo em ações para o desenvolvimento social.

Para entendermos melhor a questão relacionada à prevenção e sua articulação com a redução da demanda social em segurança pública, mencionar-se-á alguns pesquisadores no assunto, além de institutos de pesquisa já citados.

Em relação ao consumo de drogas, a prevenção se relaciona às políticas públicas e ações efetivas que possam impedir, retardar, reduzir ou minimizar o uso de drogas e os prejuízos a eles relacionados. (TANAKA e GUERRA, 2002)<sup>4</sup>.

De acordo com os autores mencionados, a relação oferta e diminuição da demanda estão diretamente relacionadas com a educação preventiva, que por sua vez tem influência direta com a reeducação de hábitos e criação de cultura de paz de uma população. Esta questão nos remete a uma melhoria no comportamento esperado por parte das comunidades alcançadas por Programas de prevenção primária, afirma os autores, o que incide na preocupação em questões de segurança social.

A falta de políticas públicas nas áreas de saúde coletiva produz a necessidade de intervenções, e classifica as ações preventivas ao uso de drogas em três níveis (ANDRADE e BASSIT, apud Tanaka e Guerra, 2002):

- a. *Prevenção primária: intervenção junto à população antes do primeiro contato com a droga, com o objetivo*

---

<sup>4</sup> TANAKA, J.; ANDRADE, B. **Trabalhando com prevenção na comunidade ou na instituição.** In: Formação de multiplicadores de informações preventivas sobre drogas. SENAD. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

- de impedir ou retardar o início do consumo de drogas;*
- b. Prevenção secundária: intervenção que ocorre após o primeiro contato da população com a droga;*
  - c. Prevenção terciária: intervenção realizada após a instalação de transtornos relacionados a substâncias (BRASIL 2002).*

De acordo com estatísticas do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Álcool e Drogas da Universidade de São Paulo – USP/GREA, o público mais propenso à aliciação às drogas são crianças e adolescentes, pelo fato de se encontrarem menos preparados para resistir aos apelos e incentivos à experimentação, presentes nos meios de comunicação de massa e na ideologia da sociedade de consumo.

A combinação da escola com adolescência nem sempre acontece de maneira fácil e tranqüila. De acordo com OUTEIRAL<sup>5</sup>, “vive-se hoje um momento de transição, de ruptura dos valores instituídos em que os processos educacionais não mais acompanham o ritmo acelerado e a complexidade das mudanças (2003).

Esses hiatos, lacunas estão associados e constituem-se fatores de risco importantes. Sabe-se que o consumo de drogas perpassa todos os espaços da sociedade, inclusive o ambiente escolar (UNESCO, 2002)<sup>6</sup>.

A escola como local privilegiado de socialização, de formação de opiniões e de atitudes, de desenvolvimento pessoal e intelectual, tem demonstrado dificuldade de desenvolver questões cotidianas relacionadas ao consumo de drogas e à violência, cuja complexidade demanda estudos da relação indivíduo, produto e ambiente sócio-econômico, político e cultural dos sujeitos envolvidos.

De acordo com a investigação realizada UNESCO, ABRAMOVAY et al, aponta que a violência praticada no meio escolar foi levantada principalmente como “agressões, roubos e assaltos, estupros, depredações, porte de arma e até discriminação racial” (2002). Esse assunto demonstra que a maioria dos colégios públicos e particulares chegaram a patamares de violência tão elevados, que possuem quase o mesmo nível de segurança como se estivessem na rua.

A combinação dos elementos apontados nesta justificativa nos leva refletir, acerca da necessidade de se desenvolver com urgência ações de cunho interventivo social, seja na família, escola ou nas comunidades em geral, por meio de ações conjuntas.

---

<sup>5</sup> OITEIRAL, H. *Adolescer: estudos revisados sobre adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

<sup>6</sup> ABRAMOVAY, M. *et al*. *Violencia nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2002

Na definição de estratégias de prevenção, sabe-se que a cada dólar gasto em prevenção, economizam-se quatro a cinco dólares em tratamento (NIDA, 1997). O mesmo Instituto de pesquisa apontou redução significativa nos números de degradação cidadã, por meio da aplicação do Drug Abuse Resistance Education – DARE, correspondente PROERD no Paraná.

### 3.1.11 A Estrutura Pedagógica Do PROERD<sup>7</sup>

A partir do ano de 2000, equipes de pesquisadores da Universidade de Akron e da Universidade da Califórnia desenvolveram um currículo que contém dez lições para alunos que se encontram nas quartas e sextas séries do ensino fundamental, respeitando-se as necessidades de desenvolvimento psicológico e maturacional dos alunos, conforme a síntese genérica do conteúdo das lições:

- Adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas;
- Desenvolver a auto-estima;
- Aprender técnicas de como ser seguro;
- Maneiras de dizer não às drogas;
- Aprender alternativas positivas ao uso de drogas;
- Aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos;
- Resistir ao envolvimento com gangues;
- Redução da violência;
- Conseqüência dos atos de vandalismo e violência;
- Aprender a tomar decisões;
- Construir habilidades de comunicação;
- Noções de cidadania.

O currículo de dez lições para as quartas e sextas séries do ensino fundamental oferecem linguagem acessível à faixa etária que se direciona, por meio

---

<sup>7</sup> O projeto pedagógico do PROERD constam nos manuais de formação de instrutores e mentores do Programa.

de uma variedade de atividades interativas com a participação de grupos em aprendizado cooperativo.

Um ponto de grande relevância na aplicação do PROERD reside no vínculo afetivo que o Instrutor do PROERD desenvolve com os alunos, em função da relação pedagógica e da aproximação proporcionada pelo policial-militar em sua atividade de docência.

O vínculo afetivo contribui para o denominado aprendizado cooperativo, que se procede em uma relação triangular entre o Aluno, o Professor e o Policial Militar Instrutor do PROERD, em regime de cooperação mútua, que se constitui de acordo com estudos nos campos da educação, tornar significativo qualquer aprendizado.

As atividades foram projetadas para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na faixa etária que se encontram, e neste contexto pode ser incorporada como parte integrante do currículo, oferecendo assuntos como saúde, ciências, estudos sociais, literatura e outros pertinentes.

As lições do PROERD ensinam as crianças e adolescentes a reforçarem a auto-estima, lidar com as tensões, resistir às pressões dos companheiros e da mídia, além de desenvolver conceitos de cidadania.

### 3.1.12 Formalização Legal da Aplicabilidade do PROERD

A aplicação do PROERD é precedida por um Termo de Convênio, a ser firmado entre os partícipes (Polícia Militar do Paraná, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ e a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO PARANÁ; ou com as PREFEITURAS MUNICIPAIS interessadas; e/ou com as Direções dos estabelecimentos de ensino particulares interessadas), sob a supervisão direta da 1º Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná.

### 3.1.13 Núcleo Estratégico Dos Objetivos Do Proerd

Constituem os objetivos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD:

- a. Desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas nas escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, por meio da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a nossa realidade, os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida;
- b. Prevenir a criminalidade que, segundo dados estatísticos, a maioria dos crimes são relacionados às drogas, de maneira direta ou indireta;
- c. Melhorar a imagem da Polícia Militar, junto à população, dando-lhe a confiança e respeito necessários, para a execução de seus serviços, visto que o trabalho com crianças, adolescentes e pais desmistificam a imagem de uma polícia truculenta e arbitrária.

### 3.1.14 A Formação dos Educadores Sociais do PROERD

#### 3.1.14.1 Categoria Instrutor

O processo de habilitação dos policiais militares para atuar no PROERD está centrado em uma seleção liminar que inclui a avaliação dos candidatos nos seguintes quesitos:

- a. Requisitos obrigatórios:
  - i. Ser voluntário;
  - ii. Estar no exercício da atividade policial-militar ou bombeiro-militar;
  - iii. Estar no bom comportamento;
  - iv. Não estar cumprindo sentença penal, nem ter prisão preventiva decretada, nem estar autuado em Flagrante Delito;
  - v. Não estar submetido a Conselho de Justificação ou Disciplina;
  - vi. Não haver passagem compulsória para a Reserva Remunerada num período mínimo de dois anos;
  - vii. Não estar matriculado em outro curso em que houve Indicação para sua freqüência;
  - viii. Não fazer uso de substância psicoativa (álcool, tabaco e outras drogas) que caracterizem a condição de dependente químico.

b. Habilidades instrumentais (não obrigatórias):

- i. Possuir experiência ou formação em atividades educacionais, recreativas e/ou comunitárias;
- ii. Ter criatividade e facilidade para expressar-se verbalmente;
- iii. Ter boa caligrafia.

c. Perfil desejável para o Educador Social – conhecimentos, capacidades técnicas, habilidades sociais e atitudes:

- i. Possuir caráter otimista, dinâmico e aberto à colaboração e ao trabalho em equipe;
- ii. Desenvolva sua atividade com criatividade, a fim de que encontre saídas para muitas situações diferentes e, por vezes, muitas vezes imprevisíveis;
- iii. Tenha capacidade de se comunicar com os usuários, colegas e instituições, de maneira profissional, baseando a relação na colaboração e no respeito mútuo;
- iv. Seja capaz de analisar as causas e conseqüências dos problemas sociais e tenha sensibilidade suficiente para não se escandalizar diante de situações que os usuários apresentem;
- v. Controle sua emotividade e possua um grau suficiente de maturidade para poder enfrentar situações incidentes ou casos cuja resolução seja dificilmente compreensível ou aceitável para a própria pessoa;
- vi. Seja consciente de seu nível de estresse e tenha sob controle as conseqüências que para ele comporte a relação diária com a problemática social, levando em conta as limitações existentes na resolução de certos problemas;
- vii. Seja capaz de refletir, melhorar e implementar sua prática profissional, de atender sua saúde integral e de encontrar estímulos no/e fora do próprio ambiente de trabalho, a fim de tornar a ação docente mais agradável e eficaz.

No processo de seleção também é prevista e realizada uma entrevista individual com os candidatos, com a presença da equipe de psicólogos do Centro de Recrutamento e Seleção – SAS, que avalia habilidades sociais e traços de personalidade compatíveis com o perfil dos profissionais que atuarão no Programa.

Os aprovados são submetidos a processo de formação ministrado por educadores da Secretaria de Estado da Educação, da Polícia Militar e de outros setores, com a duração de oitenta horas/aula para o currículo básico, e a formação complementar para o educador social de mais vinte horas aula com o acompanhamento de uma pedagoga e uma psicóloga.

A formação dos Educadores Sociais do PROERD tem como abordagem dos seguintes assuntos:

- Noções sobre técnica de ensino;
- Noções acerca as principais teorias psico-pedagógicas;
- Noções sobre o desenvolvimento infantil e da adolescência;
- Comunicação: Problema ou Solução;
- Prática de dinâmica de grupo;
- Práticas de recreação;
- Aspectos técnicos das drogas – prevenção/repressão;
- Relações interpessoais e psicologia aplicada;
- Exclusão social;
- Desvio de conduta, ética profissional e qualidade administrativa;
- A criança e o adolescente;
- O Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Dependência Química;
- Noções sobre drogas lícitas e ilícitas;
- Legislação específica sobre drogas;
- A política de atuação do Conselho Estadual Anti-drogas (COEAD) – na prevenção e no tratamento das dependências químicas.

#### 3.1.14.2 Categoria Mentor

A equipe de formação de Instrutores/PROERD (Mentores) é habilitada por meio do Curso de Formação de Multiplicadores/PROERD, com duração de quarenta horas/aula, que objetiva habilitar o Policial Militar (Instrutor/PROERD) a participar das equipes de formação encarregadas da realização de cursos de Formação de Instrutores PROERD.

#### 3.1.15 TÍTULOS E CONGRATULAÇÕES RECEBIDAS PELO PROERD NO ESTADO DO PARANÁ

##### 3.1.15.1 Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD

- Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, conferido pela Secretaria Nacional Antidrogas, em junho de 2002.
- Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, conferido pela Secretaria Nacional Antidrogas, em julho de 2005.
- Diploma de Mérito pela Valorização da Vida, conferido pela Secretaria Nacional Antidrogas, em julho de 2007.

#### 3.1.15.2 CURITIBA

- Diploma de Votos de Congratulações, conferido pela Câmara Municipal de Curitiba;
- Certificado e Medalha de Mérito Educacional, concedido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação;
- Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Honra ao Mérito, concedido pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná;
- Certificado de Votos de Congratulações, concedido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;
- Medalha e Certificado, conferida pela Prefeitura Municipal de Curitiba ao PROERD.

#### 3.1.15.3 VOTOS DE LOUVOR

- Campo Largo;
- São Mateus do Sul;
- Rio Negro;
- Quitandinha;
- Ariranha do Ivaí.

#### 3.1.15.4 OFÍCIOS DE AGRADECIMENTOS

- Marechal Cândido Rondon;
- Japira;
- Santo Antônio da Platina;
- Candiói.

### 3.1.15.5 MOÇÕES DE APLAUSOS

- Telêmaco Borba;
- Cianorte;
- Ivaiporã;
- Conselheiro Mairinck;
- Arapongas.

### PLACAS CONFERIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO:

- União da Vitória;
- Malet;
- General Carneiro;
- Porto Vitória;
- Laranjeiras do Sul;
- São Manoel do Paraná;
- Engenheiro Beltrão;
- Arapongas.

### OUTRAS HOMENAGENS

- PRÊMIO VITRINE CIDADANIA 2002, conferido pela TV Tarobá, em Novembro de 2002.- Cascavel.
- MEDALHA ESTUDANTIL, conferida pela Loja Maçônica Luz, Ciência e Liberdade da cidade de Umuarama.
- CERTIFICADO, conferido pelo Rotary Clube Local de: Arapongas e Ibaiti.

### 3.2 BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA- HISTÓRICO DE SUA ORIGEM E SERVIÇOS A COMUNIDADE PARANAENSE

O que motivou o desenvolvimento da PEC, no Estado do Paraná foi a própria necessidade que a Secretaria de Educação e a Polícia Militar sentiram em dar resposta à crescente violência.

Em 1994 o governo do Estado insurgiu-se contra a realidade que constatou por meio da atividade de Patrulha Escolar que na ocasião constituiu-se por quatro viaturas para a região de Curitiba, cada qual ocupada por duas policiais femininas devidamente armadas, tendo como atividade básica “o patrulhamento ostensivo preventivo e a permanência em áreas internas e externas adjacentes aos estabelecimentos de ensino, atendendo dentro de suas limitações, todas as ocorrências relacionadas à segurança pública e/ou assistências supletivas verificadas próximas às escolas e, preferencialmente, aquelas relacionadas aos alunos e corpo docente.” (Projeto Gralha Azul, 1994).

Saliente-se que nesta modalidade, o policiamento escolar seguia as regras básicas e tradicionais da Polícia Militar do Paraná. A idéia de repressão pela presença e o atendimento às ocorrências relacionadas às escolas em menor tempo, traduziam a idéia de prevenção.

Esta forma de policiamento repercutiu positivamente, no entanto, agia nas conseqüências dos acontecimentos, frustrando-se quanto ao objetivo da prevenção.

Posteriormente, em 1997, este Projeto foi ampliado com o nome de PARANÁ NOVOS CAMINHOS COM MAIS SEGURANÇA NAS ESCOLAS, estendendo-se tal atividade aos municípios de Colombo, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e Quatro Barras, todos na Região Metropolitana de Curitiba, mantendo sua forma de atuação com policiais-militares femininas e com patrulhamento nas escolas, feito com 12 (doze) equipes distribuídas na Capital e uma (01) equipe em cada município citado. O Projeto já previa a interação com as autoridades locais.

Alguns resultados foram obtidos no primeiro momento, no entanto, mais uma vez o trabalho interativo não se concretizou e apenas perduraram o patrulhamento em alguns lugares e o atendimento a rádio - chamadas, em que as ocorrências em escolas acabavam concorrendo com as demais ocorrências de rua e por conseqüência, na ordem de prioridades ficavam sempre em último plano, vez que ocorrências em escolas na sua maioria são em potencial;

Mas, os problemas continuaram a crescer e os atos delituosos passaram a ocupar o espaço escolar. Constatou-se que no momento em que as pessoas encontravam-se nas escolas, era quando estavam mais expostas, sem a proteção de seu grupo, vulneráveis a acertos de contas, vinganças e outros motivos para atritos. Neste contexto as mortes e ferimentos graves passaram a ser freqüentes no interior das escolas. Desta forma, a escola precisou aparelhar-se para nos períodos de atividades proporcionar sensação de segurança a seus alunos e educadores.

Alguns avanços foram atingidos. Porém, na Capital, com o decorrer do tempo, o serviço foi desmobilizado, dando margem à proliferação dos pequenos delitos. Estas ocorrências havidas nos ambientes escolares despertaram a atenção do Comando (por meio da Seção de Planejamento e Operações – P/3) do 17º Batalhão de Polícia Militar (17º BPM), que é a Unidade Operacional de Área com responsabilidade sobre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e da Chefia do Núcleo Regional de Ensino da Área Norte (por meio de sua Ouvidoria), em cuja área os problemas eram mais freqüentes.

O laboratório deste trabalho foi em algumas escolas nas cidades de Colombo-Pr. e em Piraquara-Pr. , na roupagem de Patrulha Escolar III , onde, de uma realidade insegura com ocorrências até de natureza grave em seu interior, após o desenvolvimento das etapas de Patrulha Escolar, as escolas passaram a vivenciar maior segurança e por conseqüência a combater a evasão escolar.

Em 2003, a Advogada Margarete Maria Lemes, então Assessora Jurídica do Núcleo Regional de Ensino da Área Norte (Região Metropolitana de Curitiba, em conjunto com o então 2º Tenente QOPM Wagner de Araújo, sob a orientação do então Maj QOPM Anselmo José de Oliveira , apresentou ao Comando-Geral da Polícia Militar do Paraná o Programa “POR UMA ESCOLA MAIS SEGURA”, a ser implantado justamente nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba e também na própria Capital, que visava ao estabelecimento de uma parceria entre a Polícia Militar, a Secretaria de Estado da Educação, por intermédio do Núcleo Regional de Ensino correspondente, a Comunidade Escolar (alunos, pais, professores, diretores, funcionários, administração e colaboradores), além da participação de instituições e autoridades locais dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Recepcionado pela Corporação, que editou a DIRETRIZ N.º 004/2003 - PM/3 – PATRULHA ESCOLAR, este programa fez com que o Projeto “Patrulha

Escolar III” cada vez mais ganhasse força, passando a ser muito mais que um projeto institucional, pois também foi reciclado, melhorado e melhor estruturado para realmente estar dentro da filosofia e das estratégias do policiamento comunitário, tanto é que ganhou status e estrutura de Programa de Governo do Estado, que iniciado em meados de 2003 com a capacitação dos primeiros 65 (sessenta e cinco) policiais-militares que atuavam em Curitiba e Região Metropolitana e de outros 80 (oitenta) para Londrina, foi lançado oficialmente em Fevereiro de 2004 com a denominação “Patrulha Escolar Comunitária”.

Nesta nova fase, como um Programa de Governo do Estado do Paraná, o PROGRAMA PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA conta com duas coordenações distintas.

Uma Coordenação Estadual, de caráter político-institucional, vinculada diretamente ao Secretário de Estado Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado do Paraná, hoje na pessoa do Cmt. Geral da PMPR, Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, que, quando ainda Capitão, Chefe da Seção de Planejamento do 17º Batalhão de Polícia Militar, idealizou o “Projeto Patrulha Escolar III”, o qual, depois de somado ao também já comentado Programa “Por Uma Escola Mais Segura”, deu origem ao Projeto, hoje Programa Estadual, Patrulha Escolar Comunitária.

E assim nasceu a Patrulha Escolar Comunitária, a mais aprimorada modalidade de policiamento comunitário que conseguiu em um ano de atividade, despertar em diversas instituições - como Conselho Tutelar, MP, Juízes, Polícia Civil, Universidades, Polícia Militar, a necessidade e a possibilidade de se tratar as questões doentias de segurança encontradas nas escolas.

Para operacionalizar o Programa, criou-se a Coordenação Estadual “Operacional”, de caráter técnico-operacional, vinculada diretamente ao Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, e composta por Oficiais e Praças da PMPR e um representante da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Esta Coordenação foi responsável pelo planejamento das ações e operações que envolveram a PEC como um todo, pelo estabelecimento da maneira de atuação dos policiais-militares que pertencem ao programa, pela capacitação profissional dos militares estaduais e dos civis vinculados aos Núcleos Regionais de Ensino e às escolas estaduais, além de servir de coordenação e assessoria técnica junto à PMPR e à SEED entre os anos de 2004 e 2008. Funcionou também como

órgão de supervisão, fiscalização e controle do programa em si (e de suas etapas) e dos profissionais que foram capacitados e atuam diretamente neste tipo específico de policiamento ostensivo especializado, incluídos aí os diversos Oficiais de Ligação que estão distribuídos nos diversos Batalhões Operacionais e Companhias Independentes de Área da Corporação.

O atual Programa Patrulha Escolar Comunitária, conforme previsto na DIRETRIZ N.º 004/2003 - PM/3 – PATRULHA ESCOLAR (PARANÁ, 2003), está dividido em cinco (05) etapas, a saber:

- a. Avaliação das instalações físicas do estabelecimento quanto à funcionalidade e segurança que estas proporcionam ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações, com a emissão de “laudo de segurança” para instruir solicitações de recursos oficiais para reparos e adaptações. Os policiais-militares visitam a escola e, atendendo a critérios previamente definidos, procedem à avaliação das instalações físicas, orientando a direção quanto a procedimentos que possam tornar o local mais seguro e funcional;
- b. Coleta de informações junto à comunidade escolar para formação de diagnósticos e para o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo, identificando problemas comuns, buscando soluções, refletindo sobre os papéis de cada segmento e obter compromissos em cada segmento social. Para a elaboração desse diagnóstico escolar há a necessidade de que a realidade local seja diagnosticada e, conjunto pelos policiais, professores, diretores, alunos e funcionários;
- c. Concretização das idéias, tomada de providências e mudanças nos procedimentos pela administração e pela comunidade escolar, com o apoio dos policiais-militares. É a execução e a realização das providências indicadas no diagnóstico;
- d. Palestras à comunidade escolar, alcançando alunos, pais, professores e funcionários. As palestras serão ministradas por policiais-militares da Patrulha Escolar Comunitária a cada um destes segmentos da comunidade escolar, com temas distintos para cada segmento;
- e. Elaboração do Plano de Segurança. Todas as atividades desenvolvidas pela Patrulha Escolar Comunitária e que estão descritas anteriormente

serão registradas no Plano de Segurança de cada estabelecimento de ensino, de forma a traduzir todas as atividades desenvolvidas pela comunidade escolar e administração do estabelecimento em prol da segurança daquela parcela da comunidade. (PARANÁ, 2003, DIRETRIZ Nº 004, p. 5 et. seq.)

Além das atividades citadas nas etapas acima, consta do Programa da Patrulha Escolar Comunitária o desenvolvimento de atividades complementares, quais sejam:

- a. Patrulhamento diferenciado;
- b. Interação com a comunidade e autoridades locais;
- c. Aconselhamento de alunos;
- d. Mediação na resolução de conflitos;
- e. Buscas e revistas pessoais (preventivas e por fundada suspeita);
- f. Operações policiais nas áreas externas das escolas.

Este trabalho em etapas e em atividades complementares têm dois objetivos principais.

- O primeiro é a “prevenção” (ações proativas) às ilicitudes penais que possam ser cometidas por estudantes dentro ou fora do ambiente escolar.

- O segundo é a “transformação” da realidade de violência e criminalidade que assola este ambiente em especial. Assim, tornou-se como objetivo secundário a atuação da Polícia Militar nas medidas reativas, ou seja, repressão a crimes, contravenções e atos infracionais.

O Policiamento Escolar, citado doutrinariamente como “orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais” (PMMPR, 2000, DIRETRIZ N.º 004, p. 29), executado na forma de Patrulha Escolar Comunitária, nada mais é que a basilar atividade de “policiamento ostensivo” em “ação de presença” que deve atuar precipuamente preventivamente (ações proativas), e atuar supletivamente na repreensão a crimes e a atos infracionais. A prevenção se dá pela observação da filosofia de Polícia Comunitária, ou seja, pela aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e em seu entorno; pelo esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial, pelo assessoramento á escola

quanto á segurança; e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

Em resumo, e buscando a doutrina contida no Manual Básico de Policiamento Ostensivo (BRASIL, IGPM, 1980) tem-se que a Patrulha Escolar Comunitária é Policiamento Ostensivo, nos processos “a pé” e “motorizado”, nas modalidades de “patrulhamento” e “permanência”, de circunstância “ordinária”, “urbano” e “diuturno”, desenvolvido junto à comunidade para interação e integração, com a filosofia de polícia comunitária e que tem por objetivos específicos:

- a. Fazer do ambiente escolar um local seguro e tranqüilo para alunos e professores e de despreocupação para pais e familiares;
- b. Dar especial atenção ao uso e tráfico de drogas nas escolas e em suas proximidades;
- c. Ampliar e consolidar a permanência do policial-militar junto à comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança;
- d. Incentivar o relacionamento entre educandários e Unidades Operacionais de Área, proporcionando maior conscientização dos alunos por meio de projetos, palestras ou debates coordenados pela Polícia Militar, para o fornecimento de informações que possibilitem à detecção e extinção dos fatores que causam risco à segurança do corpo docente e discente;
- e. Incentivar e apoiar atividades culturais, desportivas e de lazer para a comunidade escolar, programas comunitários de amparo e proteção à criança e ao adolescente, campanhas educativas antidrogas, de segurança no trânsito, de proteção ao meio ambiente, de retorno às aulas, de férias em paz, entre outras. (PARANÁ, 2000, pág 29-30).

Observa-se assim que a Polícia Militar do Paraná, por meio da Patrulha Escolar Comunitária, adotou uma série de medidas de orientação e prevenção direcionadas aos alunos, pais e professores por meio de dinâmicas de grupo a fim de interagir com toda a comunidade escolar, debatendo e propondo soluções naquele ambiente, interna e externamente, tornando-o mais seguro, afastando e minimizando os conflitos de convivência naquele ambiente como no combate e prevenção ao uso de drogas e outros crimes.

Uma dessas medidas é a chamada “Busca Pessoal Preventiva”, na qual houve uma adaptação, por parte das equipes da Patrulha Escolar Comunitária, nas técnicas policiais-militares tradicionais de abordagem, sendo criado um método próprio para execução da busca pessoal (a tradicional “revista”) no interior dos estabelecimentos de ensino, utilizando-se do que prevê a legislação vigente (Código de Processo Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente) e alguns preceitos pedagógicos.

Para que esta atividade de revista preventiva seja executada, a Coordenação Operacional do Programa estabelece, obrigatoriamente, a adoção dos seguintes procedimentos:

- a. Constatação de um histórico de fatos delituosos que tenham acontecido no estabelecimento de ensino, ou suspeita do uso ou tráfico de drogas, ou porte de armas (de fogo ou brancas), e outras suspeições identificadas pelo profissional de segurança pública;
- b. Realização de uma Assembléia com pais (ou responsáveis) dos alunos, tendo como pauta específica a atividade de revista em alunos, em que a maioria dos presentes deverá verificar a necessidade ou não da revista. Caso solicitada a ação policial, o referido documento é encaminhado ao Núcleo Regional de Ensino correspondente;
- c. Ciência (concordância) por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário responsável pela Vara da Infância e da Juventude da comarca;
- d. Planejamento operacional específico para tal ação ou operação.

Preventivamente, o Programa Patrulha Escolar Comunitária tem obtido resultados até mesmo em curto prazo (o que não é tão normal em programas de segurança pública), isto com a diminuição não só da criminalidade, mas também com a melhoria no relacionamento interativo da Polícia Militar com a comunidade, mais especificamente com as crianças e os jovens adolescentes, por meio de palestras, reuniões e dinâmicas realizadas com pais, professores e alunos.

Em 2008, a Patrulha Escolar atendeu aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) alunos da rede estadual de ensino de forma direta em todo o Estado do Paraná, distribuídos em 2.109 (duas mil cento e nove) escolas estaduais, quando a coordenação estadual operacional da PMPR foi transformada em **Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária**, para atuar em conjunto com a

Secretaria de Estado da Educação em busca do aprendizado coletivo para se buscar a segurança a partir de atitudes diárias, continuadas, praticadas individualmente ou pelo grupo a que este indivíduo pertença, em busca da prevenção por meio da transformação de procedimentos e repressão a delitos, pelo esforço e ações coletivas.

Para ilustrar o referido tema e a competência originária da Patrulha Escolar Comunitária, tem-se o que fora extraído do site em consonância com tema:

- a. Análise das instalações físicas com orientações em sua estrutura e utilização que possam proporcionar a segurança das pessoas que freqüentem o estabelecimento;
- b. Diagnóstico da realidade própria de cada comunidade escolar por meio da aplicação de dinâmicas aos pais, professores, funcionários e alunos de cada escola, que ao final indicará o compromisso de cada segmento e determinará o plano de ação e o plano de palestras necessário para a mudança da realidade encontrada ao início dos trabalhos;
- c. Concretização do plano de ação, pela comunidade escolar;
- d. Concretização do plano de palestras pela PMPR e SEED;
- e. Elaboração do Plano de Segurança por comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar, descrevendo e registrando todas as providências tomadas para se atingir as melhorias que o foram ao final dos trabalhos; ([http://www8.pr.gov.br/portals/portal/patrolhaescolar/pt\\_oque.php](http://www8.pr.gov.br/portals/portal/patrolhaescolar/pt_oque.php)).

Patrulha Escolar Comunitária está implantada em Curitiba, Colombo, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Campo Largo, Campo Magro, Araucária, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Pinhais com 30 viaturas, no interior em Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava com 38 viaturas, totalizando aproximadamente 390 Policiais Militares, entre Oficiais e Praças, que foram especialmente treinados para este fim e que se dedicam exclusivamente às escolas desses municípios. Inicialmente a prioridade vem sendo as escolas estaduais, pela gravidade de situações encontradas. O início das atividades já apresenta resultados satisfatórios, aumentando significativamente a sensação de segurança em torno e na parte interna das Escolas.

Dada à dualidade de funções: prioritariamente preventiva e em segundo plano repressiva a Patrulha Escolar Comunitária somente atingirá plenamente o seu objetivo preventivo quando as medidas repressivas não mais se fizerem necessárias.

Salienta-se que mesmo as medidas repressivas são planejadas de forma a serem sempre educativas no mesmo contexto das preventivas. Em médio prazo a comunidade terá seus filhos estudando com mais segurança que nos dias atuais.

A Patrulha Escolar Comunitária é a alternativa inteligente que a PMPR encontrou para assessorar as comunidades escolares na busca de soluções para os problemas de segurança encontrados nas escolas. Problemas esses que se faziam presentes em quase todos os estabelecimentos de ensino e que em uns, mais que em outros, determinavam comprometimento na segurança dos alunos, professores, funcionários e instalações dos estabelecimentos. Os problemas mais comuns encontrado:

- a. Instalações Físicas Inadequadas: As escolas em geral não eram planejadas para o número de aluno que acolhem, para o número de profissionais envolvidos no processo educativo, para atender a comunidade e muito menos para preservar a segurança das pessoas que a freqüentam, muitas vezes sendo instaladas sem qualquer cuidado quanto às vizinhanças atuais ou futuras; A falta de conhecimento sobre a segurança ou sua falta, também determinavam a existência de instalações inadequadas ao funcionamento de estabelecimentos de ensino com segurança;
- b. Falta de acomodações e controle de alunos em espera: As escolas mais procuradas são aquelas de mais fácil acesso, seja usando transporte coletivo ou individual. Lembrando que mesmo aquelas que estão localizadas fora dos grandes movimentos, acabam por ser o fato gerador do trânsito de pessoas e veículos. Assim, torna-se imprescindível que os alunos permaneçam sempre dentro dos limites do estabelecimento, mesmo enquanto em estado de espera;
- c. Distância entre os educadores, educandos, família e administradores: Muitas razões determinaram esta distância. Infelizmente a Escola não acompanhou o desenvolvimento de sua comunidade. É muito comum,

- inclusive que os administradores e educadores não residam ou nem ao menos convivam ou conheçam a cultura da comunidade onde atuam;
- d. Atitudes isoladas de muitos segmentos em busca de soluções: É fato que diante de qualquer problema coletivo, muitas iniciativas ocorrem para a sua solução. No entanto, quando tratamos de dificuldades encontradas nas escolas para se manter, restabelecer ou conquistar o fator segurança, se estas iniciativas não forem concatenadas e com o mesmo objetivo, as respostas de solução serão mais demoradas e quem sofre é o coletivo. Assim, encontrou-se trabalho árduo da educação, intenso por parte das polícias, voluntários dedicando-se a uma ou outra solução, iniciativas isoladas por parte de algumas escolas e comunidades e é claro algumas dessas alternativas obtendo êxito e outras não;
  - e. Arena de conflitos interpessoais e intergrupais: A escola por ser o centro das aglomerações e das movimentações de pessoas nos horários de aula na comunidade, passa a ser arena de muitos conflitos, principalmente aqueles que para se solucionarem ou mesmo se fortalecerem necessitam de opiniões externas. E o maior palco tornou-se o ambiente escolar. Assim, facilmente encontravam-se nas escolas pessoas buscando afirmar suas lideranças, derrubar outras, resolver conflitos ou ainda buscar o seu adversário num momento de desproteção, para vencê-lo.

Como prescreve a própria Diretriz nº 004-02 Jul 2003, essa realidade levou a muitas ocorrências de vulto, como agressões e mortes nas imediações e dentro de estabelecimentos de ensino sendo estes, alguns dos fatores que quando não administrados a contento, levam ao sentimento de insegurança e a acontecimentos que demonstram a violência no ambiente escolar.

A participação efetiva de todas as autoridades locais juntamente com a comunidade escolar nas reflexões sobre a realidade não desejada, em busca das soluções para mudanças e o compromisso de cada um para juntos se chegar à realidade projetada é a retomada para a conquista do sentimento de segurança e das rédeas do crescimento social. O processo educativo deve ser constante e certo para que os resultados sejam satisfatórios.

O relatório apresentado no quadro abaixo traz os seguintes resultados operacionais de 2007 e parcial de 2008.

Presença da PEC no estado	Municípios	Escolas atendidas	Alunos atendidos
Atendidos =>	397	2.104	1.113.718
% do total =>	99,4987469	99,85761747	99,87803544
Total de Escolas Estaduais existentes no Estado.		Total de alunos matriculados em toda a rede estadual.	
2107		1.115.078	
TOTAL DE ATIVIDADES PEC ATÉ O FINAL DE 2007.		142.134	

	Escolas	PESSOAS			VEÍCULOS				ARMAS		DROGAS			
		Abord.	Presas	Apreend.	Vistor.	Recup.	Notif.	Apreend.	Fogo	Bc.	Maconha	Crack	Cocaina	Outras
TOTAL	397	2701	7	7	638	0	93	62	0	2	7			

OPERACAO VIZINHANCA ESCOLAR SEGURA 2008

Fonte: P/3 do BPEC

De todo o exposto neste capítulo em especial é oriundo da P/3 do Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária, em resposta ao solicitado junto ao comando do mesmo, cuja cooperação e pelo assunto ser novo, não seria possível a construção deste conhecimento.

## 4 METODOLOGIA

No presente trabalho Técnico-Científico utilizou-se o método hipotético dedutivo, mediante pesquisa do tipo descritiva “ex post facto”. Houve emprego de técnicas de levantamento de campo, consultas bibliográficas em diversas obras monográficas na Biblioteca da Academia Policial Militar do Guatupê e por fim, tratamento estatístico da pesquisa de campo e representação gráfica.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa /qualitativa, numa perspectiva exploratória. Uma pesquisa de tal natureza visa especular ,examinar com atenção uma temática de pouca ou nenhuma referência teórica, indo além de estudos bibliográficos fartos, em razão de várias monografias que possibilitaram coleta de informações de fontes primárias. (registra, analisa fatos do mundo físico e humano). Procura descobrir a freqüência com que o fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

O presente estudo foi delineado dentro de uma complementaridade entre abordagens quantitativa de pesquisa, na medida em que se trata de uma metodologia de investigação que enfatiza a exploração de dados quantitativos e qualitativos, o que auxilia na compreensão de um fenômeno pouco investigado.

Selecionado o tema, passou-se à formulação do problema, ao enunciado das questões de pesquisa e à definição dos objetivos, considerados elementos necessários para definir o delineamento da pesquisa.

Seguindo primeiramente a nuclealização temática, optou-se numa técnica de entrevista a fim de poder sondar o conhecimento do assunto pelo universo de pesquisa. Para esta entrevista, foram definidos o universo e o seu quantitativo.

### 4.1 POPULAÇÃO

A pesquisa com as professoras, atingiu a soma de 25 (vinte e cinco) professoras do total de 31 (trinta e uma), faltando 6 (seis) no dia da pesquisa, 15 Set 08, na reunião mensal denominada de “Dia Pedagógico”, realizada às 11 h.

#### 4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 1 - SE A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR TRAZ OU NÃO A SENSACÃO DE SEGURANÇA PARA OS PROFESSORES

Neste sentido, a pergunta foi elaborada com o intuito de verificar se aquele universo teria a percepção da presença institucional na ambiência escolar.

A resposta, concretizando 100% do universo pesquisado, foi unânime em afirmar que a presença da Polícia Militar traz a sensação de segurança. A ostensividade em razão da identificação contribui para esta sedimentação psicológica da sensação de segurança.

VARIÁVEIS	Frequência	Percentual %
a. Propicia	25	100
b. Não Propicia	0	0
c. Não sabe responder	0	0
Total	25	100

#### SE A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR TRAZ OU NÃO A SENSACÃO DE SEGURANÇA PARA OS PROFESSORES

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

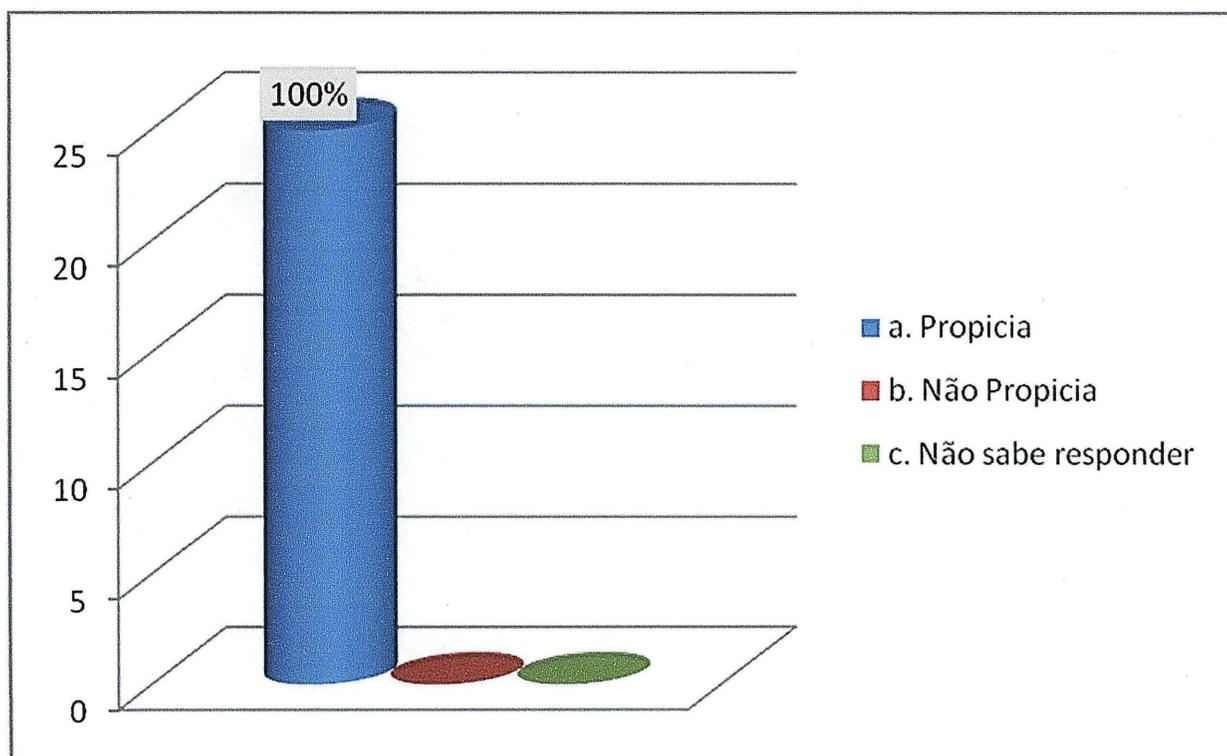


GRÁFICO 1 - SE A PRESENÇA DA POLÍCIA MILITAR TRAZ OU NÃO A SENSACÃO DE SEGURANÇA PARA OS PROFESSORES

#### 4.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 2 A FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL-MILITAR PELOS PROFESSORES DA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.

A questão é como os Professores identificam a Instituição Policial-Militar, sendo que 16% responderam que identificam (letra “a”) tão somente conhece pela identificação da farda e das viaturas e do policiamento ostensivo, mais 16% responderam a alternativa (letra “b”) Tão somente pela convivência pessoal com o policial-militar e 68% responderam a letra (letra “c”) Ambas as questões.

Tanto a forma ostensiva e impessoal identifica a Polícia Militar tanto quanto a própria convivência pessoal com os integrantes da Instituição.

VARIÁVEIS	Frequência	Percentual %
a. Tão somente conhece pela identificação da farda e das viaturas e do policiamento ostensivo;	4	16
b. Tão somente pela convivência pessoal com o policial-militar;	4	16
c. Ambas as questões;	17	68
d. Não sabe responder	0	0
Total	25	100

#### A FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL-MILITAR PELOS PROFESSORES DA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

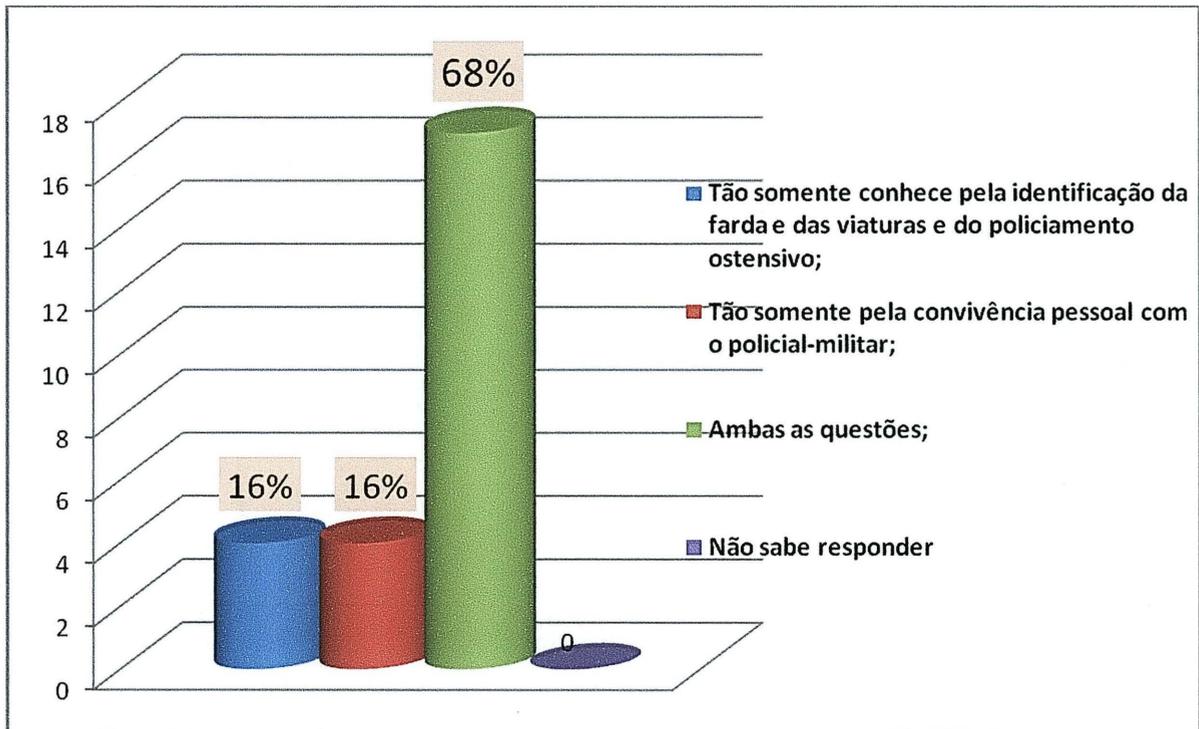


GRÁFICO 2 - A FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POLICIAL-MILITAR PELOS PROFESSORES DA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

#### 4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 3 - TEMPO DE ENSINO EM SALA DE AULA E/OU ATIVIDADES DE DIREÇÃO-ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PROFESSOR ANDRÉ NADOLNY.

Das entrevistadas, 92% têm mais de 06 (seis) anos de atividades de ensino na Escola Professor André Nadolny, portanto, são bem experientes o que pode resultar em bons resultados na pesquisa. Entre 2 (dois) a 6 (seis) anos tem-se um grupo que somados perfazem 8 (oito)%. O que se demonstra nesta tabulação gráfica é que a maioria das professoras já passaram por outras administrações estaduais e municipais no mesmo estabelecimento de ensino, bem como têm experiência suficiente para uma avaliação mais criteriosa dos programas da PMPR.

VARIÁVEIS	Frequência	Percentual %
a. 00 a 02 anos;	0	0
b. +02 a 04 anos;	1	4
c. +04 a 06 anos;	1	4
d. + 06 anos.	23	92
Total	25	100

TEMPO DE ENSINO EM SALA DE AULA E/OU ATIVIDADES DE DIREÇÃO-ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PROFESSOR ANDRÉ NADOLNY.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

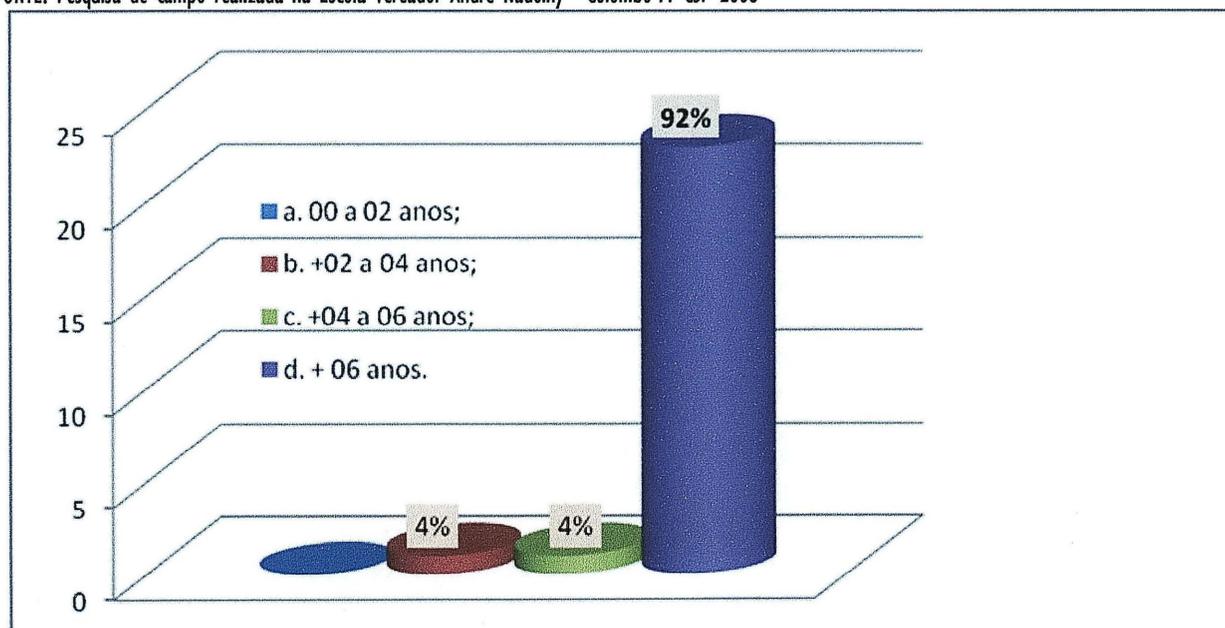


GRÁFICO 3 - TEMPO DE ENSINO EM SALA DE AULA E/OU ATIVIDADES DE DIREÇÃO-ADMINISTRAÇÃO NA ESCOLA PROFESSOR ANDRÉ NADOLNY

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

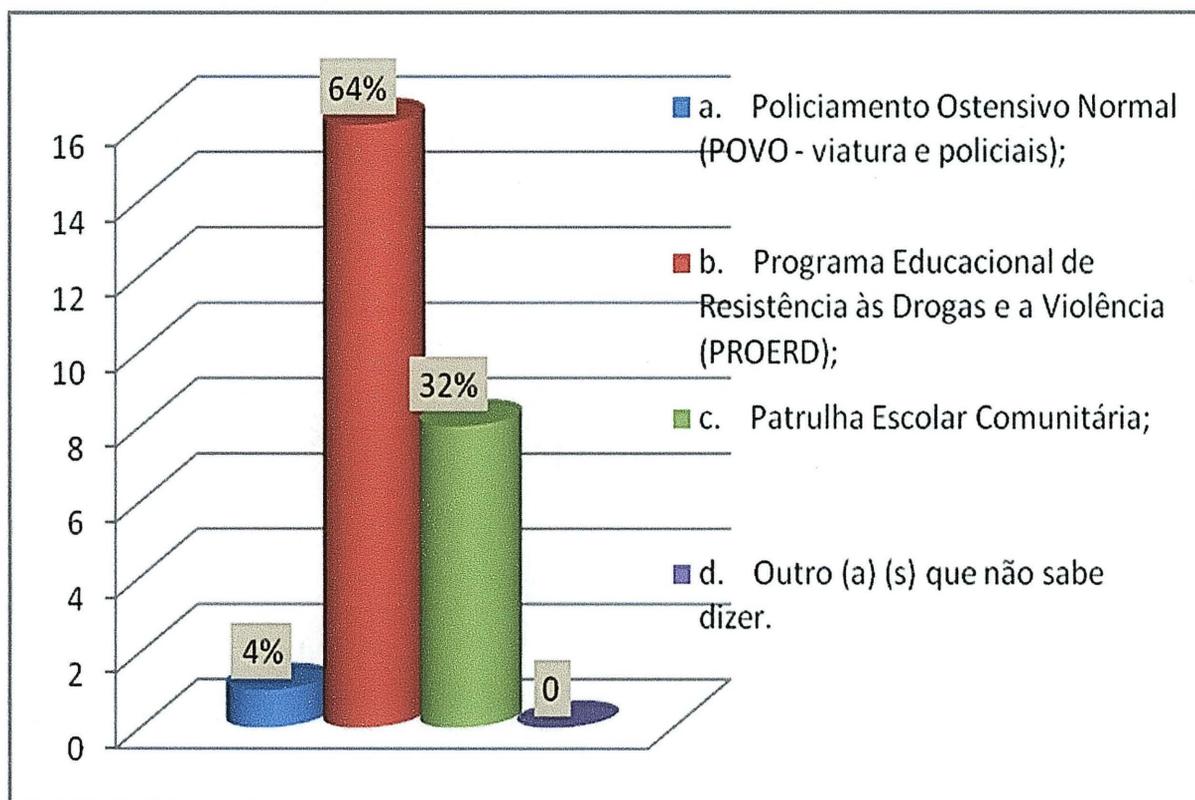
#### 4.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 4 - O PRIMEIRO CONTATO VISUAL OU PESSOAL COM A POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.

Na esteira da pesquisa, vê-se 64% das entrevistadas tiveram o seu primeiro contato com a Polícia Militar por meio do PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD). Em relação ao gráfico anterior, tem-se que mais de 90% das professoras pesquisadas têm mais de 6 (seis) anos de ensino no estabelecimento da pesquisa. Este tema é interessante pois se não fosse o PROERD, 64% das professoras não teriam contato com a Polícia Militar. Outro dado importante é que 32% das Professoras tiveram o seu primeiro contato com a Patrulha Escolar Comunitária. Apenas 4% das entrevistadas tiveram o seu primeiro contato com o Projeto POVO, donde se conclui que os programas além de seus objetivos principais, conseguem complementarmente transferir a imagem da PMPR de maneira mais efetiva que as demais atividades de policiamento.

VARIÁVEIS	Freqüência	Percentual %
a. Policiamento Ostensivo Normal (POVO - viatura e policiais);	1	4
b. Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD);	16	64
c. Patrulha Escolar Comunitária;	8	32
d. Outro (a) (s) que não sabe dizer.	0	0
Total	25	100

O PRIMEIRO CONTATO VISUAL OU PESSOAL COM A POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008



**GRÁFICO 4 - O PRIMEIRO CONTATO VISUAL OU PESSOAL COM A POLÍCIA MILITAR NA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.**

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

#### 4.6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 5 - CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS DIFERENÇAS DOS MODELOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CITADO NA QUESTÃO Nº 4.

Na seqüência da representação gráfica, foi perguntado às professoras se as mesmas sabiam da diferença dos modelos de policiamento citado na questão nº 4, sendo que 80% das entrevistadas responderam que não (b), 16% que sim, tem conhecimento das diferenças entre os modelos de policiamento ostensivo, e apenas 4% responderam “indiferente” para a questão. O que demonstra que para as pessoas não importa muito a atividade e sim que a polícia esteja presente.

VARIÁVEIS	Freqüência	Percentual %
a. sim	4	16
b. não	20	80
c. indiferente	1	4
Total	25	100

#### CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS DIFERENÇAS DOS MODELOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CITADO NA QUESTÃO Nº 4

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

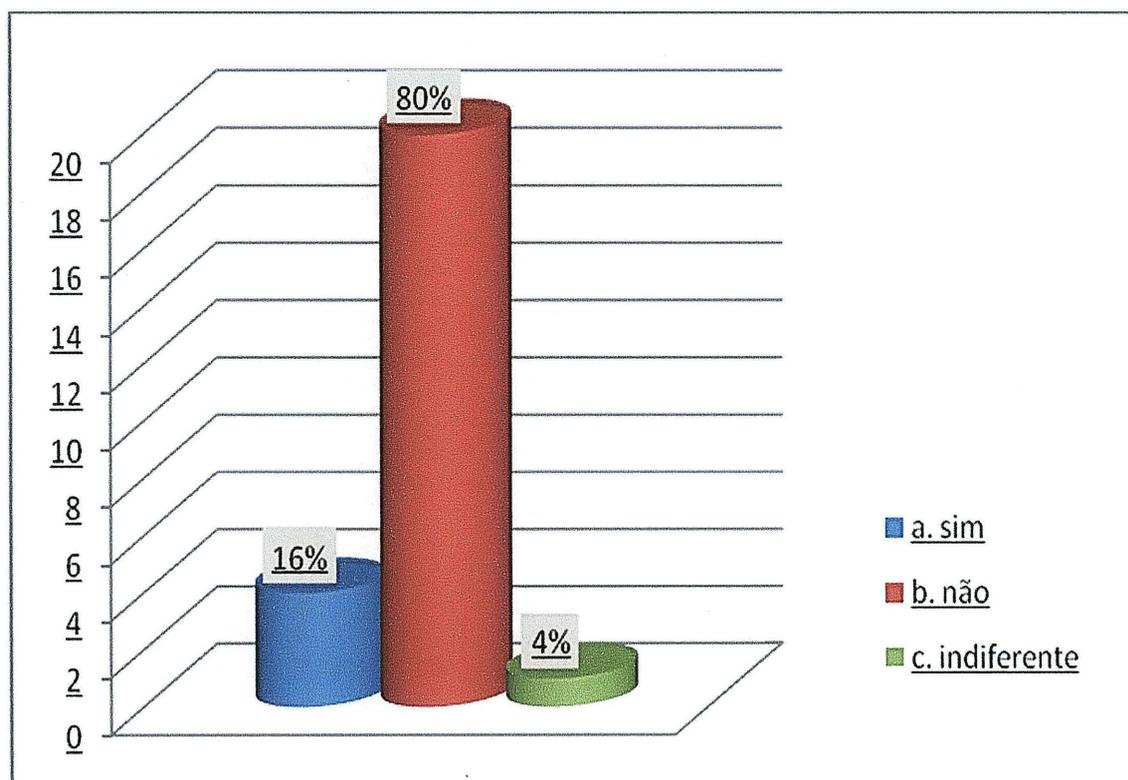


GRÁFICO 5 - CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS DIFERENÇAS DOS MODELOS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CITADO NA QUESTÃO Nº 4.

#### 4.7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 6 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE EXTERNO DA ESCOLA.

A fim de verificar a condição cognitiva dos professores relativa à identificação da violência relacionada às Drogas e à Violência, tem-se que 88% não presenciaram atos de violência relacionadas às drogas no ambiente externo da Escola. Da constatação de violência referente às drogas no ambiente escolar, verifica-se que 12% constataram que houve Violência referente às drogas e a violência no ambiente escolar. Apesar da amostra ser pequena, constata-se haver incidência de drogas no ambiente escolar e a violência relacionada a mesma.

VARIÁVEIS	Frequência	Percentual %
a. sim	3	12
b. não	22	88
c. Outro (a) (s) que não sabe dizer	0	0
Total	25	100

EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE EXTERNO DA ESCOLA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

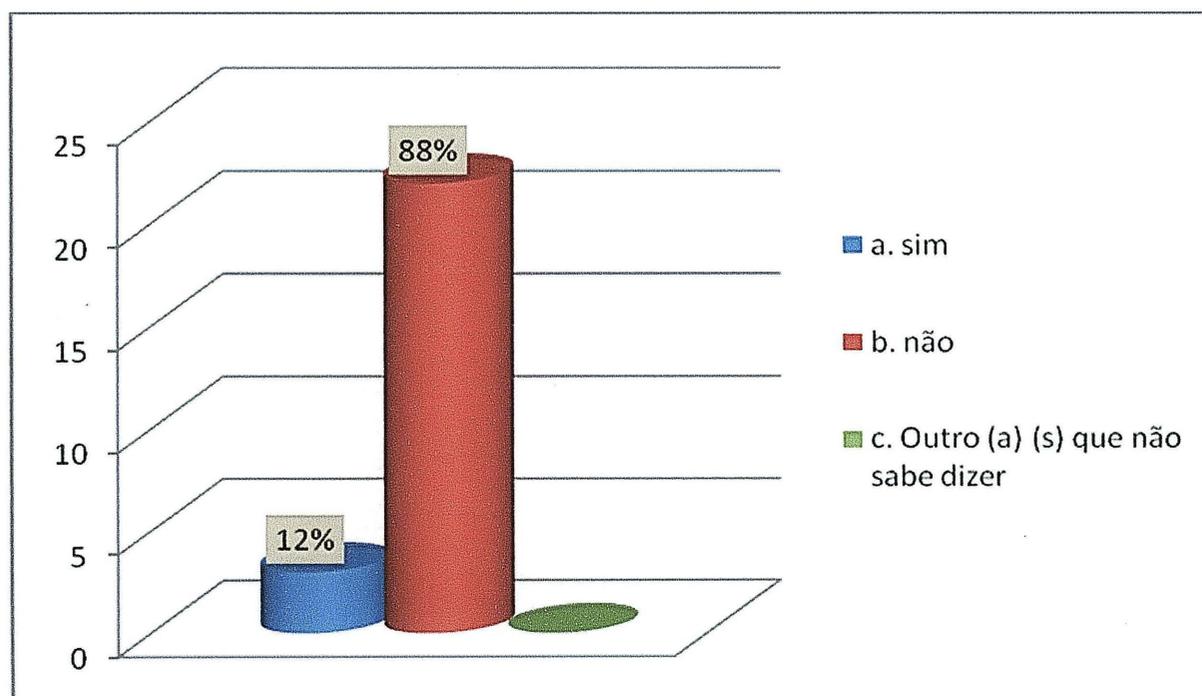


GRÁFICO 6 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE EXTERNO DA ESCOLA

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

#### 4.8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 7 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA.

Ainda, ao verificar a experiência das Professoras com a Violência relacionada no ambiente interno da escola, as respostas foram unânimes, ou seja, 100% das entrevistadas não constataram violência no interior da escola referente a Drogas.

VARIÁVEIS	Freqüência	Percentual %
a. sim	0	0
b. não	25	100
c. Outro (a) (s) que não sabe dizer	0	0
Total	25	100

#### EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

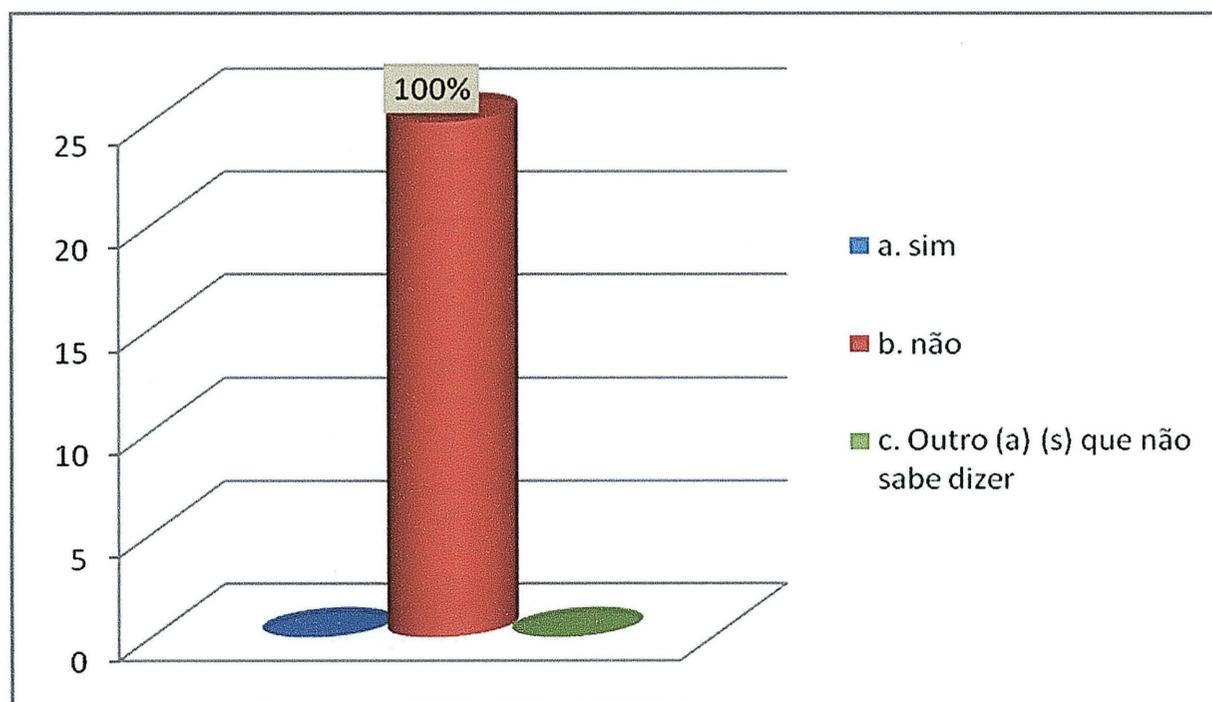


GRÁFICO 7 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR COM A VIOLÊNCIA RELACIONADA ÀS DROGAS NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

#### 4.9 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 8 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR QUANTO A PRÁTICA DO BULLYNG NA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY

Para diagnosticar o conhecimento dos professores sobre a violência na Escola, foi perguntado sobre a prática do “Bullyng” no ambiente escolar daquele estabelecimento, sendo que 80% das professoras não constataram a prática de Bullyng, enquanto que 4% responderam que já constataram a prática de Bullyng e 16% disseram que não sabe dizer o que vem a ser o “Bullyng”, sendo que tal prática se caracteriza pela agressão, discriminação ou outros tipos de violência contra determinados alunos, geralmente mais hiposuficientes ou com estereótipos especiais (gordo, magro, baixo, que use óculos, etc...) dos demais

VARIÁVEIS	Freqüência	Percentual %
a. sim	1	4
b. não	20	80
c. Não sabe dizer o que é “Bullyng”.	4	16
Total	25	100

EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR QUANTO A PRÁTICA DO BULLYNG NA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

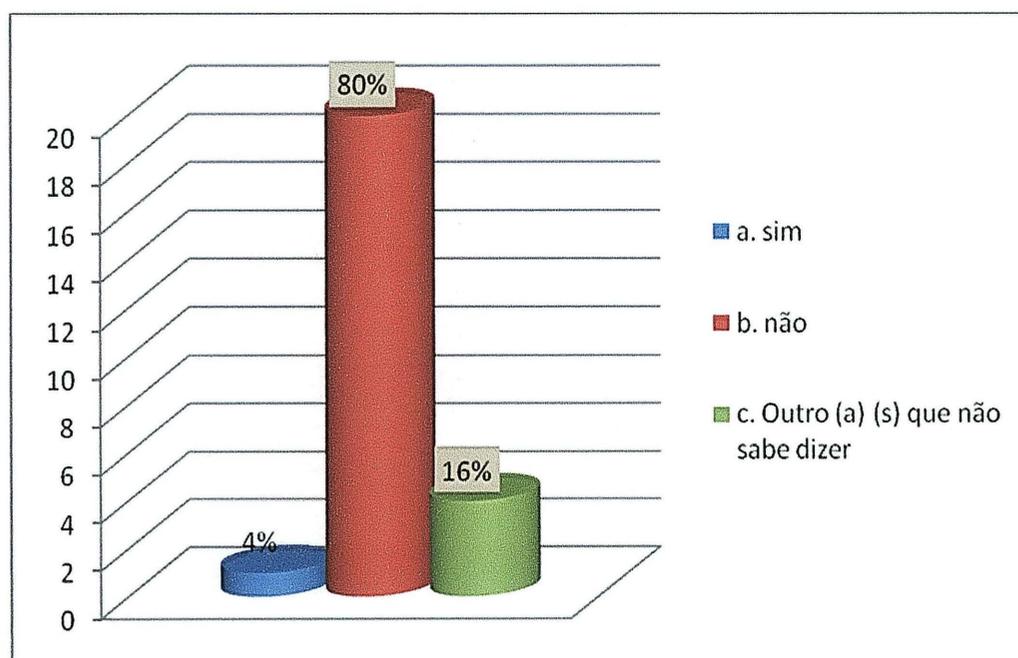


GRÁFICO 8 - EXPERIÊNCIA DO PROFESSOR QUANTO A PRÁTICA DO BULLYNG NA ESCOLA VEREADOR ANDRÉ NADOLNY.

#### 4.10 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 9 - INIBIÇÃO DA VIOLÊNCIA EM RELAÇÃO À PRESENÇA OSTENSIVA DO POLICIAL-MILITAR NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA.

Na continuidade dos trabalhos de pesquisa, seguindo a ordem dos questionários para a elaboração deste processo cognitivo, verifica-se que para o público entrevistado, 72% afirmaram que a presença ostensiva do policial-militar no ambiente interno da Escola inibiu a violência. Outros percentuais, 20% disseram que não houve inibição da violência e 8% não souberam dizer. Nota-se que a presença do policial é fundamental para os altos índices de tranquilidade no local.

VARIÁVEIS	Frequência	Percentual %
a. sim	18	72
b. não	5	20
c. Outro (a) (s) que não sabe dizer	2	8
Total	25	100

#### INIBIÇÃO DA VIOLÊNCIA EM RELAÇÃO À PRESENÇA OSTENSIVA DO POLICIAL-MILITAR NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

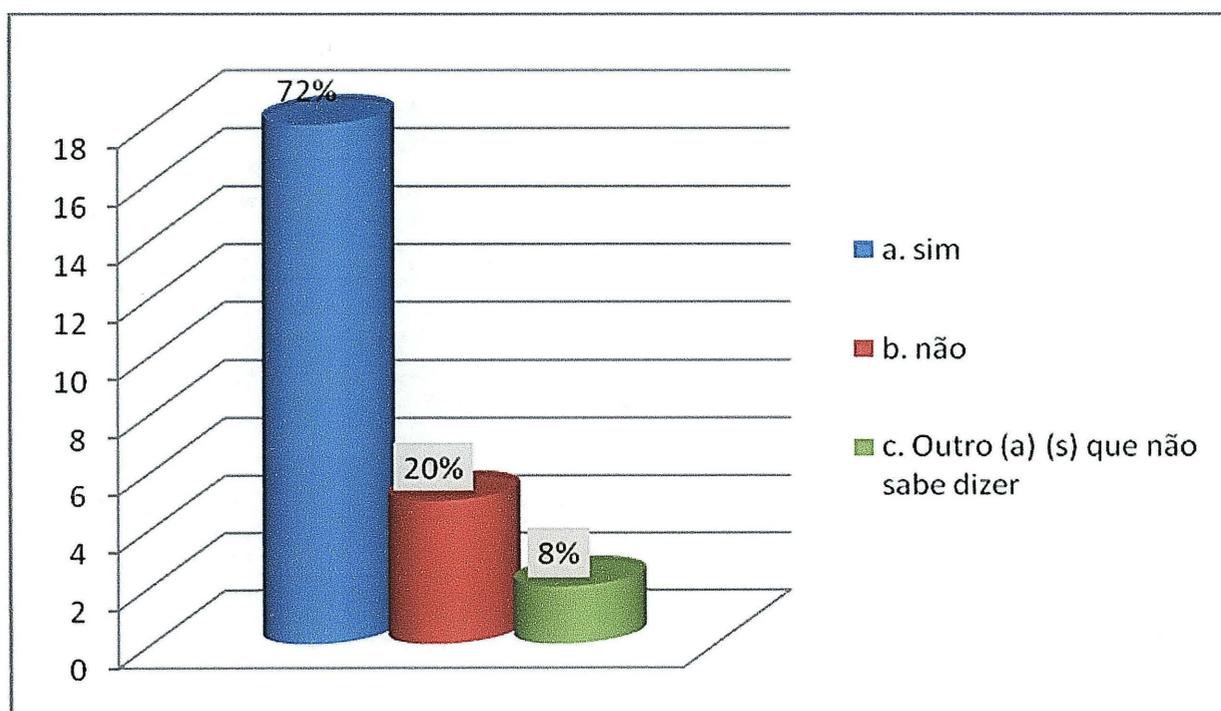


GRÁFICO 9 - INIBIÇÃO DA VIOLÊNCIA EM RELAÇÃO A PRESENÇA OSTENSIVA DO POLICIAL-MILITAR NO AMBIENTE INTERNO DA ESCOLA

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

#### 4.11 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO GRÁFICO 10 - CONHECIMENTO DO PROGRAMA OU ATIVIDADE DO POLICIAL NO AMBIENTE ESCOLAR JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS.

Neste questionamento, apesar das variáveis supracitadas nos gráficos anteriores, verifica-se claramente que, o conhecimento do policial-militar que exerce as atividades junto a escola, pertence ao PROERD. O que demonstra que no contato direto com os professores, há reconhecimento direto do PROGRAMA.

VARIÁVEIS	Frequência	Percentual %
a. PROERD;	25	100
b. POLICIAMENTO ESCOLAR COMUNITÁRIO;	0	0
c. POVO (Policimento normal);	0	0
d. Outros que não sabe dizer.	0	0
Total	25	100

#### CONHECIMENTO DO PROGRAMA OU ATIVIDADE DO POLICIAL NO AMBIENTE ESCOLAR JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS.

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

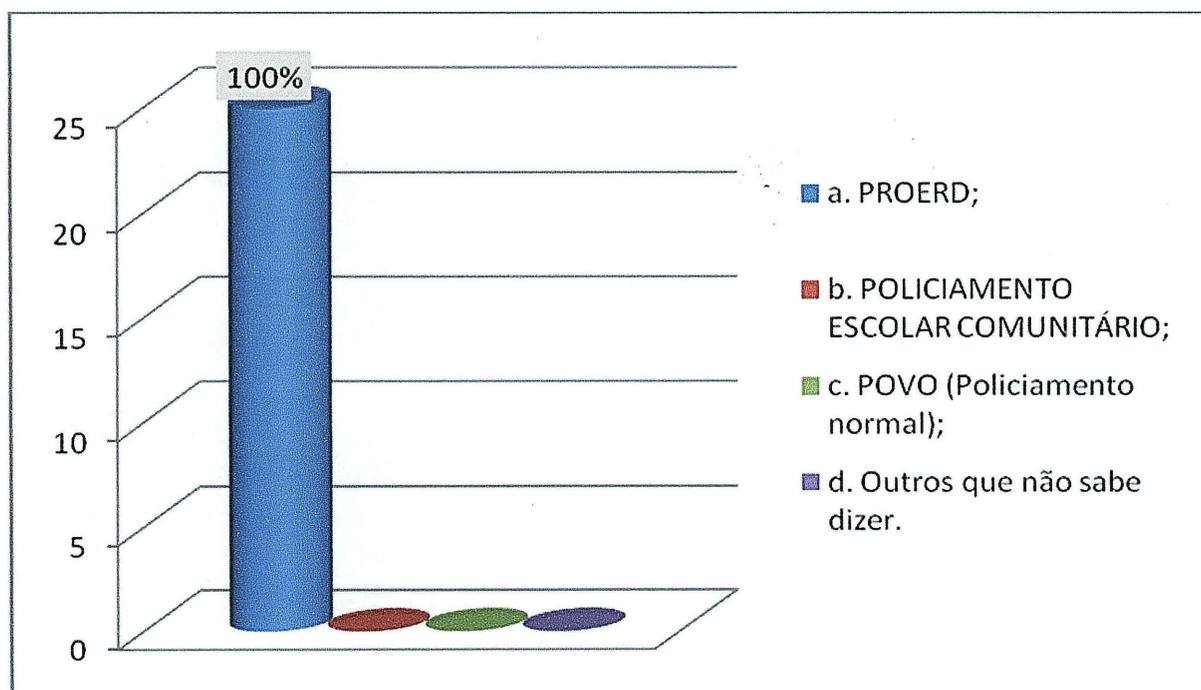


GRÁFICO 10 - CONHECIMENTO DO PROGRAMA OU ATIVIDADE DO POLICIAL NO AMBIENTE ESCOLAR JUNTO AOS PROFESSORES E ALUNOS

FONTE: Pesquisa de campo realizada na Escola Vereador André Nadolny –Colombo-Pr CSP 2008

#### 4.12 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fonte da presente análise seguiu os resultados do questionário aplicado aos Professores da Escola Municipal Vereador André Nadolny, num universo de 25 (vinte e cinco) professoras, correspondendo a 100% do universo pesquisado.

Após a tabulação dos dados, seguiu-se a sua visualização através dos gráficos que compõem o corpo deste trabalho monográfico.

As questões partiram da base do conhecimento médio sobre a identificação da Instituição, da existência ou não de Programas Sociais da PMPR, da constatação da violência no ambiente escolar, tanto interno quanto externo, da avaliação das professoras em reconhecer a violência gerada por drogas, da identificação do policial-militar que trabalha no ambiente escola e sua posição dentro do sistema ensino e sua identificação junto aos programas sociais existentes.

Os questionários foram distribuídos e preenchidos no dia da Reunião Pedagógica sob a orientação da Diretora da Escola. Não esteve presente o policial-militar do PROERD a fim de não haver induzimento as respostas dos questionários.

Analisados todas as folhas dos questionários, foram tabuladas, distribuídas por quadros e, para cada quadro elaborado o seu gráfico quantitativo e percentualizado para realizar mais aprimoradamente as devidas interpretações.

Os procedimentos elencados no Projeto de Pesquisa, iniciou-se no dia 09 Setembro a entrevista com a Diretora Eliane Mazon, na Escola Municipal Vereador André Nadolny.

A Escola alvo desta pesquisa está localizada no bairro do São Gabriel na cidade de Colombo, na rua Altevir Ceccon, nº 237.

A referida diretora exerce a sua administração pedagógica há dois anos. Na entrevista foi perguntado se a mesma tinha conhecimento da atividade da Patrulha Escolar e do PROERD, sendo respondida que a mesma tem noção de cada atividade e das funções de cada programa. Ainda, comentou que sabe dizer da diferença entre ambas, sendo que a Patrulha Escolar tem fundamento reativo, ou de ação policial sobre o aluno enquanto que, o Instrutor PROERD, dentro do cunho programático, não pode se envolver em atividade policial, ou evitá-la no ambiente que atua, somente em caso de gravidade ou de extremos, onde haja a necessidade real, visto da sua função de educador social e assim prescrever o próprio Programa.

A entrevista se deu também com a participação da Coordenadora da 3ª e 4ª Séries, Professora Andréia....Foi comentado a respeito do "Bullyng", sua incidência

antes e durante a aplicação do PROERD. A Escola Vereador NADOLNY já sofrera intervenção da Patrulha Escolar na administração anterior á atual diretora. A Diretora questionada sobre a manifestação do “Bullyng” na escola, disse que houve este tipo de incidência em anos anteriores e que com a presença do policial proerdiano no ambiente escolar diminuiu sensivelmente esta prática, porém não a zerando totalmente. A definição policial proerdiano foi destaque neste item em razão de palavreado proferido por aquela diretora, sendo comum tal jargão no ambiente escolar e castrense. O público discente assistido pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência foi de 126 (cento e vinte e seis) alunos, no total de 680 alunos, o referido Programa atingiu 22% daquele universo referenciado.

Delimitando as pesquisas e seus resultados, tem-se que, no subcapítulo INDICADORES ESTATÍSTICO E NÚMERICOS DO PROERD e BATALHÃO DE PATRULHA ESCOLAR COMUNITÁRIA- HISTÓRICO DE SUA ORIGEM E SERVIÇOS A COMUNIDADE PARANAENSE houve as comparações numéricas diversas. A primeira tratou do quantitativo de alunos atendidos diretamente pelo PROERD, atingindo atualmente o quantitativo de 749.369 (setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove) alunos com certificado de conclusão do Curso do PROERD contra a cifra 1.113.718 (um milhão, cento e treze mil, setecentos e dezoito) alunos. Destarte que, primeiramente com a participação da família inserida no programa, colocando o fator COPEL (fator 4), pelo PROERD seriam atingidas estimativamente mais de 2.800.000 (dois milhões e oitocentos mil) pessoas. Este é o segredo do PROERD.

Já a Patrulha Escolar tem sob a sua responsabilidade indireta mais de um milhão de alunos, que não são assistidos um a um, como é o PROERD. É o mesmo efeito estatístico dizer que Polícia Militar assiste 9 milhões de pessoas no Estado do Paraná. Estes resultados são demonstrados numericamente. Não é interpretação acadêmica.

Foram elaborados os questionários que deram supedâneo ao capítulo ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS. Das 31 (trinta em uma) professoras que estariam na reunião pedagógica, faltaram 6 (seis) formando o universo de pesquisa de 25 (vinte e cinco) professoras. Diante do questionário, o objetivo era verificar se as professoras teriam noções sobre a violência no ambiente escolar e suas percepções quanto a Polícia Militar no mesmo ambiente. A pesquisa tinha o seu núcleo de sondagem focadas na questão da violência na ambiência escolar e se o modelo atual de policiamento ostensivo corresponde às expectativas sociais, ou seja, se o estado se faz presente naquele local. Assim, quais dos modelos são mais forte perante aquela comunidade local (este era o foco da pesquisa).

Do questionário, extraíram-se algumas conclusões: primeiro, quanto ao Policiamento Ostensivo, representado pelo policial-militar fardado na ambiência escolar, 100% responderam que há a Sensação de Segurança. Portanto, a ferramenta ostensiva é eficaz, como afirmado em outros capítulos. No segundo questionamento, foi respondido pelos professores que identificam a instituição tanto pelo fardamento quanto pela convivência pessoal com policial-militar. Confirma-se a ambientação da instituição na Escola. Mais de 90% das professoras entrevistadas têm mais de 6 (seis) anos de ensino naquele estabelecimento, portanto, passaram por mais de um governo, tanto municipal, quanto estadual no mesmo estabelecimento escolar. 64% das professoras tiveram o seu primeiro contato com a Polícia Militar através do PROERD na Escola. Outra conotação que se deve tirar deste ensaio estatístico é que, se não houvesse este Educador Social naquele ambiente de ensino, este público que teve o seu primeiro contato com a Polícia Militar não existiria. Os outros 32% dos entrevistados tiveram o seu primeiro contato com a Patrulha Escolar Comunitária. 80% das professoras não sabem dizer a diferença dos modelos de policiamento ostensivo, sendo característica apenas a identificação por meio do uniforme. Para verificar a experiência das professoras no sentido de identificar a violência relativa às drogas, 80% responderam que não presenciaram, não viram Violência relacionada às drogas no exterior na escola e 100% não constaram violência relativa à drogas no interior da Escola. Porém, na resposta de 20 % que constataram violência no exterior da escola é corroborada pela resposta de questionamentos para a central do 181, através do Ofício n 062-2008-181, datado de 16 Set 08, em anexo, referente a Rua Altevir Ceccon, foram encontrados três registros de denúncias referente a drogas, sendo duas no ano de 2006 e apenas um no ano de 2007. Não houve registros no ano de 2008. Então, corrobora e fortalece a conclusão a respeito da incidência de violência relativa a drogas naquelas proximidades. No ano de 2008, com a presença do policial-militar na região, a incidência desapareceu, efeito do policiamento ostensivo, da ação presença do policial Educador Social.

Continuando a respectiva conclusão, 72% das entrevistadas responderam que a inibição da Violência se deu em razão da presença ostensiva do policial-militar no ambiente interno da escola e, por último, o reconhecimento unânime das professoras de que o policial-militar naquele ambiente escolar pertence ao PROERD.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para centralizar o tema, na Introdução deste trabalho, inicia-se sobre a temática Violência na ambiência escolar em razão de fatores sociais diversos.

Ateve-se aos atuais conceitos de que é a violência. No sentido técnico lingüístico seria fácil defini-lo como sendo “ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força. Mas levando o seu conceito para o aspecto jurídico, que interessa à atividade policial, o mesmo termo sofre uma mutação sendo “constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação”

No próprio capítulo, transcorreram-se os diversos temas de Violência e sua abrangência é multifacetário, compõem-se de diversos conceitos dependendo da área de conhecimento que esteja focado.

Não obstante e em razão do natural desenvolvimento social e das próprias instituições públicas em geral a violência multifragmentou-se formando várias espécies de ramificações e interferindo na vida e na paz social. Conforme disposto no subcapítulo FRAGMENTOS HISTÓRICOS DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS, tem-se um breve relato sobre a Violência na Escola descrito em contos de Machado de Assis (1839-1908), trazendo ao nosso conhecimento a formação da época, que comportava atitudes, toleráveis naquela época, e coibida na nossa geração.

Portanto, o tema violência na ambiência educacional não é um tema novo. O conto machadiano inserto naquele capítulo, traz a lume uma realidade da época totalmente identificável com os nossos problemas atuais.

No capítulo citado, é um transcorrer histórico do modelo de ensino brasileiro, que remonta os tempos imperiais historiando até o presente modelo, num verdadeiro passeio no entendimento da origem da violência e sua compreensão notória e muito importante para esta conclusão.

A raiz da violência está na cultura brasileira. Este dilema é muito bem explorado e exemplificado nos romances e contos que formam a nossa base educacional. O Cortiço, Dom Casmurro e tantas outras obras e diversos autores fartam a imaginação dos seus leitores. Porém tais impregnações psicológicas enaltecidas da violência passam então despercebidas. Machado de Assis, no conto, nada mais faz do que explicitar, esteticamente, essa instrumentação e as conseqüências no processo de aprendizagem e na formação do caráter. Na sociedade do tempo, construída sobre a exploração dos vencedores sobre os

vencidos, mantida pelo sistema de produção fundado no trabalho escravo, garantida na hegemonia política da classe senhorial, a violência, como ação contrária à ordem moral ou à ordem da natureza, constituía um imperativo categórico.

No tema UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS discorreu sobre a violência e sua influência na ambiência escolar. O mais interessante foi o estudo da UNESCO que conclui que na maioria dos colégios, sejam eles públicos, sejam eles privados, a violência atingiu tal patamar que os alunos estão tão inseguros na sala de aula como se estivessem na rua.

Os primeiros estudos sobre a violência na ambiência escolar datam de 1950. O estudo relata sobre a rebeldia dos adolescentes, do fácil acesso às drogas, tanto fora e dentro da escola. Outra conclusão chocante foi que muitos estudantes são também traficantes. Ainda que, a violência não permeia as favelas e os bolsões de miséria. Ela também penetrou nas escolas particulares e na classe média, sendo esta a grande consumidora de drogas, colaborando com o seu financiamento. Tem-se ainda que, "A violência escolar está ligada a fatores que correm paralelos à droga: a agressividade é um deles". A agressividade dos jovens é muito maior hoje. Isso é incentivado pela mídia. É bonito ser violento, dá status." Junto com a expansão do tráfico e do consumo de drogas, é corroborado com a falta de medidas mínimas de segurança.

Entretanto, tais situações não são características de países ricos ou pobres, sendo um problema que se alastra pelo mundo como rastilho de pólvora, mas, no Brasil, embora o governo admita sua existência, ele não é prioritário dentro das políticas educacionais. Cada qual com suas características e prioridades fazem frente a criminalidade e a incidência da violência com várias medidas. O Brasil, apesar de constatar a violência escolar, não possui medidas concretas e sociais de coibir tais atos e nem se programa para fazer frente a referida onda. Estatísticas demonstram a violência e o comportamento de alunos, pais e professores. Ao final do capítulo tem-se o pensamento: e complacência e violência, no caso, não rimam.

No tocante a Polícia Militar que desenvolve neste meio polifacetário de violência diversas em outros tantos campos de atuação preventiva e/ou repressiva, adaptou-se conforme as gerações assim o exigiram.

A Polícia Militar dos anos de 1970, não pode servir de exemplo de atuação nesta década e nem nas outras, pois as gerações de direitos e de desenvolvimento social são dispares entre as culturas das respectivas gerações.

Aliás, é interessante asseverar que esta polícia atual não passa de um modelo reativo arcabouçado no Radiopatrulhamento em razão da extinção da Guarda Civil no final da década de 60.

Este modelo faz parte do doutrinamento operacional e de reatividade que todos os oficiais conhecem e repassam para o nível de execução. Por isso que, todo modelo proativo, tenderá a ser reativo. É como voltar para casa, para o modelo conhecido e seguro.

Mas na multifacitariedade da violência, a Polícia Militar também, em razão dos reclamos sociais, teve que mudar de estratégias buscando um modelo de atuação eficaz para cada modelo de violência. No ambiente escolar o modelo meramente reativo de radiopatrulhamento não tinha a devida profundidade para agir com eficiência neste molde de violência. Desde a década de 1990 veio se adaptando ao modelo da ambiência escolar.

Por isso, o tema POLICIAMENTO OSTENSIVO, como ferramenta eficiente da pacificação social, foi abrangentemente abordado e esgotado na sua retórica. Esta ferramenta se compõe da alta importância para a existência de nossa própria instituição. A construção deste conhecimento compõe-se da discussão acadêmica. Toda a parte técnica que instrumentaliza a nossa atividade foi abordada e descrita minuciosamente.

Um breve histórico do nosso sistema de Segurança Pública foi exposto. A abordagem do tema reveste-se de suma importância, pois na Constituição Federal há os diversos princípios da Administração Pública, entre eles, o da Eficiência, que atinge os serviços públicos e a própria administração.

A relevância do tema sobressalta os tecnicismos castrenses acadêmicos e solapa os demais conceitos do Policiamento Ostensivo como um produto de consumo que deve ser disposto a sociedade em geral. Portanto, a expectativa passa a perspectiva de um “consumidor” direto e individual de serviços policiais. São portanto, diversos serviços que são dispostos e nem estão relacionados à questão de crimes ou violência.

São os conhecidos crimes sociais diversos sendo que estas situações são carregadas emocionalmente, e solucioná-las requer perícia e controle do temperamento por parte dos policiais, exigências bem diversas daquelas requeridas para lidar com a maioria dos incidentes relacionados a crimes, muito além da formação acadêmica e muito menos satisfatórias aos policiais-militares, que têm no atendimento ao crime uma solução rápida e sem necessidade de interação social.

Uma concepção concreta de quem está sendo servido é fundamental para o planejamento do serviço policial urbano. A concepção tradicional sustenta que o beneficiário do serviço policial é a “comunidade”. Isso se baseia na afirmação de que

os benefícios do policiamento recaem sobre o público como um todo, que tais benefícios são indivisíveis.

Por isso, o modelo reativo é deveras atraente. Não existe a interação social e nem divisão e especialização de atividades. Neste sentido, está bem configurada a questão da resistência aos modelos proativos.

Conforme o capítulo que aborda o HISTORICO DO SISTEMA DE POLICIAMENTO OSTENSIVO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, foi em 1969, por meio do Decreto Federal nº 667, de 02 Jul 69, que as Polícias Militares do Brasil, foram reorganizadas, sendo estabelecida a competência pela manutenção da Ordem Pública e Segurança nos Estados e a execução, com exclusividade do policiamento ostensivo fardado.

Os tipos de policiamento ostensivo, conforme descritivo compilado nesta monografia surgiram por meio do Decreto Federal n.º 66.862, de 08 Jul. 70, ao regulamentar o Decreto Lei n.º 667, 02 Jul. 69. As competências originárias advieram com a Emenda Constitucional n.º 01, de 17 Out. 69, colocando-as como detentoras da manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, sendo consideradas como Forças Auxiliares e reserva do Exército. Na Polícia Militar do Paraná com a extinção das Guardas-civis, em 1970, sob o Comando do 1º Tenente QOPM Sérgio Mastek Ramos, foi criada a Companhia de Rádio Patrulha, com sete viaturas providas da Guarda Civil, passaram a realizar patrulhas rádiomotorizada na cidade de Curitiba e região metropolitana.

Eis o embrião doutrinário de nossa atividade de policiamento ostensivo. altamente reativo, sendo o modelo ativo na cultura miliciana. Este modelo foi que deu origem a tantos outros processos e tipos de policiamento da Polícia Militar do Estado. Em seguida, no mesmo tema tem-se a evolução dos Sistema de Policiamento Ostensivo, que precede o Radiopatrulhamento pelo Policiamento Modular chegando ao Projeto POVO, com sua filosofia proativa, sucedendo o modelo reativo das RPAs. Atualmente, é o mesmo modelo apenas com a designação POVO.

Em 1993, implantou-se o Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante), inicialmente nos bairros da Capital do estado. Em 2002, ocorreu de forma definitiva a implementação do Projeto de Policiamento Comunitário, em Curitiba. Em 2004, ocorreu a reativação da Patrulha Escolar e do Projeto POVO, na Capital e no interior do Estado.

Diante de tantas evoluções e percepção das necessidades e demandas sociais, foi abordado o tema devidamente capitulado denominado EXPOSIÇÃO DO CENÁRIO PARA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PRESENTE MILÊNIO. Tal cenário localiza a atuação da Polícia Militar e sua competência de maneira geral e em especial nos grandes centros urbanos, onde a comunidade destes centros

vivencia um clima de insegurança e intranquilidade pública (síndrome da vivência e do medo).

A constante evolução e mutação da sociedade, a ofensiva do crime, que a cada dia intensifica sua ação, está à exigência de uma resposta imediata, efetiva e eficaz, por parte da Organização Policial Militar, a quem compete, constitucionalmente, o papel de exercer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Deveras que a Instituição deve mudar a sua atuação conforme a própria dinâmica social.

Essa atividade, exercida mediante a execução do policiamento ostensivo, está a exigir, cada vez mais, preparo e competência das Organizações Policiais Militares, que devem se afastar da corrupção, do arbítrio, da violência e prepotência, do abuso ou excesso de poder, em total respeito e consonância com lei. Com a evolução dos direitos sociais, a própria instituição deve adequar-se as reais necessidades. Nesta evolução, tem-se os direitos humanos e neste sentido, tal indagação: Direitos Humanos também é coisa de policial?”.

Conforme demonstra o próprio cenário atual, observa-se que a criminalidade vem aumentando potencialmente, e, crimes como furto, roubo, homicídio, extorsão e seqüestro, vêm sendo perpetrados cada vez de forma mais intensa e ousada, assustando a população que se sente amedrontada e insegura, não raras vezes até em situação de pânico.

Nesta esteira, tem-se a Instituição no esforço em comum de fornecer uma resposta eficaz a essas questões, mas por motivos de ordem econômica, ou seja, limitação de recursos financeiros que permita investimento ideal em logística (recursos materiais) e pessoal, a sociedade não se sente satisfeita com os serviços prestados em prol da segurança pública.

O elevado custo de vida, desemprego e má distribuição de rendas, associados à falta de políticas prioritariamente voltadas para a área social, dentre outros fatores, assevera o processo de aumento da violência e criminalidade, impondo novos desafios aos órgãos de segurança pública.

Na busca constante da satisfação social os administradores públicos criam novas demandas sociais com a participação da Polícia Militar. Os módulos, totens e tantos outros programas de policiamento ostensivo foram criados e tantos outros ainda virão com os novos programas de governos. Importante salientar que, a busca constante de aprimoramento e da satisfação social, faz que a Instituição esteja sempre em constante dinâmicas estruturais e doutrinárias revitalizando-se no cumprimento destas necessidades sociais.

Os estudos, análises e planejamentos são uma constante na Polícia Militar, principalmente a cada governo, na busca de adequar as estratégias e táticas de ações, procurando-se adequar-se e/ou adaptar-se aos anseios da população.

Corroborativo ao enunciado supra, atualmente podem-se citar exemplos de

diversos programas de cunho insertivo social experimentados e colocados em prática pela Polícia Militar do Paraná, entre eles o que faz parte deste estudo monográfico é o Projeto PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência) e o Projeto que se tornou Lei, o Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária.

Por fim, estes são partes dos cenários existentes, reafirmando, que é fundamental expandir horizontes, adequar-se as constantes mudanças nos seus contextos pré-existentes. No decorrer da presente monografia, esta preocupação se materializa e torna concreto com a inovação de programas no que se pode denominar de Policiamento Ostensivo Social – sendo na verdade os programas sociais da PMPR aplicados direta e especialmente para a ambiência escolar. Estes programas atualmente e bem definidos são os Programas PROERD e o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária.

Estes Programas foram criados em razão da violência que estava adentrando ou afetando o ambiente escolar como foi explanado nos capítulos anteriores, além do que a própria preocupação da Instituição, impelido pela sua responsabilidade constitucional, veio adequar os serviços de policiamento ostensivo para um ambiente diferentemente daquele que era rotineiro para fazer frente a uma manifestação criminosa silenciosa.

Entre os mais exitosos programas de cunho insertivo e integrativo social que estão vetorizados neste, são aqueles que têm um vocativo educacional e que envolve a ambiência escolar. Para entender a diferença dos programas, foi realizado o descritivo histórico da implantação do PROERD no estado do Paraná e da Patrulha Escolar. Aquele, entretanto, precedeu o Programa Patrulha Escolar Comunitária.

Outro fator de diferenciação está na questão do conceito de Prevenção. Na doutrina castrense a ação presença que formata a ostensividade da instituição é um modelo preventivo. Ou seja, basta a presença da Instituição com a sua ação presença e ostensiva para que a prevenção esteja instalada.

Este modelo conceitual é “intercorporis”. Esta preventividade faz parte do modelo reativo. Rápido, porém descontínuo, pois basta a ausência da ostensividade para que a manifestação do crime prevaleça ou ocupe aquele espaço territorial.

Nesta esteira cognitiva o importante é ter uma noção do que realmente é prevenção e qual a sua extensão. Além do mais, qual seria o entendimento inserto na nossa Carta Cidadã que mobiliza a administração pública.

Quando o foco doutrinário e conceitual da prevenção se desloca para o real objetivo relativo a experimentação de drogas, tem-se outros conceitos definidos e que se subdividem assim para a prevenção primária que é intervenção junto á população antes do primeiro contato com a droga, com o objetivo de impedir ou retardar o início do consumo de drogas, por segundo, prevenção secundária:

intervenção que ocorre após o primeiro contato da população com a droga e por último, a prevenção terciária, sendo a intervenção realizada após a instalação de transtornos relacionados a substâncias.

Assim a questão de preventividade então muda de foco e de conceito em relação a problemática drogas. Qual seria o sentido de prevenção de cada programa social da PMPR e como ficariam estes conceitos na aplicabilidade dos programas no ambiente escolar. A distinção doutrinária dos dois programas são os seus modelos de atuação. No modelo do Policiamento Escolar Comunitário, tem-se o gerencialmente ambiental dos problemas da Escola e comunidade, contudo com forte tendência ao modelo reativo de policiamento ostensivo.

O modelo reativo é uma herança doutrinária e pelo fato de sua própria origem. A Patrulha Escolar foi concebida pelo conceito de radiopatrulhamento e sua filosofia é a prevenção reativa, com atuação de prisão de infratores, coibição por meio da presença ostensiva para diminuir a incidência criminal no ambiente escolar, afastar os elementos estranhos à ambiência escolar, reprimir o tráfico de drogas.

Tais inferências realizadas nesta conclusão estão nos relatórios operacionais demonstrando o quantitativo de resultados, idênticos aos outros modelos reativos. O importante é a arma apreendida, alunos detidos, traficantes presos, eficiência assim formatada nos relatórios expedidos.

A estimativa do quantitativo de alunos que são atendidos pela Patrulha Escolar é um número absoluto, tanto quanto a própria ilação de que a Polícia Militar atende 9 milhões de pessoas, ou seja, habitantes do estado. Basta ser aluno da rede estadual para ser atendido pelo programa. Porém nada afirma de que todos os alunos da rede estadual tenham contato direto com a Patrulha Escolar. Outro fator de que não existe supedâneo técnico e científico que afirme categoricamente que palestras venham a educar ou conscientizar os participantes.

Os resultados são em curto prazo, rápidos, eficientes enquanto perdura a presença ostensiva porém não trabalha diretamente com a educação, participação do ambiente escolar como educador mas sim apenas como interventor ambiental.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência tem o seu eixo de atuação focado no modelo piagenista do Construtivismo do conhecimento. A Escola Construtivista modela um conceito pedagógico de atuação do policial-militar, pois a sua interação não se realiza fora da sala de aula, mas construída num modelo de prevenção que formata por meio do fortalecimento da auto-estima do aluno a resistência à oferta de drogas, juntamente com a Professora no ambiente interno da Escola.

Esta estrutura tem todo um arcabouço doutrinário, muito bem estruturado pedagogicamente. Todo o procedimento em sala de aula é padronizado e seguido por currículos de aplicação com chancela do Programa-mor denominado D.A.R.E. (Drugs Abuse Resistance Education). Outro fator importante é que o Programa é

uniforme, ou seja, o modelo americano, mexicano, argentino são os mesmos moldes, formatando uma linguagem única e universal.

Este modelo não apresenta resultados em curto prazo. Os resultados serão para as gerações futuras, mais de 20 (vinte) anos. Contudo, são duradouros e em longo prazo. Os efeitos desta atuação serão refletidos para as gerações futuras, quando muitos de nossa geração que atualmente atua na PMPR, estarão aposentados. Esta construção do conhecimento é realizada com a participação direta do educador social com os alunos em sala de aula no período mínimo de 10 (dez) semanas, período que perdura a aplicação das 10 (dez) lições proerdianas.

Na conceituação relativa ao PROERD tem o seu quilate puro na questão preventiva, pois é o único programa que atua na Prevenção Primária, atualmente.

Outro ponto de relevância e que merece destaque na aplicação do PROERD reside no vínculo afetivo que o Instrutor do PROERD, denominado Educador Social do PROERD, desenvolve com os alunos, em função da relação pedagógica e da aproximação proporcionada pelo policial-militar em sua atividade de docência.

Conforme já explanado, este vínculo afetivo contribui para o denominado aprendizado cooperativo, que se procede em uma relação triangular entre o Aluno, o Professor e o Policial Militar Instrutor do PROERD, em regime de cooperação mútua, que constitui de acordo com estudos nos campos da educação, tornar significativo qualquer aprendizado. Na esteira do conteúdo programático, as atividades foram construídas para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na faixa etária que se encontram, e neste contexto pode ser incorporada como parte integrante do currículo.

Este reconhecimento é notório quando da leitura do subcapítulo TITULOS E CONGRATULAÇÕES RECEBIDAS PELO PROERD NO ESTADO DO PARANÁ, que são inúmeras. Conquistas estas formalizadas documentalmente em caráter público, sendo um dos programas mais enaltecidos atualmente, não existindo outro que tivesse tal reconhecimento no estado.

Esta explanação é importante no sentido de que, na elaboração de pesquisa bibliográfica, verificou-se que nos mês de agosto deste ano, o efetivo do PROERD parcialmente se encontra transferido para o Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária, absorvendo as atividades atinentes. Em complexidade o Programa Educacional de Resistência às Drogas cumpriu até aqui a sua atividade, no que, nos parece peculiar que entendendo então a filosofia do programa PROERD, seria salutar em termos estratégicos que o comando do BPEC se arvorasse de um plano estratégico e operacional para dar continuidade ao Programa.

É claro neste trabalho que ambas as atividades tem as suas peculiaridades

no entanto, de comum, apenas a atuação na ambiência escolar, e filosofias de aplicabilidade diferentes. Enquanto uma é gerenciadora de crises e de ambiente, o outro é essencialmente educativo. O policial-militar proerdiano tem o mesmo status do professor. Enquanto o outro repreende o aluno, age de maneira reativa, o PROERD atua na prevenção primária, na educação e na formação da cidadania, elevando a auto-estima do aluno.

Desta feita, foi importante registrar estes fatos para que doravante sejam gravados na história da PMPR. Um erro estratégico da administração comprometerá um programa proativo da PMPR, deixando de ser referência no Brasil.

Não se pode esquecer que a tendência de um modelo proativo é reativar naturalmente. Mais ainda, quando a outra atividade, a principal da unidade é reativa. Será um desafio para a história. No mais, conclui-se que o PROERD é o Programa mais identificado com a ambiência escolar e de mais intimidade com aqueles que estão no ambiente escolar, tanto na docência quanto na comunidade discente.

É o serviço de primeira linha oferecido a comunidade que deve ser aprimorado e tido como eficiente pela Instituição, sendo um programa de marketing interno da instituição.

Que, constata-se, diante da solicitação de entrevista com o público docente, a Diretora não encontrou nenhum óbice ao trabalho de campo, ao contrário, disse da importância do tema e da receptividade e da própria necessidade destes contatos.

Ainda, oportunamente, se faz necessário reportar à resposta da Coordenadora de Análise e Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública, em que no release das ocorrências, no ambiente escolar pesquisado houve apenas uma ocorrência registrada no Boletim de Ocorrência Unificado (BOU) no ano de 2007, no dia 06 Mar, às 00 h, de natureza de furto simples. Ou seja, ainda que tivesse havido o registro do fato, não foi em horário de aula. Não houve uma análise com mais afinco das ocorrências ao redor daquele ambiente escolar em razão de que o prazo para a pesquisa e demais interpretações e conclusivas não foi postergado, não sendo possibilitado uma pesquisa mais ampla.

## 5.1 DOS OBJETIVOS

De todo o exposto e devidamente formado o processo cognitivo deste estudo monográfico, foram os objetivos devidamente atingidos, apesar do tempo exíguo que exige uma pesquisa deste porte, e a eficácia conclusiva se deve muito à orientação metodológica deste Curso Superior de Polícia.

Neste momento, é oportuno acrescentar aqui a preocupação com o novo modelo administrativo que foi dado à operacionalização do PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIAS AS DROGAS E A VIOLÊNCIA, sendo que, uma decisão que influencie na forma de atuação deste programa que trata da Prevenção Primária, e tem o seu quilate a afetividade que deve existir entre o Educador Social (Policial proerdiano) e a comunidade discente, pode enveredar por caminhos alheios a eficiência que atualmente o programa atinge. A coordenação estadual apesar de não extinta, visto que a Diretriz que criou a Coordenação Estadual do PROERD ainda estar em vigência, está praticamente inativada pelo fato que o BPEC absorveu o efetivo proerdiano. Todos estes policiais-militares detêm a certificação que os chancela a aplicar as lições do PROERD em sala de aula, assim, reiterar que este programa não venha a sofrer descontinuidade de sua aplicação no ambiente escolar. O alerta ainda permanece, visto que, os dois programas sociais da PMPR, que atuam na ambiência escolar, são eqüidistantes em filosofia preventiva na sua essência.

## 5.2 DAS PROPOSTAS

Realizados os contornos devidos que chegaram a este processo cognitivo, a proposição de sugestões é que a PMPR não deixe de atuar no que faz e bem feito, bem como melhorar suas atividades em busca do princípio da eficiência. Neste momento, então se passa a sugerir:

- a. Que continuem os estudos e pesquisas junto as outras Escolas onde existem programas sociais da PMPR, em forma de Monografias para o CAO e CSP, ampliando a gama do universo de pesquisa;
- b. Para que não haja quebra do princípio da continuidade, que sejam indicados para o Comando futuro do BPEC oficiais que tenham os cursos dos respectivos programas sociais;
- c. Elaboração por meio do Estado-Maior da PMPR ou através de estudo monográfico do CAO e CSP ou ambos, em concomitância com a Universidade Federal, chanceladora técnica-científica de um Plano Estratégico de Atuação dos Programas Sociais da PMPR ou Plano de Operacionalização do PROERD no BPEC, com o fito de encetar direcionamento de atividades operacionais em seus campos próprios de atuação, em razão das filosofias pedagógicas e forma de atuação pertinente a cada Programa Social da PMPR;
- d. Fortalecimento e Eficientização dos Programas Sociais da PMPR para que alcance o número maior da comunidade escolar em razão do seu forte apelo de marketing institucional;
- e. Adoção destes programas sociais como Estratégia Operacional e de ExoMarketing Institucional pelo caráter perene que têm;
- f. Continuidade de ambos os programas sociais, com suas características peculiares, sem interferências em seus moldes e formas de atuação, respeitando-se suas características fundamentais;

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Klinger Sobreira de, Cel PM. **Organização Policial Brasileira. Alferes.** Academia de Polícia. Divisão de Pesquisa. POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS Nº. 7, Set./Out./Nov./Dez. Minas Gerais. 1985.

ALMEIDA, Klinger Sobreira de, Cel PM. **Mensagens Profissionais.** Palestra sobre Problemas da Atividade Policial-Militar. Belo Horizonte : Imprensa Oficial, 1987.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla et al. **Na Inquietude da Paz.** Rio Grande do Sul: Gráfica Editora Berthier Ltda.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional.** 15. ed., São Paulo: Saraiva. 1994.

BEATO, Cláudio C. **Informação e Desempenho Policial – IV Seminário Brasileiro do Projeto Polícia e Sociedade.** Apoio CNPq e Fundação Ford. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). promulgada em 05 de outubro de 1988 – 17ª ed. Atual. e ampl. São Paulo. Saraiva 1987.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Polícia Militar e Poder de Polícia no Direito Brasileiro.** In: Direito Administrativo da Ordem Pública. 3. Ed., Rio de Janeiro, Forense, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 88.777, de 30 de outubro de 1983.** Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares ( R-200 ).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 95.073, de 21 de outubro de 1987.** Altera o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares ( R-200 ).

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2348 – de 19 de março de 2008 -** Criadas Unidades Operacionais, no âmbito da Polícia Militar, Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP.

\_\_\_\_\_. **Diretriz n.º 004, 02 de julho de 2003 –** Padronização das atividades da Patrulha Escolar.

\_\_\_\_\_. **Diretriz n.º 006, 10 de Outubro de 2000 -** Instituir e implantar o Programa de Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), na Polícia Militar do Paraná.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A Monografia Jurídica.** 3. ed., São Paulo; Revista dos Tribunais, 1997.

Manual Básico de Policiamento Ostensivo, MTP -11 -3- PM, 1 Ed. Polícia Militar de Minas Gerais. Minas gerais. 1988.

MEDEIROS, Arildo Dias. **Jus Puniendi do Estado e sua Reparação por Danos Morais.** Curitiba, Paraná. Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos. 1999.

MEDEIROS, Arildo Dias. **Polícia Militar do Paraná no Sistema Único de Polícia. A Delimitação de Atuação e Interação com Outras Polícias.** Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais, Paraná, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 22 ed., São Paulo: Malheiros, 1997.

MELO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo,** 11 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MISSE, Michel. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro : Editora Lúmen Júris, 2006.

WERNECK, Nilson Sodré. **A História Militar do Brasil.** 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 6774, de 08 de janeiro de 1976.** Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, 1976.

\_\_\_\_\_, **Lei Estadual nº 1943, de 23 de junho de 1954.** Código da Polícia Militar do Paraná, Curitiba: 1995.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 15.745, de 20 de dezembro de 2007.** Dispõe que o efetivo da Polícia Militar do Paraná fica acrescido em 200 policiais-militares, os quais serão distribuídos, por postos e graduações, conforme especifica e adota outras providências. Curitiba: 2007.

PEROVANO, Dalton Gean. **Concepções dos Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência Sobre a sua Formação.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2006.

PORCIDES, João Luiz Zilli, Ten.-Cel. **Sistema de Polícia e Justiça no Período Colonial Brasileiro.** Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, Paraná. 1999.

QUINTAL, Josias. **Polícia Completa, Proposta de Emenda Constitucional nº 181/2003.,** Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Altos Estudos. 2006.

WIEVIORKA, Michel. **O Novo Paradigma da Violência.** São Paulo : USP, Tempo Social, Vol. 9, 1997.

VALLA, Wilson Odirley. **Doutrina de Emprego de Polícia Militar.** Diretoria de Ensino. Academia Policial Militar do Guatupê. São José dos Pinhais—Paraná: APMG, 1996.

## GLOSSÁRIO

**CRIMINALIDADE:** circunstância que envolve o ato ilícito, emprestando-lhe o caráter de infração penal.

**CORPORAÇÃO:** designação usada para identificação de organização ou conjunto de recursos humanos e materiais representativo de uma Instituição militar.

**INSTITUIÇÃO:** designação do sistema organizacional com funções sociais relevantes. Complexo integrado por idéias, padrões de comportamento e relações interpessoais.

**OPM:** Órgão Policial-Militar

**PLANEJAMENTO:** é a adequação entre os meios e os fins, é essencialmente a racionalização do processo de tomada de decisão.

**POLICIAMENTO OSTENSIVO:** é a atividade de manutenção da ordem pública executada com exclusividade e por força constitucional pelas Polícias Militares, observando características, princípios e variáveis próprias, visando à tranqüilidade pública.

**PROERDIANO:** jargão castrense utilizado para identificar aquele que tem vínculo com o PROERD;

**RELAÇÕES:** semelhança, analogia, ligação, circulação, conhecimento recíproco de pessoas.

**SEGURANÇA PÚBLICA:** é a garantia que o Estado – União, Unidades Federativas e Municípios - proporciona à nação, a fim de assegurar a ordem pública, contra a violação de toda a espécie, que não contenham conotação ideológica.

**SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA:** conjunto de instituições e órgãos policiais encarregados da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, referidas no art. 144, da Constituição Federal de 1988.

**SISTEMA:** composição de uma série de itens e elementos humanos que são selecionados e alinhados para cumprir uma determinada missão.

**SUBSISTEMA.** uma parte ou unidade do sistema.

**UNIDADE:** organização policial-militar com autonomia administrativa e/ou operacional, encarregada do cumprimento das missões de polícia ostensiva em espaço territorial pré determinado.

**VIOLÊNCIA:** emprego de força física para a obtenção de resultado ilícito. Forma de coação.

## APÊNDICE

Ofício nº 001- 08-CPS – CURITIBA 14 SETEMBRO 2008 CAPE.....	118
Ofício nº 002- 08-CPS – CURITIBA 14 SETEMBRO 2008 BPEC.....	119



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA  
ESPECIALIZAÇÃO AO NÍVEL ESTRATÉGICO DE  
DOUTORAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA**



Ofício nº.001/08-CSP

Curitiba, 14 de Setembro de 2008.

Assunto: Informações sobre Ocorrência em ambiência escolar

Senhor Coordenador:

Na qualidade de Oficial-Aluno pesquisador em assunto monográfico do qual titula sobre a violência em ambiente escolar, venho solicitar apoio técnico desta Coordenadoria a fim de supedanear dados para a elaboração de Trabalho Técnico-Científico, relativamente às ocorrências geradas ou atendidas pela Polícia Militar nas proximidades da Escola Municipal Vereador André Nadolny, sito a rua Altevir Ceccon, nº 237, bairro São Gabriel, na cidade de Colombo, no período 2006-2007 (jan a dez), e período de 2008 já devidamente registrados, relativas à drogas e/ou violência, tanto interno (na ambiência) quanto externa (proximidades).

Atenciosamente,

**Major QOPM Luiz Carlos De Andrade**

**Oficial Pesquisador**

Ao Ilustríssimo Senhor Cel. RR.  
Daniel Alves de Carvalho,  
Coordenador da CAPE/SESP,  
Nesta.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
 CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA  
 ESPECIALIZAÇÃO AO NÍVEL ESTRATÉGICO DE  
 DOUTORAMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA



Ofício nº.002/08-CSP

Curitiba, 14 de Setembro de 2008.

Assunto: Informações sobre Ocorrência em ambiência escolar

Senhor Comandante:

Na qualidade de Oficial-Aluno pesquisador em assunto monográfico do qual titula sobre a violência em ambiente escolar, venho solicitar apoio técnico deste recém criado Batalhão a fim de supedanear dados para a elaboração de Trabalho Técnico-Científico, relativamente às ocorrências geradas ou atendidas por esta Unidade Policial-Militar Especializada nas proximidades da Escola Municipal Vereador André Nadolny, sito a rua Altevir Ceccon, nº 237, bairro São Gabriel, na cidade de Colombo, no período 2006-2007 (jan a dez), e período de 2008.

Oportunamente, ainda, sabedores que recentemente a Coordenadoria do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência) foi absorvida por esta unidade, solicitamos ainda, cópia do Plano de Operacionalização do PROERD e/ou Plano de Metas, para final deste ano e vindouros.

Ainda, se esta Escola é servida de qual Programa Social da PMPR (BPEC – PROERD) e quantos alunos são atendidos ou assistidos pelos Programas no mesmo período de pesquisa ora solicitado.

Atenciosamente,

Major QOPM Luiz Carlos de Andrade

Oficial Pesquisador

Ao Ilustríssimo Senhor Major PM.  
 Antonio Carlos do Carmo,  
 Comandante do BPEC.

Neste

**ANEXO**

Ofício nº 111-08-CAPE/SESP – CURITIBA 25 SETEMBRO 2008 .....121